

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DÉBORA MACHADO NUNES

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E SUAS
RELAÇÕES COM A DESIGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL**

PORTO ALEGRE

2013

DÉBORA MACHADO NUNES

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E SUAS
RELAÇÕES COM A DESIGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2013

DÉBORA MACHADO NUNES

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E SUAS
RELAÇÕES COM A DESIGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Profa. Dra. Jussara Reis Prá
UFRGS

Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete
UFRGS

À Maria Alice Machado
e Guilherme Nunes

“Una revolución no es digna de llamarse tal si con todo el poder y todos los medios de que dispone no es capaz de ayudar a la mujer – doble o triplemente esclavizada, como lo fue en el pasado – a salir a flote y avanzar por el camino del progreso social e individual”. León Trotsky

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre a desigualdade socioeconômica e os estereótipos de gênero, tendo o mercado de trabalho como foco principal de análise. Trata-se de uma pesquisa na área de economia política da discriminação por gênero, que tem como objetivo aplicar essa teoria ao contexto brasileiro dos últimos 20 anos. Primeiramente, é feita uma breve discussão que busca esclarecer alguns conceitos utilizados nesse trabalho: sexo, gênero e estereótipo de gênero. Posteriormente, é feita uma breve revisão das principais vertentes das escolas feministas e uma síntese entre a escola feminista marxista e as teorias do patriarcado, a fim de identificar e problematizar a relação entre o capitalismo e o patriarcado. É feita uma análise de alguns dados da Inglaterra e dos Estados Unidos para o período da Revolução Industrial, as grandes guerras mundiais e a crise de 1929 para compreender como essas estruturas se articularam nesses importantes movimentos históricos e como elas afetaram a vida das mulheres. Por fim, são analisados alguns dados relativos ao Brasil dos últimos 20 anos. A análise empírica indica que, ao contrário de um senso comum generalizado, as mulheres não estão se igualando aos homens no mercado de trabalho. A pesquisa conclui que o Brasil parece estar avançando no sentido de encontrar uma síntese entre o capitalismo e o patriarcado que inclui as mulheres no mercado de trabalho em posições que reforçam os estereótipos de gênero. Essa síntese é dialética e altera-se no tempo, mas não demonstra que está de fato igualando as mulheres aos homens, como desejado de uma perspectiva igualitária.

Palavras-chave: Economia política da discriminação por gênero. Economia feminista. Mulheres no mercado de trabalho.

ABSTRACT

This research investigates the relations between socioeconomic inequality and gender stereotypes, focusing on the labor market as the main subject of analysis. It is an investigation on the field of political economy of gender discrimination, which aims to apply this theory to the Brazilian context on the last 20 years. First, there is a brief discussion that seeks to clarify some concepts used in this work: sex, gender and gender stereotype. Subsequently, there is a brief review of the main strands of feminist schools and a synthesis between the Marxist feminist and the theories of patriarchy in order to identify and analyze the relation between capitalism and patriarchy. An analysis of data from Britain and the United States for the period of the industrial revolution, the world wars and the crisis of 1929 is made in order to understand how these structures were articulated in these important historical movements and how they affected the lives of women. Finally, there is an examination of some data relating to Brazil in the last 20 years. The empirical analysis indicates that, on the contrary of what general common sense suggests, women are not equating to men in the labor market. The research concludes that Brazil seems to be moving towards finding a synthesis between capitalism and patriarchy that includes women in the labor market in positions that reinforce gender stereotypes. This synthesis is dialectical and changes in time, but the results do not show that women are actually equating to men, as desired on an egalitarian perspective.

Palavras-chave: Political economy of gender discrimination. Feminist economy. Women on labor market.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento populacional, participação das mulheres e das mulheres casadas no mercado de trabalho dos EUA, 1910-1940	52
Tabela 2: Horas de trabalho remunerado e doméstico não remunerado semanais por anos de estudo aprovados – Brasil, 2008.....	58
Tabela 3: Horas de trabalho remunerado e doméstico não remunerado semanais para pessoas que não trabalham remuneradamente, por anos de estudo aprovados – Brasil, 2008.....	59
Tabela 4: Pessoas empregadas em trabalho doméstico, porcentagem de total de pessoas ocupadas urbanas – Brasil, 1993-2011	60
Tabela 5: Índice de feminidade em lares pobres e lares não pobres no Brasil para pessoas de 20 a 59 anos, 1990-2009.....	70
Tabela 6: Porcentagem das vagas de liderança em empresas brasileiras ocupadas por mulheres, por setor de atividade, 2007-2008 e 2011-2012.....	73
Tabela 7: Meios utilizados nos homicídios no Brasil em porcentagem, pelo sexo da vítima 2010.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População Total da Inglaterra 1711-1891.....	46
Gráfico 2: Relação entre nascimentos/falecimentos na Inglaterra, 1700-1869.....	47
Gráfico 3: Renda semanal média na indústria de algodão (fição) nos Estados Unidos, 1910-1930, homens e mulheres	53
Gráfico 4: Casamentos e divórcios nos EUA, 1901-1945.....	54
Gráfico 5: Porcentagem de pessoas ocupadas em setores de baixa produtividade em relação ao total de pessoas ocupadas no Brasil, 1993-2011	61
Gráfico 6: Média de anos de estudo aprovados no Brasil, 1990-2011	62
Gráfico 7: Porcentagem de pessoas brasileiras matriculadas em qualquer nível de ensino de acordo com quintis de renda, por faixa etária – Quintil I, 1990-2011.....	63
Gráfico 8: Porcentagem de pessoas brasileiras matriculadas em qualquer nível de ensino de acordo com quintis de renda, por faixa etária – Quintil II, 1990-2011	64
Gráfico 9: População Economicamente Ativa (PEA) brasileira.....	65
Gráfico 10: Taxa de desemprego aberto no Brasil, 1990-2011	66
Gráfico 11: Percentual da renda feminina em comparação com a masculina no Brasil para atividades semelhantes segundo anos de estudo aprovados, 1990-2011.....	68
Gráfico 12: Porcentagem de pessoas brasileiras matriculadas em qualquer nível de ensino de acordo com quintis de renda, por faixa etária – Quintil IV, 1990-2011	71
Gráfico 13: Porcentagem de pessoas brasileiras matriculadas em qualquer nível de ensino de acordo com quintis de renda, por faixa etária – Quintil V, 1990-2011.....	72
Gráfico 14: Cargos de liderança em empresas com sede no Brasil, 1998-2012	73
Gráfico 15: Homicídios de mulheres brasileiras por mil, 1990-2010	76
Gráfico 16: Número de divórcios em 1ª instância no Brasil, Região Nordeste e Região Sudeste, 1990-2011.....	80
Gráfico 17: Casamentos no Brasil, 1990-2011.....	81
Gráfico 18: Número de pessoas nascidas vivas no Brasil, 1990-2011	82
Gráfico 19: Porcentagem de matrículas de homens e mulheres em curso superior no Brasil, 1990-2009.....	82
Gráfico 20: Chefia de famílias urbanas monoparentais nucleares no Brasil, 1990-2010.....	83
Gráfico 21: Chefia de famílias urbanas biparentais nucleares no Brasil, 1990-2010.....	83

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	À GUIA DE DEFINIÇÃO E MÉTODO: SEXO, GÊNERO, FEMINISMO E DIALÉTICA	16
2.1	INTERPRETANDO OS SEXOS.....	16
2.2	INTERPRETADO OS GÊNEROS.....	17
2.2.1	Os estereótipos de gênero.....	18
2.3	O DEBATE DAS ESCOLAS FEMINISTAS E O MÉTODO DIALÉTICO	20
3	GÊNERO, SEXO, PATRIARCADO E MERCADO DE TRABALHO	27
3.1	CONCEITOS NORMATIVOS E OS PAPEIS DOS SEXOS NO MERCADO DE TRABALHO	27
3.2	O FEMINICÍDIO DE CIUDAD JUÁREZ (CHIHUAHUA, MÉXICO).....	33
4	EVOLUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E PAPEIS DOS SEXOS NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO.....	36
4.1	FOUCAULT E A CRIAÇÃO DA SEXUALIDADE: COMO O CAPITALISMO SE APROPRIOU DAS ESTRUTURAS DO PATRIARCADO	36
4.1.1	Os dispositivos de aliança e de sexualidade.....	37
4.1.2	O biopoder.....	38
4.2	REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E I GUERRA MUNDIAL: O CASO INGLÊS.....	41
4.2.1	Revolução Industrial	41
4.2.2	I Guerra Mundial	50
4.3	AS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS E A CRISE DE 1929: O CASO DOS ESTADOS UNIDOS	52
5	A DESIGUALDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA ENTENDIDA ATRAVÉS DO GÊNERO.....	57
6	CONCLUSÃO.....	85
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo geral aplicar a abordagem da economia política da discriminação por gênero ao Brasil. Os objetivos específicos incluem entender a maneira como interagem historicamente, desde o século XIX, o mercado de trabalho e os estereótipos dos gêneros e mostrar como as instituições brasileiras se relacionam com esse movimento, contribuindo para a situação desigual que sempre caracterizou o país. A motivação da pesquisa pode ser resumida através da pergunta: que relação a discriminação por gênero guarda com a desigualdade socioeconômica no Brasil e quais são as formas e determinantes dessa discriminação historicamente?

Este trabalho se propõe a fazer uma análise histórica e dialética da desigualdade socioeconômica brasileira, enfatizando a contribuição da desigualdade entre os sexos (homem e mulher). Pretende-se, em particular, identificar como surgiram e se perpetuaram os estereótipos de gênero (feminino e masculino) e como eles dialogam com a posição efetiva dos sexos no mercado laboral, possibilitando uma melhor compreensão da posição social que hoje ocupam as mulheres no Brasil. Ou seja, o trabalho procura fornecer ferramentas para uma leitura da desigualdade socioeconômica brasileira que incorpore a questão do gênero como categoria central de análise.

Para que seja possível estabelecer as relações pretendidas entre as variáveis de gênero e a desigualdade socioeconômica, o instrumento principal utilizado é a análise histórica de algumas características do mercado de trabalho, interpretadas de modo a estabelecer uma relação dialética entre os estereótipos de gênero, o papel ocupado pelos sexos e os ambientes social, político e laboral. Este trabalho defende que só se pode compreender esta relação se considerarmos o movimento como característica essencial dos processos históricos, permitindo uma análise do desenvolvimento alternado de avanços e retrocessos de algumas liberdades e funções dos sexos nas diferentes sociedades, e na brasileira em particular.

Para investigar a hipótese de que os movimentos de mudança no mercado de trabalho, os estereótipos de gêneros e os papéis ocupados pelos sexos têm íntima relação, dialogando com a condição desigual dos sexos no mercado laboral e, conseqüentemente, com a condição desigual de homens, mulheres e famílias na sociedade, deve-se partir do pressuposto de que a sociedade capitalista é formada por relações tipicamente capitalistas (compra e venda generalizada da força de trabalho) e outras não especificamente capitalistas (todas as outras

relações sociais, incluindo o patriarcado), articulando-se nos movimentos de reprodução e acumulação do capital (LENCIONI, 2012).

Sendo assim, considera-se que as mudanças e perpetuações dos estereótipos dos gêneros masculino e feminino, e logo a posição dos diferentes sexos na sociedade capitalista, devem ser explicadas analisando-se os movimentos de reprodução e acumulação do capital, que se dão juntamente com modificações nas suas relações de produção especificamente capitalistas – portanto, no mercado de trabalho – e também nas não especificamente capitalistas – na relação entre as mulheres, a família e o lar. Logo, a análise histórica e dialética entre os estereótipos de gênero, o papel dos sexos e a evolução do mercado de trabalho, e não uma análise estática ou mesmo uma análise de causa e consequência unidirecional, é essencial para responder o problema colocado pelo presente trabalho.

Por se tratar de uma característica recorrente tanto nas sociedades capitalistas como nas pré-capitalistas, a discriminação por gênero não pode ser completamente compreendida com uma simples análise do mercado de trabalho atual. Porém, alguns dados recentes mostram perfeitamente essas relações. Segundo o CENSO 2010 do IBGE, as mulheres brasileiras recebem salários inferiores aos dos homens, trabalham mais horas por dia e possuem maior escolaridade (são maioria tanto no ensino superior quanto na pós-graduação). Além disso, segundo a CEPAL, em 2011 as mulheres brasileiras recebiam cerca de 70% do salário recebido por homens para desenvolver um trabalho de mesmas características. Embora existam esforços atuais importantes no sentido de considerar essas relações, como os programas da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial, a associação entre desigualdade socioeconômica e desigualdade entre sexos ainda não está consolidada, não sendo um dos objetivos principais do programas que visam a redução a pobreza.¹

A ideia de relacionar aspectos da desigualdade socioeconômica com a discriminação por gênero, que fazem referência a um estereótipo de gênero socialmente construído, permite uma nova possibilidade de interpretar traços desse fenômeno. Adotar o gênero como categoria analítica principal possibilita uma visão diferente das teorias mais consolidadas no cenário nacional e internacional para explicar a desigualdade. Cito como principais exemplos: (1) as

¹ Ao observarmos os três maiores programas de Transferência Condicional de Renda na América Latina (Bolsa Família, no Brasil, Oportunidades, no México, e Famílias em Ação, na Colômbia), que são considerados os principais programas para redução da pobreza, vemos que nenhum deles adota diretamente uma perspectiva de gênero em seus objetivos. Por mais que, efetivamente, algumas ações estejam baseadas na consciência de que essas desigualdades existem (como no caso do Bolsa Família, que o dinheiro é entregue à mulher), os objetivos são centrados na melhora de vida das crianças e em objetivos de longo prazo, como melhora na saúde, na educação e aumento de oportunidades; a melhora na condição de vida das mulheres não é um dos objetivos principais.

teorias neoclássicas, com especial atenção à Nova Escola Institucionalista; (2) a teoria do subdesenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que tem em Celso Furtado e Raúl Prebisch seus principais expoentes; (3) a teoria “weberiana-marxista” da dependência, difundida por Fernando Henrique Cardoso e Falleto; (4) a teoria marxista da dependência, na qual destaco Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra; e (5) a teoria da dependência dos sistemas-mundo, de André Gunder Frunk.

A análise da relação entre os termos gênero (feminino e masculino), sexo (homem e mulher) e sexualidade (heterossexual, bissexual, homossexual, transgênero, transexual, entre outros) vem sido feita desde a chamada “primeira onda” da escola de pensamento feminista, que tem seu marco inaugural na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadania, em 1791. A partir daí, o desenvolvimento das diferentes escolas feministas e teorias *queer* (com as precursoras Margaret Mead e, posteriormente, Mary MacIntosh), com importante destaque para “A História da Sexualidade”, de Foucault, tem se voltado principalmente para os ramos da psicanálise, antropologia, direito, história e ciências sociais. De alguns anos pra cá se vê um grande aumento no esforço acadêmico para esses estudos. Entretanto, poucas pesquisas apontam para seu papel essencial na diminuição de desigualdades socioeconômicas. Exemplo do aumento do interesse na área é a crescente – porém ainda reduzida – base de dados sobre sexo, gênero e sexualidade que as grandes instituições de mensuração estatística disponibilizam no Brasil (considerando como principal o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e na América Latina (com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL).

Analisando as instituições brasileiras, vemos alguns esforços para modificar esse quadro de discriminação e desigualdade (como a Lei Maria da Penha, que visa combater os abusos físicos e psicológicos sofridos pela mulher, e os direitos relacionados à aposentadoria feminina, reconhecendo a maior carga semanal de trabalho por parte das mulheres). Internacionalmente, a questão da desigualdade entre sexos ganha cada vez mais destaque, como no relatório publicado em 2012 pela CEPAL que recomenda como política urgente para a redução das desigualdades uma distribuição mais equitativa dos papéis e dos recursos entre mulheres e homens no meio familiar e social. Entretanto, as crenças que alimentam a discriminação e geram essas diferenças sociais e econômicas podem estar profundamente enraizadas na sociedade, necessitando de políticas amplas e duradouras para que esse quadro possa ser modificado.

Objetivando dar uma maior clareza em relação aos conceitos utilizados neste trabalho,

a próxima seção consiste em um debate teórico de como se formam os conceitos de sexo, gênero e estereótipos de gênero. Utilizando-se de revisão bibliográfica, expõem-se algumas correntes de pensamento feminista que estudam essas categorias e assume-se a teoria feminista marxista radical como a visão teórica predominante nesta pesquisa, relacionando-a com o método dialético de análise.

Uma das premissas deste trabalho é a hipótese de que a diferenciação entre os sexos e gêneros não é característica intrínseca do sistema tipicamente capitalista, mas a maneira como essas categorias evoluíram está intimamente relacionada com a maneira como o sistema foi se alterando, segundo as mutações e contradições do capital. Para investigar essa premissa, a seção subsequente faz uma discussão de como esses estereótipos foram criados historicamente e como os papéis dos sexos (e mais especificamente do sexo mulher) se alterou no tempo, comparando com a modificação ou perturbação dessas categorias limitadoras. O exemplo do feminicídio ocorrido em Ciudad Juárez (México) é levantado para elucidar a questão da liberalização ou repressão da mulher como fruto de uma síntese dinâmica entre patriarcado e capitalismo.

Na sessão 4, inicia-se uma investigação que busca esclarecer como o capitalismo se apropriou das estruturas do patriarcado, tendo a obra de Foucault (1988) como base. Posteriormente, são utilizadas fontes secundárias de dados para analisar alguns grandes movimentos mundiais – a Revolução Industrial, as grandes guerras e a crise de 1929 – e seus reflexos no mercado de trabalho em comparação com a evolução dos conceitos de sexo e gênero para a Inglaterra e os Estados Unidos. O objetivo é indicar que essas variáveis sustentam uma relação complexa de interação mútua, identificando as formas e os determinantes da discriminação por gênero. Com a escolha desses países e desses acontecimentos históricos específicos, a discussão busca identificar de que forma esses grandes movimentos modificaram as relações tipicamente capitalistas e transformaram a síntese entre o patriarcado e o capitalismo, simultaneamente alterando a condição de vida das mulheres no mercado de trabalho, no lar e na sociedade em geral. A análise de acontecimentos marcantes do sistema capitalista em países que se destacaram justamente pela posição de vanguarda nesse modo de produção específico busca esclarecer uma importante hipótese deste trabalho: os traços patriarcais não são típicos de capitalismo tardios e não se dissolvem a medida que o capitalismo vai avançando (por “avanço”, compreende-se a predominância das relações especificamente capitalistas e a consolidação da subsunção real do homem ao capital).

Na última seção, se faz um recorte dos últimos 20 anos no Brasil, buscando identificar a nossa situação socioeconômica atual desde uma perspectiva de gênero, empregando informações levantadas nas bases de dados do IBGE e da CEPAL, além de informativos e pesquisas de instituições privadas (como IPOBE, Instituto Avon e Cadastro Catho) e revisão bibliográfica. Busca-se analisar a questão dos sexos e do mercado de trabalho no Brasil através de um foco mais quantitativo. Tal recorte temporal se dá primeiramente porque a intenção aqui é compreender como estamos atualmente (se as desigualdades se perpetuam e em que áreas se perpetuam), e também por uma falta de disponibilidade de dados estatísticos para períodos anteriores.

A análise desses dados mostra que existem tendências de avanços e recuos em relação à situação da mulher no Brasil, e não um avanço constante no sentido de uma igualdade de gêneros. Assim, os dados indicam que o estereótipo de gênero se mantém rígido no tempo, mesmo que algumas condições da mulher tenham se alterado. Dialogando com a construção histórica e teórica dos capítulos anteriores, os dados analisados indicam que o capitalismo e o patriarcado encontram sínteses dinâmicas no tempo que provocam algumas tendências oscilatórias em relação a alguns dados (como número de nascimentos), tendências crescentes ou decrescentes em relação a outros (como número de mulheres em relação a homens em lares pobres para o primeiro caso e porcentagem de mulheres empregadas em trabalho doméstico para o segundo) e mesmo valores que pouco se alteram do tempo para outros dados (como porcentagem de lares monoparentais nucleares com chefia feminina).

O trabalho conclui, finalmente, argumentando que as políticas que visam melhorar a distribuição de recursos e produtos no Brasil, buscando a redução da desigualdade, devem ter como um dos focos de análise a discriminação por gênero. A pobreza afeta de forma mais significativa às mulheres que aos homens, e as condições que minimizam o trabalho feminino frente ao masculino se mostraram estar muito enraizadas na sociedade devido à relação dinâmica entre o patriarcado e o capitalismo, que perpetuam os estereótipos de gênero no tempo. A análise feita indica que os estereótipos não se modificaram, porém o capitalismo e o patriarcado mostram uma síntese que permite à mulher encontrar alguns espaços nos quais seu trabalho pode ser remunerado – porém esse espaço é restrito e sua remuneração não é igual a do homem. A aparente permanência desses estereótipos mostra alguns efeitos perversos não só economicamente, mas também no campo dos direitos humanos.

2 À GUIA DE DEFINIÇÃO E MÉTODO: SEXO, GÊNERO, FEMINISMO E DIALÉTICA

2.1 INTERPRETANDO OS SEXOS

Uma das principais premissas teóricas deste trabalho é visão difundida por Foucault de que tanto o conceito de sexo quanto o conceito de gênero são termos que assumem significados diferentes em sociedades diferentes. Ou seja, são culturalmente construídos, e não biologicamente dados. Por sexo, se compreende as categorias homem e mulher: na nossa sociedade, homens são identificados por possuírem cromossomos XY, pênis e predominância de testosterona em seu organismo; mulheres são identificadas por possuírem cromossomos XX, vagina e predominância de progesterona e estrogênio. Embora essas estatísticas sejam de difícil obtenção (em parte por falta de diagnóstico ao nascer e em parte por uma omissão dos pais), certo é que inúmeras pessoas nascem com algumas características que não se encaixa nesse “modelo ideal” (genitália dúbia, cromossomos XXY e XXX, além de alterações nos níveis hormonais e aparelho reprodutor). Como fazemos para adequar esses “seres diferenciados” a essas duas categorias a princípio excludentes, a possibilidade de criação de uma nova ou várias novas categorias (ou mesmo a supressão total delas) e as adaptações que fazemos para que possamos modificar a condição natural dessas pessoas e encaixá-las nos padrões existentes – como medicamentos e cirurgias – são um traço importante da cultura da sociedade em relação aos sexos.

A ideia de dois sexos separados (homem e mulher), opostos (ideia de que homem e mulher se complementam tanto fisicamente – homem penetrador e mulher penetrada – quanto ideologicamente – homem forte e mulher frágil) e excludentes (o que não é homem é mulher e vice-versa) é um sistema que começou a se desenvolver só durante o século XVIII, na Europa (LAQUEUR, 1990). Em outras sociedades, se percebe a existência de um só sexo ou mesmo de três ou mais sexos². Nos estudos desenvolvidos por Laqueur (1990) acerca da sociedade grega até o século XVIII, fica evidente que essa sociedade possuía uma ideia “unissexuada” do corpo: haveria apenas um sexo, e a quantidade de energia que o corpo recebesse definiria se a genitália se projetaria para fora (no caso do homem) ou para dentro

2 Na sociedade zapoteca, que reside no sul do México, há uma divisão de três sexos: homens, mulheres e os chamados “muxes”. Muxes são pessoas que apresentam o corpo semelhante a forma dos homens, porém desde muito cedo têm hábitos tradicionais de mulheres (corte de cabelo, vestimentas e atividades desenvolvidas). Os zapotecas afirmam que é um costume pré-hispânico, e defendem que os muxes se relacionam sexualmente tanto com homens quanto com mulheres, ou mesmo entre muxes. Os muxes se afirmam como sendo “o terceiro sexo”.

(no caso da mulher). Logo, o corpo da mulher seria “inferior” (pois dispunha de menos energia), menos capaz de absorver nutrientes (o sangramento era uma forma de expulsar a quantidade extra de nutrientes ingeridos) e o útero seria apenas um pênis interno.

Este trabalho não nega que o conceito de sexo esteja ligado a algumas características físicas e naturais dos seres humanos. Entretanto, o interesse principal está em saber como as características são interpretadas para que sejam classificadas nessas categorias, pois “embora essas distinções anatômicas sejam geralmente dadas no nascimento, os significados a elas associados são altamente históricos e sociais” (WEEKS, 1999, p. 43).

2.2 INTERPRETADO OS GÊNEROS

A análise dos gêneros se refere aos conceitos de feminino e masculino (e a androginia, que se caracteriza pela mescla entre as características atribuídas a um e a outro). Por definição, o feminino deveria representar tudo aquilo que “é da mulher”; masculino, tudo aquilo identificado como “do homem”. Logo, surge uma série de comportamentos, sentimentos, roupas, posturas sociais, tarefas e afazeres que são tratados como femininos ou masculinos, ou seja, um estereótipo do que é o comportamento feminino e um estereótipo do que é o comportamento masculino.

Há um extenso debate acadêmico a respeito do conceito de gênero entre as feministas. Linda Nicholson (2000) divide as interpretações relacionadas a gênero em dois grupos: (1) aquelas que consideram que o conceito de gênero é oposto ao conceito de sexo, sendo este tudo que é biologicamente construído e aquele toda a construção social que se dá em cima desse corpo natural; (2) aquelas que consideram que gênero é um termo que faz referência a “qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos femininos de corpos masculinos” (NICHOLSON, 2000, p. 53). Se considerarmos o primeiro grupo, muito pouco poderia ser feito para que a discriminação por gênero fosse superada; afinal, ela estaria baseada na anatomia dos corpos e isso é uma característica natural e imutável. Entretanto, conforme já descrito na sessão anterior, os conceitos de sexos também podem ser interpretados como construções sociais, e de fato variam de sociedade para sociedade.

Neste trabalho, adoto a descrição ampla de Scott (1990). Com o objetivo de formular uma teoria radical da sexualidade, a autora explicita o gênero como categoria analítica útil quando observado sob duas óticas inter-relacionadas:

a) O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos. Para compreender como o gênero está construído nas diferentes sociedades, é preciso desconstruir seu conceito, identificando as seguintes categorias:

- Símbolos culturais: são figuras culturais públicas que servem como forma de preservação de certos juízos específicos, como Eva e Maria. As perguntas fundamentais para defini-los remetem às perguntas clássicas de Foucault (1988): da onde vêm? Como são? Quem os disse?

- Conceitos normativos: dos símbolos culturais se identificam conceitos tendenciosos e únicos, como características próprias das mulheres que se opõe às dos homens e servem para barrar outras hipóteses interpretativas não desejadas para fins religiosos, políticos e jurídicos.

- Noções políticas, instituições e organizações: devem-se identificar as características do envolvimento mútuo da família, da economia, da política, da escola, do mercado, etc., em relação ao gênero.

- Identidade subjetiva: os conceitos supracitados se inserem na formação psicológica dos indivíduos, fazendo parte do que eles são (por ser homem, uma pessoa toma inúmeras atitudes apenas porque acredita que um homem deve fazê-lo, e o mesmo ocorre para as mulheres).

b) O gênero é o campo primário por meio do qual se articula o poder político. Os conceitos de gênero baseados em aspectos da natureza se tornam referências de organização na sociedade, legitimando aspectos que muitas vezes não tem relação direta com a sexualidade (como a caracterização de uma pessoa frágil emocionalmente como feminina). Aqui se observa a natureza recíproca de gênero e sociedade, que se constroem simultaneamente em uma relação dialética. O caráter estável e seguro da relação “natural” entre homem masculino e mulher feminina legitima o poder político, formando parte do seu significado.

2.2.1 Os estereótipos de gênero

A definição de estereótipos de gênero a ser utilizada é a desenvolvida por Cook e Cusack (2009). Para elas, um estereótipo é uma visão determinada das características e papéis que um indivíduo deve ter, baseado na sua aparente identificação como pertencente a um grupo específico. Os estereótipos de gênero, mais especificamente, são os criados para

homens e mulheres a partir de suas características físicas, biológicas, sexuais e sociais.

Para as autoras, nem todos os estereótipos representam danos para a sociedade. Muitas vezes, eles ajudam a simplificar o mundo complexo em que vivemos. Porém, na maior parte dos casos, esses rótulos nos limitam a capacidade de construir e tomar decisões sobre nossos próprios projetos de vida, por isso se torna essencial estudarmos suas características, suas origens e suas consequências.

Segundo elas, os estereótipos podem ser (1) estatísticos ou descritivos e (2) normativos ou prescritivos. No primeiro caso, eles se originam da observação de um feito frequente. No segundo, surgem de um discurso da sociedade que se baseia em papéis sociais historicamente determinados pelas relações de poder. É difícil perceber qual a origem exata de um estereótipo, porém é possível afirmar que, uma vez existente, essas duas categorias reforçam uma a outra e perpetuam a sua existência.

Os estereótipos em geral têm a característica de sofrerem mudanças ao longo do tempo, variando de acordo com o lugar e a época. Já os estereótipos de gênero apresentam a característica de serem dominantes (se articulam através das culturas e setores sociais) e persistentes (se articulam ao longo do tempo). Constitui, portanto, uma estrutura rígida que pode apresentar pequenas modificações apenas no decorrer de longos períodos de tempo ou em culturas muito distintas.

As autoras selecionam quatro categorias principais de estereótipos de gênero, que são úteis como instrumento analítico:

a) Estereótipo de sexo: se baseia nas características físicas e biológicas de homens e mulheres. Segundo este estereótipo, as mulheres são frágeis, fracas e vulneráveis, em oposição à força dos homens.

b) Estereótipo de sexualidade: se refere à atração sexual entre homens e mulheres e o princípio “heteronormativo” (todos os ambientes e instituições são pensados para casais heterossexuais, pois essa é a condição normal do ser humano, e qualquer outra sexualidade deve “se assumir”).

c) Estereótipos de papéis sexuais: define quais comportamentos são apropriados para cada sexo, utilizando como base do seu discurso a “natureza biológica” dos homens e mulheres.

d) Estereótipo composto: é uma mistura entre os estereótipos supracitados com algum outro, como os de raça, de classe social, de idade, etc.

2.3 O DEBATE DAS ESCOLAS FEMINISTAS E O MÉTODO DIALÉTICO

O conceito de feminismo é debatido fortemente nas diferentes escolas de pensamento, apresentando mudanças drásticas de definição, muito devido ao fato de se tratar também de uma posição política (por comprometer-se com a ideia de subverter e transformar a ordem vigente, considerada machista). Por outro lado, existe razoável consenso que se trata de movimento de libertação da mulher que está baseado em pensamento e ação, unindo uma ampla base teórica com a ação prática. Segundo a definição de Susana Gamba (2008a):

O feminismo é um sistema de ideias que, a partir do estudo e análise da condição da mulher em todas as ordens – família, educação, política, trabalho, etc. – pretende transformar as relações baseadas na assimetria e opressão sexual, mediante uma ação mobilizadora. A teoria feminista se refere ao estudo sistemático da condição das mulheres, seu papel na sociedade e as vias para atingir sua emancipação. (GAMBA, 2008a, p. 2, tradução livre)

A linha teórica utilizada neste trabalho remete a uma síntese das teorias feministas que reivindicam as teorias do patriarcado (que, em linhas gerais, estudam a perpetuação da supremacia do masculino sobre o feminino) e as teorias feministas de origem marxista. Não se defende a ideia de que apenas no capitalismo exista a opressão da mulher, mas considera-se que esse sistema específico apropriou-se dos conceitos de gênero e sexualidade para perpetuar as relações de poder originadas de um sistema patriarcal que permitem sua reprodução. Os conceitos de família, lar e sexualidade apenas se esclarecem quando comparados com um modo de produção em constante alteração. Porém não se pode estabelecer uma relação direta de determinação de um para o outro, ou seja, não é possível afirmar que o capitalismo gerou certa noção de sexualidade, nem que certa noção de sexualidade determinou a formação do capitalismo (SCOTT, 1990).

Assumindo apenas a teoria do patriarcado, a conclusão lógica seria que o homem trabalhador e empregador é opressor por excelência, e a interferência do modo de produção (nesse caso, o capitalismo) seria apenas um ruído. Já assumindo a teoria das classes proposta pela corrente majoritária das marxistas, se conclui que o “inimigo maior” é o capital; derrotando o capital, todas as estruturas por ele dominadas – inclusive o machismo – serão derrubadas (GERMAN, 2013). A proposta desta pesquisa é a síntese de ambas teorias: a sociedade patriarcal é anterior ao capitalismo, e esse modo de produção se apropria dessa construção histórica para utilizá-la de modo a tornar mais eficiente a reprodução do capital. A família tal como desenvolvida na sociedade capitalista é um modo muito barato de reproduzir a força de trabalho (embora seja praticamente impossível provar que é o mais barato possível)

e funciona como estrutura básica para perpetuar as relações de poder já existentes (GERMAN, 2013). Seguindo a ideia proposta por Heidi Hartmann, a estrutura do patriarcado se perpetua no sistema capitalista dentro de uma estrutura de classes. Entretanto, as mudanças nas exigências do capital para que continue seu processo de valorização e a rigidez deste sistema patriarcal ora se alimentam e ora entram em conflito (WALBI, 1988), gerando alguns movimentos de idas e vindas em relação às conquistas de liberdade das mulheres.

Embora sejam muitas as teorias que se propõem a estudar questões de gênero, sexo e sexualidade, e suas origens possam ser estudadas de diversas maneiras, utilizo a divisão proposta por Joan Scott (1990), que sugere três linhas de pesquisa que servem de apoio para as escolas feministas existentes. A partir da identificação das ideias de cada uma dessas três formas de pensar, se formam diferentes escolas de pensamento e militância feministas, que podem apoiar-se em uma, duas ou até mesmo as três vertentes para fazer sua interpretação.

a) Psicoanalítica

O propósito dessa teoria é compreender os papéis que são destinados aos sexos e os comportamentos executados e socialmente aceitos pelos gêneros através de uma explicação da psique dos indivíduos. Para isso, centra a análise no desenvolvimento das pessoas em seus primeiros anos de vida.

Muito se pode debater a respeito da contribuição dessa visão para a melhoria das pessoas e a superação de seus problemas e transtornos relacionados ao sexo, ao gênero e a sexualidade. Entretanto, esse ponto não parece contribuir de forma significativa para a discussão aqui pautada. Para a construção de um conceito de gênero que sirva como instrumento de análise socioeconômica, essa visão não fornece uma contribuição adequada, pois é atemporal e “ahistórica”: coloca as relações sociais em segundo plano, concentrando-se nas relações familiares como produtoras do antagonismo sexual.

As relações familiares merecem um papel de destaque nas teorias feministas, inclusive por se tratarem de uma forma de dominação e de perpetuação das relações de poder na sociedade atual. É o conceito de família tradicional (pai-mãe-filhos) e a proteção e privacidade dessa que permitiu o descaso e inclusive a banalização da violência doméstica por muitos anos, gerando o *slogan* feminista muito difundido a partir dos anos 60 “o pessoal é político” (OKIN, 2008). Torna-se muito importante, portanto, estudar como o indivíduo ainda na infância percebe essas relações familiares e como esse ambiente interage com suas habilidades e desejos. Não obstante, essa análise não é a que mais evidencia as relações entre o gênero e o mercado de trabalho, pois tem seu foco na formação da identidade de gênero, e

não em como as relações de poder oprimem as mulheres em todas as suas instâncias, para quem elas servem e como elas se manifestam institucionalmente. Além disso, as demais teorias também englobam o conceito de família, porém com um foco histórico e antropológico.

b) Teorias do Patriarcado

Essas visões têm a grande vantagem de combinar os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, enquanto construções sociais (tal como apontado por Foucault em “A História da Sexualidade”), com as diferenças físicas e biológicas entre homens e mulheres, para explicar as origens das relações patriarcais. Essas teorias se preocuparam em entender o processo de subordinação da mulher a partir do entendimento de que o homem tem uma necessidade de dominação, utilizando-se de conceitos hegelianos.

Autores como Mary O’Brien (1981) e Shulamith Firestone (1970) põem a reprodução como o centro da questão, sendo a “compreensão adequada” desse processo por parte das mulheres o seu modo de libertação (é necessário fazer uma separação entre o processo natural de reprodução e a mistificação ideológica posta sobre ele). Já Catherine MacKinnon (1989) propõe que a sexualidade é o centro do patriarcado, pois considera que o sexo da maneira como é praticado é *per se* violência. Utilizando-se de questionários e estatísticas, chega a conclusão de que, no contexto social atual, violência é sinônimo de sexo e que a visão da mulher como objeto é o processo primário de sua opressão.

Essa análise peca em associar as questões de gênero, sexo e sexualidade com os demais setores da sociedade. As desigualdades de gênero são vistas como questão central, porém não se explica como isso gera desigualdades em outras áreas (SCOTT, 1990). O próprio conceito de patriarcado utilizado pode ser rejeitado como categoria analítica justamente devido a essa característica. Segundo Fine (1992):

[O] patriarcado sempre parece ser uma explicação de onde e quando as mulheres estão em desvantagem, porém isso é apenas renomear algo que já conhecido em vez de explicar por que a opressão se dá dessa maneira e por que e como ela muda. (FINE, 1992, p. 26, tradução livre)

Neste trabalho, entretanto, considera-se que as pesquisas das feministas mais ligadas às teorias do patriarcado são muito úteis como instrumento analítico, pois muitas vezes explicitam relações difíceis de identificar quando se utiliza um ponto vista histórico. As pesquisadoras mais ligadas a essa vertente concentraram seus esforços em teorizar e “mapear” a situação das mulheres no mundo, chegando à importante conclusão de que a discriminação por gênero é uma estrutura presente em todas as sociedades existentes, mas os estereótipos

associados a cada um deles diferem radicalmente de uma cultura para outra. Além disso, foi Rosaldo (1974), uma antropóloga que pesquisou amplamente a respeito das estruturas patriarcais, que concluiu que “o grau de sujeição das mulheres à autoridade dos homens, em uma dada sociedade, é correlato ao grau em que a dicotomia público/doméstico é destacada” (*apud* OKIN, 2008, p. 318), fornecendo uma importante observação para os estudos de políticas voltadas para mulheres em governos neoliberais.

c) Tradição Marxista

Dentro da tradição marxista existem diversas subdivisões teóricas, sendo o ponto de convergência a busca por uma explicação “material” para o gênero e a íntima conexão entre famílias, lares e sexualidade com os modos de produção que se alteram no tempo. Seguindo uma base teórica ortodoxa no método de análise, podemos afirmar que o foco se dá em identificar as categorias do modo de produção capitalista (como valor, capital, lucro) com alto grau de abstração para, então, poder aplicá-las em um dado momento histórico para compreender como derivam as relações de gênero nesse dado contexto (FINE, 1992). Entretanto, muitas outras escolas se reivindicam marxistas e não se utilizam desse método, considerando conceitos marxistas importantes (como a descrição das necessidades do capital em relação aos jogos de poder e o conceito de exército industrial de reserva) como características básicas.

Seguindo esse método mais ortodoxo, Fine (1992) coloca que é por meio dessas categorias com alto nível de abstração que podemos identificar as características próprias das mudanças no modo de produção historicamente, sendo essas ferramentas essenciais para que se identifiquem as diferentes formas e determinantes da opressão da mulher nos mais diversos ambientes. Hartmann (1979), entretanto, já havia argumentando que as categorias marxistas são neutras em gênero e, portanto, essencialmente masculinas. A proposta de Hartmann (1979) é separar as teorias do patriarcado das teorias de classes, possibilitando uma análise de como ambas se contemplam mutuamente. Essa visão é criticada por Walby (1988):

A análise de Hartmann das relações entre capitalismo e patriarcado sobrevaloriza o grau de harmonia entre os dois sistemas. Os conflitos entre os interesses do capital em utilizar mão de obra barata e os do patriarcado em restringir mulheres para o trabalho doméstico ou formas muito limitadas de trabalho remunerado é subestimado em sua conta. (WALBI, 1988, p. 23, tradução livre).

É certo que esses movimentos se opõem em certo sentido. Porém, Hartmann acerta ao afirmar que todo o modo de produção exige um modo de reprodução. No caso do capitalismo, ele se dá através de um trabalho livre ou não remunerado por parte das mulheres em nutrir, cuidar e educar os filhos e filhas, além dos cuidados com a manutenção do lar. Sendo assim, é possível afirmar que o modelo patriarcal não só é factível, mas também favorável ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Os possíveis conflitos de interesse entre esses modelos de sociedade geram as discontinuidades nos processos de aquisição dos direitos e liberdades das mulheres, a serem tratados na próxima sessão.

A afirmação de Walbi só se mantém se considerarmos o trabalho gratuito que a mulher realiza no lar como um não trabalho, ou seja, se partirmos do ponto de vista que o trabalho doméstico e de cuidados com a prole não gera nenhum tipo de valor, não contribuindo para os interesses do capital. Entretanto, o trabalho doméstico é produtor “indireto” de mais-valia através da produção direta da força potencial de trabalho: é só com a alimentação, os cuidados com a saúde, o descanso e o lazer fornecidos tradicionalmente pela mulher no lar que o trabalhador homem pode voltar aos seus ambiente de trabalho, além da criação de bebês saudáveis que possam potencialmente vender sua força de trabalho futuramente no mercado laboral (GERMAN, 2013). Além disso, a classe burguesa também necessita reproduzir-se, e cabe a mulher cuidar e educar o filho para que esse possa seguir os passos do seu pai e manter-se dono do capital.

Uma das divisões mais claras entre as correntes marxistas está no fato de algumas considerarem que a destruição do sistema capitalista, protagonizada pelo proletariado (e, portanto, por homens e mulheres) seria condição necessária e suficiente para acabar com a opressão do gênero feminino. Embora Marx e Engels tenham reconhecido eles próprios que o sistema patriarcal é anterior ao capitalismo (D'ATRI, 2004), o desenvolvimento desse modo de produção torna o capital soberano sobre todas as relações humanas. Assim, o ataque ao capital seria um ataque ao sistema patriarcal. Essa posição está mais identificada com o grupo das feministas socialistas, segundo a classificação de D'Atri (2004).

Entretanto, outras feministas de vertente marxista colocam que as mulheres formam uma classe social a parte que é discriminada em qualquer círculo social em intensidades diferentes, dado o preconceito de classe característico do sistema capitalista (D'ATRI, 2004).

Um revolução que poria fim ao sistema capitalista não seria suficiente para acabar com a sociedade patriarcal. Para isso, seria necessária uma revolução cultural. Esse posicionamento, identificado com as feministas radicais, dialoga com o primeiro no sentido de considerar que não há possibilidade real de emancipação total da mulher em um marco capitalista de desenvolvimento, mas lança, porém, dúvidas de que o motor para o fim da opressão das mulheres seria o mesmo motor para o fim desse modo de produção.

As três grandes vertentes teóricas apresentadas por Scott (1990) – psicanalítica, teorias do patriarcado e marxista – dão suporte para uma infinidade de novas escolas de pensamento feminista ou novas formas de pensar a intervenção social das mulheres visando a igualdade. Em oposição às escolas marxistas apresentadas, as chamadas feministas libertárias consideram que é justamente com os avanços do sistema capitalista que as mulheres avançam em sua condição de igualdade, e quanto mais o capitalismo avançar para o neoliberalismo e chegar mais próximo de um futuro anarco capitalismo, mais próximas estaremos da liberdade e, portanto, da igualdade. Também encontramos a escola ecofeminista, ligada às teorias psicanalíticas, que não visa mostrar como as mulheres são iguais aos homens, mas sim destacar os “diferenciais femininos” como algo positivo que garante o equilíbrio da sociedade.

Enfim, existem muitas vertentes e teorias que se reivindicam feministas. Porém, o objetivo aqui não é apresentar o histórico e a evolução completa das escolas feministas, e sim mostrar a sua base teórica, suas três vertentes básicas e a diversidade de escolas e militâncias que encontramos neste terreno.

Dentre as teorias descritas, utiliza-se o feminismo marxista radical como teoria base desde trabalho, também apoiando-se em algumas ideias das teorias do patriarcado e de outras marxistas. Por mais que existam subdivisões internas nesta vertente, suas premissas básicas parecem mais acertadas no que tange à descrição da sociedade em que vivemos e nas possibilidades de mudança de paradigma. Em relação à ideia de as mulheres formarem uma classe social a parte, irei considerar uma versão mais “branda”, que considera as mulheres como sendo uma espécie de subclasse: sua opressão é uma característica constante nas diferentes sociedades (assim como colocam as teorias do patriarcado), gerando sempre uma discriminação que pode ser maior ou menor dependendo de outros estereótipos que estão associados a mulher – ou seja, de qual é o seu estereótipo composto nos termos de Cook e Cusack (2009). Além disso, essa visão dialoga com a posição de Engels sobre essa opressão específica, mantendo-se conectada com a teoria marxista:

A monogamia [...] entra em cena sob a forma de uma escravidão de um sexo pelo outro, como o anúncio de um conflito entre os sexos, desconhecido até a pré-história. Em um velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e eu, encontro a frase 'a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação de filhos'. E hoje eu posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a do sexo feminino com o masculino (ENGELS, 1995, pg. 54-55).

3 GÊNERO, SEXO, PATRIARCADO E MERCADO DE TRABALHO

3.1 CONCEITOS NORMATIVOS E OS PAPEIS DOS SEXOS NO MERCADO DE TRABALHO

Como já mencionado, os estereótipos de gênero possuem a característica de serem persistentes e dominantes. Neste capítulo, busca-se identificar como esse estereótipos se legitimam e se perpetuam na nossa sociedade, através da identificação de alguns discursos. Nesta parte do trabalho, utiliza-se o estereótipo cristão ocidental do que é feminino e o que é masculino para entender algumas dinâmicas do mercado de trabalho, buscando identificar se, no campo teórico, essas variáveis guardam alguma relação. Por feminino compreende-se as características de fragilidade, submissão, fraqueza e aptidão para trabalhos domésticos em oposição à falta de aptidão para o estudo científico e as ciências. Por masculino, compreende-se as características de virilidade, liderança, força e aptidão para estudos políticos e científicos³ (ROHDEN, 2010). A afirmação de Cook e Cusack em relação a rigidez desse estereótipo específico parece ser confirmada: não há alteração fundamental dessas categorias desde o século XIX, mas podem ser observadas algumas pequenas diferenças em relação ao nível de aceitação dos estereótipos de gênero como pertencentes aos sexos (possibilidade de mulheres masculinas, por exemplo, é cada vez mais comum, porém nunca se admite que talvez o estereótipo que esteja equivocado, e não as mulheres que estejam se “masculinizando”).

A ciência médica é um dos principais campos pelo qual se busca legitimar o estereótipo de gênero e, mais especificamente, o estereótipo de papéis sexuais. No século XIX, os médicos justificavam qual comportamento era adequado para as mulheres através do estudo da formação dos nossos ossos, do tamanho e distribuição do nosso cérebro e da nossa circulação sanguínea. Como o cérebro das mulheres é, em geral, mais leve que o dos homens, os ossos diferentes (caixa torácica com menor capacidade, quadril mais largo, ombros mais estreitos) e o sangue necessita concentrar-se na região abdominal (para fins de menstruação), qualquer atividade física seria perigosíssima para o frágil corpo feminino e qualquer atividade intelectual desviaria a concentração do nosso sangue e da energia do nosso corpo de onde ela

3 O discurso de falta de aptidão para trabalhos domésticos não é sempre atribuído ao estereótipo masculino, sendo apenas colocada a “maior pré disposição” das mulheres para justificar a ausência de homens nesse ambiente, na maioria das vezes. Em alguns discursos, que lembram a teoria das vantagens comparativas, é possível interpretar que o homem seria “bom de mais” para realizar alguns serviços domésticos, e que a mulher seria melhor por uma questão de prática (e não pré-disposição genética).

deveria estar (*i.e.* no útero). Portanto, a natureza biológica da mulher determinou que o seu papel é reservar-se ao conforto do lar, afastar-se de qualquer tipo de estudo ou atividade intelectual (como a política) e realizar apenas atividades físicas consideradas de baixa intensidade (como a culinária e a limpeza da casa) (ROHDEN, 2010). As implicações para o mercado de trabalho são claras.

É interessante notar que o fato de o homem necessitar de uma maior concentração de sangue na região peniana para obter uma ereção não é mencionado nos discursos da época, não se sabe se por falta de conhecimento ou se porque essa afirmação daria margem a interpretação de que ambos os sexos possuiriam essa característica em comum. O fato de as mulheres apresentarem porte físico inferior ao dos homens (em média e apenas se considerarmos homens e mulheres de uma mesma etnia⁴), levava a uma série de formulações para determinar nosso papel na sociedade. Com o avanço das ciências médicas, essas afirmações passaram a se tornar pouco sustentáveis, modificando o discurso, porém mantendo a mesma estereotipificação de gêneros.

Nos séculos XX e XXI, partiu-se para a explicação dos hormônios para a diferenciação dos sexos (e a decorrente diferenciação dos gêneros, mais especificamente a diferenciação de papéis sexuais): a testosterona, o “hormônio masculino” (que está presente em ambos os sexos mas se encontra em maior quantidade nos homens, geralmente), e o estrogênio e a progesterona, os “hormônios femininos” (ROHDEN, 2010)⁵.

O discurso, portanto, tem um tom claro de explicar o que é cada um dos dois sexos, como eles devem pensar, como eles devem agir e como isso constitui uma característica biológica e imutável, sendo antinatural algum comportamento contrário (fruto de uma anomalia, como uma exposição excessiva de testosterona). O estereótipo atribuído ao feminino é constituído pelas características de fragilidade, senso de direção reduzido, medo, sensibilidade; já ao masculino, identificamos as características de inteligência, sagacidade,

4 É razoável admitir que a capacidade pulmonar, a largura dos ombros e a circunferência craniana são proporcionais à altura de um indivíduo. Partindo desse pressuposto, é possível afirmar que, para todos os países com estatísticas conhecidas, as mulheres apresentam menor estatura em relação aos homens. Entretanto, para dados de 2005, as mulheres da Lituânia e da República Tcheca apresentam média de 1,67m de altura, enquanto os homens no Peru têm média de 1,64m e os homens da Coreia do Norte, 1,65m. Ainda, é importante lembrar que a média exclui os extremos (ou seja, dentro de um mesmo país, encontramos mulheres mais altas que homens). Assim, a afirmação generalizada de que as mulheres têm menor porte físico que os homens não se sustenta.

5 Em matéria exibida no programa “Bem Estar” da Rede Globo, disponibilizada on-line no dia 26 de outubro de 2012, argumenta-se que a testosterona dá aos homens a característica de serem “mais focados e [terem] maior chance de desenvolver uma inteligência espacial, por isso existem mais homens 'gênios' do que mulheres”. Ainda, afirma que essa diferença biológica leva as mulheres a serem mais “medrosas” e que, no caso de uma mulher ter habilidade para ciências matemáticas, isso só ocorre devido a uma exposição do feto a uma quantidade grande de testosterona ainda na vida intrauterina.

senso de direção, liderança e bravura.

Algumas pesquisas mais recentes mostram outros resultados, como a feita por Carothers e Reis (2012) através da análise de 122 características diferentes em mais de 13mil pessoas. Eles chegaram à conclusão de que só apresentam resultados diferentes entre homens e mulheres as características físicas, como força muscular, peso e altura. Já as características psicológicas não mostram tendência de gênero, ou seja, a julgar pelos resultados das pessoas em testes de afetividade, agressividade, estabilidade emocional, abertura, aptidão para ciências matemáticas, entre vários outros itens, não é possível definir o sexo de uma pessoa ao olhar seus resultados individualmente. Além disso, os próprios cientistas admitem que ainda temos pouquíssimo conhecimento em relação a como funciona o complexo cérebro humano, mas que uma das poucas certezas é sua capacidade de adaptação a diversas situações e condições de vida (ROHDEN, 2010). Entretanto, observa-se um grande esforço de pesquisa interessado em identificar características que diferenciam os sexos desde o nascimento, em detrimento de uma investigação que admita a possibilidade de uma adaptação do cérebro a uma condição feminina socialmente (e não biologicamente) determinada, ou mesmo uma pesquisa que não diferencie o cérebro dos sexos de nenhuma maneira.

Assim, a ciência legitima o que Scott (1990) identificou como “conceitos normativos”, discutidos na sessão anterior deste trabalho: todo esse discurso anunciado como isento de juízos (pois se trata de “ciência”) vêm reforçar os símbolos culturais, definindo as características próprias das mulheres já proferidas pela religião, que se refletem nas leis e instituições⁶. A partir da definição dessas características rígidas, cria-se a ideia de campos de atuação específicos para os sexos, dado que existem aptidões naturais que toda a mulher tem e várias outras que ela não tem – e tampouco desenvolverá de maneira tão satisfatória quanto um homem o faria. Essas são as características de uma sociedade patriarcal: há a primazia do homem nas tarefas “mais difíceis”, na tomada de decisões, nos altos cargos e na política, com o conseqüente controle sobre a riqueza e a renda. Caso esse modelo seja violado, se instaura um caos social: as mulheres se tornarão homossexuais, não haverá mais reprodução, a família

⁶ Um bom exemplo da permanência desse discurso no Brasil, tanto na religião quanto na política, é a declaração recente do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil, o pastor Marco Antônio Feliciano, que foi eleito Deputado Federal por São Paulo com 220 mil votos: “Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos”. (O Globo, 20 mar. 2013).

se acabará e será decretado o fim da sociedade. Aqui, é possível identificar a proposição de Scott (1990) de que o gênero é o campo primário por meio do qual se articula o poder. O surgimento dessa relação entre gênero e sociedade será discutido na próxima sessão, a partir da revisão dos conceitos de Foucault (1988).

De toda essa construção, segue uma divisão do mercado de trabalho: algumas profissões e cargos são para mulheres, enquanto outros são para homens. O caráter frágil das mulheres não pode colocá-las em posição de chefia, por elas não terem a liderança e dureza suficientes. Tampouco devem seguir carreira acadêmica, devido à sua limitação natural com as ciências, e devem executar profissões como professora de séries iniciais (dadas as facilidades femininas em cuidar de crianças e sua aptidão natural em ser afetiva), trabalhos domésticos – remunerados ou não –, e cargos de atendimento ao público.

Entretanto, conforme será discutido no próximo capítulo, vários movimentos do capital que modificaram o mercado de trabalho e de consumo de forma rápida – como as crises e as grandes guerras – geraram a necessidade de a mulher vender sua força de trabalho ao mercado laboral em ocupações diferentes às supracitadas. A necessidade de mão-de-obra barata entra em conflito com os princípios patriarcais e gera movimentos de grande liberalização seguidos de grande repressão:

O mesmo movimento ideológico que direciona as mulheres para fora do monopólio da domesticidade em favor do 'esforço de guerra', como se dizia então, findo o conflito, redireciona o fluxo de trabalhadoras para 'a volta ao lar', para cuidar dos 'heróis cansados' e lhes deixar os postos de trabalho (MOTTA, 2012, p. 88)

As modificações bruscas no mercado de trabalho no sentido de uma maior liberalização das mulheres⁷ tendem, teoricamente, a ser acompanhadas de uma repressão ao movimento de liberalização feminina devido às características de permanência e dominância dos estereótipos de gênero, oriundos da sociedade patriarcal. Mesmo que o mercado de trabalho necessite absorver uma maior quantidade de mão-de-obra que só pode ser suprida com a entrada da mulher no mercado de trabalho em posições não convencionais, as características da sociedade patriarcal podem ser mais dominantes – por isso a teoria feminista marxista radical considera que, eliminando o capital, não eliminaremos automaticamente a

7 O termo “liberalização” se refere a uma maior igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, ou seja, uma maior quantidade de mulheres submetidas às relações especificamente capitalistas de trabalho e salário em condições iguais as dos homens. É contraditório afirmar que isso representa uma liberdade real, dado que agora essas mulheres estarão submetidas ao assalariamento. Porém, uma maior independência de renda por parte das mulheres está relacionada com uma maior propensão a tomada de decisões próprias, sem a dependência de um homem. Se refere, portanto, à liberalização do patriarcado, mas também a uma maior subsunção em relação ao capital.

discriminação por gênero.

Esta é a relação dialética entre o modelo patriarcal e a sociedade capitalista: ambos modelos suportam-se mutuamente, porém também encontram pontos de conflito de difícil solução em sua dinâmica no tempo. Assim, nas relações entre o capitalismo e o patriarcado, a síntese encontrada ora se dá de forma a fortalecer a repressão às mulheres e ora a enfraquece, ou seja, fortalece e também enfraquece simultaneamente, em diferentes estruturas de poder (aumento dos direitos das mulheres legalmente e simultâneo aumento dos casos de violência doméstica, por exemplo). Toda a ação de liberalização da mulher tende a ser acompanhada de uma repressão, que pode ser mais fraca que o movimento de liberalização dependendo de como as relações de poder estão articuladas. Assim, no longo prazo, é possível verificar algumas liberdades adquiridas e mantidas, outras adquiridas e derrubadas, e outras nunca atendidas.

Se os dados dos países capitalistas têm mostrado uma evolução na liberalização da mulher no decorrer dos anos em alguns indicadores (aumento da participação no mercado de trabalho, aumento dos salários), tanto em países de primeiro mundo (como Estados Unidos e os países europeus) como em países de terceiro mundo (como os países da América Latina), também é importante considerarmos alguns dados um pouco mais sensíveis (como o aumento do número de casos de violência contra a mulher). É válido o argumento de que as denúncias aumentaram substancialmente, aumentando o número de casos de violência encontrados. Porém, é difícil sustentar que, de fato, os abusos físicos e psicológicos contra as mulheres diminuíram. Observando os dados de alguns países periféricos compilados pelo sítio *Metamorphose Digital* através de boletins da Organização Mundial da Saúde e Organização das Nações Unidas, é possível perceber como a relação dialética entre a sociedade capitalista global e o patriarcalismo regional gera quadros diversos e contraditórios, possibilitando algumas liberdades em alguns campos e simultânea repressão em outros:

a) Na Arábia Saudita, as mulheres compõem em torno de 70% do corpo discente das instituições de ensino superior do país. Entretanto, sua participação na força de trabalho é de 5%. Ainda, em 1990 foi aprovada uma lei (ainda em vigor) que proíbe as mulheres de estarem sozinhas em aeroportos (mas elas podem pilotar aviões), e só em 2012 foi aprovado o decreto que dá às mulheres o direito de voto sem a autorização de um homem (mas só será válido a partir de 2015).

b) A Índia é considerada “a maior democracia do mundo”, e vem surpreendendo com seu crescimento econômico e o simultâneo crescimento da renda das mulheres. Entretanto, os

casos de estupro no país têm crescido de maneira exponencial. Embora as estatísticas de estupro não sejam confiáveis devido à vulnerabilidade da vítima, que geralmente opta por não fazer a denúncia⁸, ou mesmo devido ao comportamento policial de não registrá-la, os casos de estupro subiram 873% nos últimos 40 anos, segundo os dados oficiais do governo indiano. Ainda, em 2012 o país viveu uma onda de estupros coletivos, que chegaram a terminar em morte (como no caso da jovem que foi estuprada dentro de um ônibus, agredida com uma barra de ferro e jogada nua para fora do veículo em movimento, causando sua morte devido a uma infecção pulmonar, lesões cerebrais e uma parada cardíaca).

c) Em 2012, a Somália teve pela primeira vez uma ministra mulher. Concomitantemente, são observados movimentos de redução do número de escolas que recebem mulheres como alunas (através de decretos governamentais) e estatísticas assustadoras em relação à liberalização sexual das mulheres: calcula-se que 95% das meninas somalis sofreram mutilação vaginal.

Os casos acima ilustram que, dependendo do contexto histórico-cultural dos países, as contradições entre capital e patriarcado encontram uma síntese diferente. Os exemplos são de países de capitalismo tardio porque é possível visualizar essas contradições de forma mais marcante (em países desenvolvidos, é possível que essas contradições necessitem de uma análise mais profunda para serem identificadas). Pode ser que, em algumas localidades, as resistências associadas com a manutenção dos traços patriarcais tenham sido mais fracas e que, de modo geral, seja possível observar uma melhora na condição de vida das mulheres. Entretanto, é importante ressaltar que a hipótese da supressão total das características patriarcais da sociedade capitalista não é possível, pois o capitalismo se baseou em bases patriarcais para seu pleno desenvolvimento (SUMMERFIELD, 2013).

Não se pode deixar de lado a suposição anteriormente feita de que o patriarcado é anterior ao capitalismo. O que se está afirmando aqui é que, desde o surgimento desse, ele se apoiou no patriarcado de diversas formas para que os movimentos de expansão e valorização do capital fossem possíveis. Assim, ambos estabeleceram uma sustentação mútua no tempo. A estrutura patriarcal é um tanto mais antiga, mais enraizada e mais maleável a diversos modos de produção. Logo, o fim do capitalismo pode não representar o fim do patriarcado.

Dessa forma, fica claro que a análise dos estereótipos de gênero – dando especial atenção aos estereótipos de papéis sexuais – em relação ao mercado de trabalho, mostra os traços da sociedade patriarcal articulados com a sociedade capitalista na relação

⁸ Segundo Enrico Bisogno (especialista em estatística das Nações Unidas) em entrevista a BBC, apenas um cada dez casos de estupro é registrado na polícia atualmente.

especificamente capitalista entre trabalho e salário que, por apresentarem uma relação dialética, encontram diferentes sínteses no tempo. A relação especificamente capitalista modifica as não especificamente capitalistas, permitindo compreender os movimentos de liberalização e repressão das mulheres, que representam melhoras ou piores na condição de vida delas. Assim, é possível compreender a desigualdade socioeconômica existente devido à condição desigual das mulheres.

3.2 O FEMINICÍDIO DE CIUDAD JUÁREZ (CHIHUAHUA, MÉXICO)

O caso ocorrido em Ciudad Juárez, uma cidade de cerca de 2,6 milhões de habitantes no estado de Chihuahua, no norte do México, fronteira com os Estados Unidos, fornece um exemplo, novamente nos marcos de uma sociedade de capitalismo tardio, adequado das contradições entre os movimentos do capital e a rigidez do sistema patriarcal discutidas na seção anterior. Quando entrou oficialmente em vigor o acordo de livre comércio entre o México, Canadá e Estados Unidos, em 1994⁹, muitas fábricas estadunidenses migraram para o norte mexicano a fim de tirar proveito da mão-de-obra barata. Em Ciudad Juárez, instalaram-se enormes empresas maquiladoras, ou seja, empresas que importam materiais sem pagar impostos, pois destinam toda a sua produção à exportação (nesse caso, ao mercado estadunidense).

Devido a esse aumento exorbitante do número de empregos, sendo a imensa maioria deles para pessoas com pouca educação formal e oferecendo salários baixos, houve uma entrada em massa de mulheres no mercado de trabalho, permitindo estabelecer a relação procurada por este trabalho entre estereótipos de gênero e o mercado de trabalho. É importante salientar que, ao trabalhar fora de casa, a mulher não só passa mais horas por dia sozinha e (em geral) se locomove sozinha pela cidade, mas também começa a ganhar seu próprio dinheiro, ser independente em relação aos seus gastos (ou pelo menos parte deles) e desenvolve todo um novo círculo de relacionamentos. A entrada na mulher no mercado de trabalho, enfim, representa um profundo processo de independência e libertação em relação ao papel social associado ao estereótipo feminino nos marcos patriarcais.

Esse acordo não foi um movimento passageiro, ou seja, a necessidade de mulheres no mercado de trabalho não poderia ser tratada como uma “exceção” e não poderia ocorrer

⁹ De fato, o acordo foi assinado em dezembro de 1992, já dando início ao movimento de instalação de fábricas estadunidenses no México em 1993. Entretanto, após a assinatura, foram necessárias algumas aprovações por parte do poder legislativo, que decretaram seu início oficial em janeiro de 1994.

nenhum movimento reacionário no sentido de retirá-las, pois a necessidade de trabalhadoras desqualificadas e baratas era crescente. Assim, a liberalização em massa dessas mulheres entrou em conflito com os valores rígidos da sociedade patriarcal e desencadeou um dos fenômenos mais tristes da história das mulheres, classificado como feminicídio (ou seja, assassinato em massa de mulheres pelo simples motivo de elas serem mulheres).

O caso jurídico conhecido como “caso do campo algodoeiro”, julgado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2009, explicita vários fatos desta tragédia que matou entre mil e 2,5 mil mulheres em Ciudad Juárez (dependendo da fonte adotada). Ficou claro que o motivo dos assassinatos era o gênero devido ao perfil das vítimas (meninas de 14 a 25 anos, com baixíssima educação, de classe social baixa e trabalhadoras) e, principalmente, pelo estado como eram encontradas (com seios e genitália mutiladas – muitas vezes por dentes humanos –, com sinais de tortura e sinais de estupro). No caso jurídico é explicitado que o massacre vinha ocorrendo desde 1993, mas as investigações da polícia se mostravam displicentes e preconceituosas: estavam mais interessados em saber o que as vítimas faziam, qual o tamanho da saia que elas usavam e que lugares frequentavam antes de buscar qualquer informação sobre possíveis suspeitos. Ainda, negligenciaram os corpos, impedindo que autópsia fosse feita de maneira correta (devido a essa postura não foi possível identificar o sêmen em quase nenhuma vítima, tampouco saliva ou qualquer vestígio do assassino). A CIDH condenou o estado do México por discriminação, negação à proteção e má conduta de investigação.

Um dos pontos importantes a salientar é que não se trata de um assassino em série: mais de uma prisão foi efetivada, os culpados confessaram os crimes e o feminicídio permaneceu. As investigações concluíram que tampouco é um grupo de pessoas específico. Isto é, são eventos independentes motivados por discriminação por gênero. Além disso, mesmo depois de todo o processo, o recorde de assassinatos a mulheres em um mesmo mês foi batido em 2010 (não se sabe se como espécie de resposta ao processo do campo algodoeiro ou se por algum outro motivo).

A mudança repentina nas necessidades do mercado de trabalho se articulou de forma que foi necessária uma mudança nos papéis dos sexos – a contradição entre o capitalismo e o patriarcado se manifestou de forma a aumentar a liberalização das mulheres em relação ao mercado de trabalho. Entretanto, como se tratava de uma mudança acelerada que não possibilitava outra solução em curto prazo que não a entrada massiva de mulheres (excluindo-se a possibilidade de o governo proibir o trabalho feminino e dada a insuficiência de homens

desempregados para preencher os novos postos de trabalho, além da constituição da mulher como exército industrial de reserva que estaria disposto a trabalhar pelos baixos salários oferecidos), os papéis dos sexos se modificaram. Porém, o estereótipo ligado a eles é mais permanente. Nesse caso específico, a resposta à liberalização econômica foi a tortura física e psicológica, o estupro e a morte. Na próxima sessão, pretende-se mostrar que essa resposta pode se dar através das leis, de radicalização dos discursos religiosos, dos discursos políticos, do crescimento e fortalecimento de grupos reacionários, da radicalização da oposição (via violência física, por exemplo), dentro outros meios.

4 EVOLUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E PAPEIS DOS SEXOS NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

4.1 FOUCAULT E A CRIAÇÃO DA SEXUALIDADE: COMO O CAPITALISMO SE APROPRIOU DAS ESTRUTURAS DO PATRIARCADO

Sabemos que a discriminação por gênero não é exclusividade da filosofia cristã ocidental. De fato, todas as sociedades apresentam alguma tipificação por gênero, podendo essa adquirir formas completamente distintas de uma sociedade para outra (OKIN, 2008). Entretanto, para analisarmos como essa discriminação se manifesta no mercado de trabalho, necessitamos focar o modo pelo qual o capitalismo se apropriou destes estereótipos. Segundo Foucault (1988), foi justamente a partir da ascensão do modo de produção capitalista que a sexualidade passou a funcionar como uma técnica de poder dominante.

Segundo o autor, a partir do século XVI, se desenvolveu um complexo mecanismo de poder que buscou, através da ciência, descobrir uma “verdade” sobre o sexo, criando uma ciência da sexualidade. A sexualidade não foi vítima de uma repressão ferrenha, mas sim cada vez mais colocada em discurso para que pudesse ser controlada com a legitimidade da medicina e da psiquiatria, em particular.

O crescente processo de associação do sexo com o campo da racionalidade fica evidente na discussão dos “quatro grandes conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 99):

- a) Histerização do corpo da mulher: esse processo é constituído de três etapas: (1) análise do corpo da mulher e qualificação do seu corpo como saturado de sexualidade; (2) interpretação de que esse corpo deve ser um objeto de estudo primordial para a medicina, como se fosse intrinsecamente patológico; (3) estabelecimento de uma relação orgânica entre o corpo da mulher e suas esferas de atuação (com o corpo social, através da regulação de sua fecundidade, com o espaço familiar, como elemento substancial e funcional, e com a vida das crianças, constituindo uma responsabilidade biológico-moral sua).
- b) Pedagogização do sexo da criança: a figura da “criança masturbadora” é central, obedecendo a lógica de que “quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual, e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo 'natural' e 'contra a natureza', traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais” (FOUCAULT, 1988, p. 99).

c) Socialização das condutas de procriação: essa socialização é econômica, política e médica, e tem como figura o casal malthusiano (que pratica algum método de controle como o coito interrompido, “enganando a natureza”). Dependendo do objetivo socioeconômico, se incentiva ou desincentiva a procriação.

d) Psiquiatrização do prazer perverso: a figura do adulto perverso é estudada e patologizada, buscando-se métodos corretivos para esse tipo de “desvio de comportamento”. Por adulto perverso, pode ser entendida a pessoa que apresenta desejos diferentes ao sexo monogâmico heterossexual vaginal no ambiente doméstico. Se incluem aqui homossexuais, bissexuais, fetichistas, sadomasoquistas, exibicionistas, etc.

Esse processo está ligado a dois conceitos fundamentais de Foucault, que servem de base para que se possa estabelecer uma relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o desenvolvimento desse discurso específico de sexualidade que, dentre outras realizações, se apropriou da estrutura patriarcal. São os dispositivos de aliança e sexualidade e os conceitos de biopoder.

4.1.1 Os dispositivos de aliança e de sexualidade

Para Foucault (1989), a sociedade estava baseada em um dispositivo de aliança até o século XVIII. A partir daí, o dispositivo de sexualidade começou a se sobrepor sobre o antigo, mas sem que o dispositivo anterior deixasse de existir. Ou seja, ele apenas perdeu importância.

O dispositivo de aliança se baseia nas relações entre casais que se dão com o objetivo de manter um *status*, estando interessado na manutenção de regras definidas, como o sistema de matrimônio e de transmissão de nomes e bens – surge daí um vínculo importante com as leis. Sua relação com a economia se dá no seu papel fundamental de transmissão e circulação das riquezas.

O dispositivo de sexualidade, por outro lado, tem uma relação mais complexa com os sujeitos, buscando penetrar em todos os detalhes dos corpos humanos para buscar sua ciência, sua mensuração, seu controle. Dessa forma, sua ligação com a economia se estabelece por meio de muitos mecanismos sutis e complexos, sendo o corpo o principal deles (o corpo que produz e consome).

O dispositivo de sexualidade se instalou em torno e a partir do de aliança tendo a religião como seu núcleo formador. Em um primeiro momento, a religião se centrava no sexo

como suporte das relações conjugais, tratando meramente de atitudes permitidas ou proibidas nessa instituição (adultério, casamento de consanguíneos, etc). Pouco a pouco, com o advento da nova pastoral, os prazeres da carne passaram a entrar em pauta, tornando o corpo o elemento central. Entretanto, ambos dispositivos estão presentes na nossa sociedade, mas o de sexualidade de maneira dominante. Eles se articulam de formas diferentes com fins diferentes em uma mesma sociedade:

O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle. (FOUCAULT, 1989, p. 101)

A família adquire um papel central na articulação do dispositivo de sexualidade, trazendo para seu espectro o dispositivo de aliança “psicologizado”, ou seja, funciona como transportador do dispositivo de aliança para o dispositivo de sexualidade. O contrário também é verdadeiro: a família também transporta o dispositivo de sexualidade ao dispositivo de aliança, levando os prazeres e desejos dos indivíduos para dentro da família matrimonial. Ela funciona, portanto, como o permutador entre ambos dispositivos, contando também com um aparato externo para que essa relação ocorra:

Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo 'psicologizar' ou 'psiquiatrizar' as relações de aliança. Aparecem, então, estas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, o sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual [...]. São as figuras mistas da aliança desviada e da sexualidade anormal: transferem a perturbação da segunda para a ordem da primeira; dão oportunidade para que o sistema de aliança faça valer seus direitos na ordem da sexualidade. (FOUCAULT, 1989, p. 104).

4.1.2 O biopoder

Esse processo de “cientificação” do sexo, que vinha desde o século XVI e passou a ser dominante a partir do final do século XVIII, teve seus apoios na pedagogia (que tinha como objeto a sexualidade da criança), na medicina (que se concentrava na fisiologia da mulher) e na economia (ligada à questão da demografia e da regulação dos nascimentos – oferta de mão de obra e mercado consumidor). O sexo passa a ser uma questão de Estado, e uma nova relação de poder entre o Estado e os indivíduos se estabelece.

Historicamente, o poder do Estado esteve ligado à morte. As pestes, as guerras e as grandes crises eram constantes, e o conceito de “vida” significava muito mais a não-morte que um direito fundamental. Era a excepcionalidade, o caminho não natural. O direito do Estado estava ligado fundamentalmente a “causar a morte ou deixar viver”, e não em gerir a vida.

A “invenção” da vida, ou seja, a colocação dela como um direito fundamental que deve ser preservado e gerido pelo Estado, está umbilicalmente associada com a “invenção” da sexualidade. O poder sobre a vida se desenvolveu em dois polos interligados: (1) no século XVII, surge a ideia do corpo como máquina que deve ser disciplinada (dele deve ser extorquido o máximo possível de força e aptidões) e (2) a partir da metade do século XVIII, a biopolítica da população se estabelece, centrando a ideia do corpo como suporte dos processos biológicos fundamentais para regulação da população (nascimentos, nível de saúde, duração da vida, etc.).

Por meio desses dois pólos se desenvolveram as tecnologias políticas que, por colocarem a vida para o centro do Estado (e não mais a morte), têm a legitimidade para regular o corpo, a saúde, a alimentação, a moradia. Assim, “na junção entre o 'corpo' e a 'população', o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (FOUCAULT, 1989, p. 138). Isso é o biopoder.

Esse processo originou a noção de sexo como categoria com significado único (uma mulher é de uma forma e só dessa forma) e com significado universal (essas são as características das mulheres e, onde quer que estejamos, todas as mulheres serão dessa forma). Assim, construímos uma identidade baseada nessa categoria artificial: é através da categoria “mulher” que temos acesso à nossa própria inteligibilidade, à totalidade do nosso corpo e à nossa identidade. Reforça-se, então, a proposição anteriormente feita neste trabalho: o sexo é uma construção social.

É de se esperar que este biopoder que se articulou através da proteção da vida tenha sido destinado às elites, ou seja, que não tenha funcionado inicialmente como um modo de repressão às classes populares, e sim como forma de proteção da vida daquelas pessoas que merecem ter suas vidas protegidas (*i.e.*, a proteção do corpo da burguesia). A ideia de que doenças hereditárias (de qualquer tipo, físicas ou mentais) geravam perversos sexuais, que seriam responsáveis pelo fim da descendência, no chamado tripé perversão-hereditariedade-degenerescência, formaram a base para que a proteção do corpo burguês se tornasse condição básica para a perpetuação do seu poder entre as gerações.

As novas técnicas para “maximizar a vida” foram, portanto, implementadas nas classes dirigentes, e não nas populares. Essas estiveram fora do dispositivo de sexualidade por muito tempo. As classes dominantes se mantinham através da sua diferenciação, com a qualificação constante de sua longevidade, sua aparência, sua limpeza.

Não imaginemos a burguesia se castrando, simbolicamente, para melhor recusar aos outros o direito de ter um sexo e usá-lo a seu bel-prazer. Deve-se, ao contrário, vê-la, a partir da metade do século XVIII, empenhada em se atribuir uma sexualidade e construir para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo 'de classe', com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça. (FOUCAULT, 1989, p. 117)

O dispositivo de sexualidade passou a se alastrar para as classes populares através de três movimentos principais: (1) no final do século XVIII, devido aos problemas de natalidade e a descoberta por parte da burguesia de que essas camadas populares também “enganavam a natureza” (com o coito interrompido, por exemplo); (2) em torno de 1830, quando se deu a grande campanha de “moralização das classes pobres” devido à importância da família mãe-pai-filhos para o controle político e econômico do proletariado urbano; e (3) no final do século XIX, quando se intensificou o controle médico e legal dos adultos perversos para a proteção geral da sociedade. O proletariado só foi dotado de corpo e sexualidade, portanto, quando se deram conflitos em relação à sua reprodução (principalmente em relação ao espaço urbano e as epidemias) e problemas econômicos (com o desenvolvimento da indústria). Isso só foi feito quando a burguesia já não necessitava desse instrumento de consciência de classe, não sendo “perigoso” repassar seus valores para as classes populares através de leis e da medicina (sempre em um mecanismo “de cima para baixo”).

O desenvolvimento desse dispositivo, o seu alastramento para as camadas populares e o estabelecimento do biopoder, através das quatro linhas estratégicas já citadas (histerização da mulher, pedagogização do sexo das crianças, socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso), foram, portanto, intrinsecamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo:

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. (FOUCAULT, 1989, p. 132-133).

4.2 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E I GUERRA MUNDIAL: O CASO INGLÊS

4.2.1 Revolução Industrial

Muito já se escreveu e debateu a respeito da Revolução Industrial, as mudanças econômicas daí derivadas e as significativas mudanças sociais que transformaram profundamente o modo de vida das pessoas e a divisão das classes. Este processo, iniciado no século XVIII, não por acaso coincide com o período de generalização das relações de poder através do dispositivo de sexualidade e a emergência do biopoder segundo os conceitos de Foucault. Nesta seção, a discussão se dará em relação ao país pioneiro na Revolução Industrial, a Inglaterra, e como as mudanças econômicas, principalmente no mercado de trabalho, afetaram os estereótipos de gênero.

O desenvolvimento da sociedade tipicamente capitalista, tendo a generalização do trabalho assalariado como base da relação capital-trabalho, é tratado na literatura como sendo sinônimo dos processos deflagrados pela revolução industrial. O desenvolvimento das técnicas de produção com trabalhadores e trabalhadoras especializadas, como bem narrado por Adam Smith e o exemplo das fábricas de alfinete em “Riqueza das Nações” (2008), juntamente com o progresso técnico, marcaram uma nova forma de organização social e das relações de poder, determinando, portanto, um novo papel para as mulheres nessa sociedade.

Esta seção argumenta que o estereótipo de gênero associado a elas não muda, embora o seu papel se modifique radicalmente.

É difícil traçar a história das mulheres durante a revolução industrial porque, conforme debatido na seção 2 deste trabalho, nós constituímos uma subclasse. Sendo assim, estamos submetidas a uma classe que permite ou não que desempenhemos alguns papéis – porém, independentemente da classe, todas as mulheres são consideradas como possuidoras das mesmas características e habilidades biológicas, pois essa é uma categoria de significado único e universal. Nicholson (2000) chamou a atenção justamente para o fato de as reivindicações feministas não serem, muitas vezes, as reivindicações de todas as mulheres; enquanto as mulheres de classe média queriam votar, as de classes baixas consideravam como reivindicação principal a remuneração igual entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, por exemplo. As reivindicações variam consideravelmente entre as classes sociais, as raças e as orientações sexuais (inclusive, durante muitos anos, os movimentos feministas tinham oposição à presença de lésbicas, justamente para que o movimento não fosse associado a “mulheres que não gostam de homens”). No contexto da revolução industrial, essa divisão se torna especialmente interessante de ser feita, pois a luta de classes vai tomando formas definidas.

Até a primeira metade do século XVIII, as mulheres das classes altas eram muitas vezes peças nos jogos familiares geridos pelo dispositivo de aliança, não tendo nenhum papel fundamental na produção. A educação dos filhos e filhas se dava através de tutores, e a sua nutrição nas primeiras idades por amas de leite, ficando as mulheres restritas aos cuidados do lar de forma a administrá-los, e não executar nenhuma tarefa doméstica efetivamente. Existem vários documentos e histórias que colocam as mulheres em posições principais nas articulações de poder, grandes complôs e golpes, e mesmo papéis que destacam a participação das rainhas que se colocavam à frente dos homens como tomadoras de decisões (como Catarina, a Grande, no final do século XVIII na Rússia, e Maria Teresa, no mesmo período, na Áustria¹⁰). Porém, aqui se busca tratar das atividades cotidianas das mulheres de elite em suas relações com o estereótipo de gênero, e não dessas importantes exceções.

Conforme discutido na sessão anterior, começa a surgir a ideia de uma diferenciação por parte da burguesia através dos seus cuidados com o corpo. Nesse ambiente, o papel da

10 No livro “Catarina, a Grande: Retrato de uma Mulher”, Robert Massie (2011) descreve a sua participação no golpe de Estado que destituiu o rei Pedro III (que era seu marido) e a tomada de poder por parte dela, mostrando suas controversas decisões muitas vezes guiadas por motivos pessoais, porém que tornaram a Rússia um potência no século XIX.

mulher se torna fundamental: inicia-se uma pressão psicológica (através da religião, das leis e da ciência) para que a mulher assuma com mais afinco as atividades de “mãe” e de dona do lar, não sendo uma mera delegadora de tarefas.

Um dos principais exemplos dessa nova moral é a campanha feita durante o século XVIII, principalmente por parte de médicos e políticos, para que as mulheres amamentassem seus próprios filhos e filhas. Schienbinger (2001) faz um debate evidenciando o fortalecimento da campanha anti “amas de leite” ocorrida no período, inclusive citando uma lei da Prússia que exigia que mulheres saudáveis dessem de mamar a seus descendentes¹¹.

Através de leis e de intensa propaganda (principalmente através da distribuição de chamados manuais de saúde e de conduta escritos por médicos especificamente para as mulheres, como o “Dissertação das Consequências Fatais da Alimentação Mercenária”, publicado por Lineu em 1752), se chamava a atenção para o papel natural da mulher em amamentar, e que essa mesma natureza era responsável por dar às mulheres o papel de cuidadora natural de sua prole. Salientando o desprezo pelas classes baixas (a qual pertenciam as amas-de-leite), também se comentava que o leite impuro das mulheres pobres e seu padrão de vida caracterizado por falta de cuidado com o corpo seria problemático.

A colocação da importância da amamentação e do papel da mulher como um ser mais ligado à natureza, e não às ciências, é evidenciada a partir da carta de Willian Cadogan para os dirigentes do Hospital para Crianças Abandonadas, escrita em 1749:

[...] eu vejo que a preservação das crianças se tornou um cuidado dos homens de bom senso [...]. O Hospital para Crianças Abandonadas deve ser usado não apenas para prevenir o assassinato de muitos, mas salvar mais, através da introdução de um método mais razoável e natural de cuidados e amamentação¹². Na minha opinião, esse assunto está há muito tempo fatalmente deixado à administração das mulheres, as quais não se pode supor que detêm conhecimento suficiente para se encarregar de tal tarefa, apesar de elas verem esse tópico como sendo de seu domínio próprio. O que eu quero dizer é que se trata de um conhecimento filosófico da natureza, que só pode ser adquirido através da observação e da experiência e, portanto, os ignorantes são incapazes de adquirir. (CADOGAN, 1749, tradução livre).

Outro fator importante da época é a questão da cientificação da sexualidade já comentada, que desloca médicos e filósofos para estudar a mulher e suas funções, criando os discursos já citados na seção 2.1. A substituição de parteiras por médicos (que na época e

11 A autora vai mais longe e procura explicar porque somos chamados de mamíferos, já que as mamas são apenas uma das oito características que os mamíferos têm que os diferenciam e elas estão presente apenas nas fêmeas. Segundo ela, o engajamento político de Lineu (que cunhou o termo) na luta contra as amas-de-leite é o grande responsável pela sua adoção.

12 A palavra utilizada no texto original é *nursing*, que pode se referir tanto à amamentação quanto a cuidados gerais, nutrição e enfermagem.

durante muitos anos depois deveriam obrigatoriamente ser homens) é um fenômeno massivo no período.

A ânsia da burguesia em diferenciar-se como classe, já que não tinha a diferenciação “natural” do sangue como a nobreza, tomou uma forma nítidas no seu cuidado com o corpo, e a oposição das mulheres “de bem” às mulheres trabalhadoras e pobres foi uma característica principal. Não houve uma modificação no que se entendia por “mulher” e suas aptidões naturais, mas sim um esforço médico e legal para que suas funções e sua moralidade estivessem mais de acordo com o que se entendia como sendo sua “natureza”. Observamos a demarcação mais forte desses papéis de gênero na linha proposta por Scott (1990), verificando a utilização de símbolos culturais associados a uma interpretação que visava a construção de uma identidade subjetiva por parte das mulheres das altas camadas da sociedade:

O ano de 1793 marcou a repressão decisiva das pretensões de cidadania das mulheres e também, como mostrou Lynn Hunt, um ponto de virada das imagens republicanas destas. Quando representadas em público, não eram exibidas como a espalhafatosa Marianne, o símbolo da Liberdade, mas eram cada vez mais relegadas a papéis de mãe. Os festivais mostravam desfiles de mulheres grávidas; as mulheres retratadas nas cerimônias, como as do Festival do Ser Supremo, de 1794, eram todas esposas e mães, muitas trazendo consigo crianças no peito. (SCHIEBINGER, 2001, p. 239)

O novo mercado de consumo criado pela revolução industrial também mostra mudanças significativas no sentido de fortalecer uma ideia do que é (ou deve ser) associado ao feminino. A sobreposição do sistema de aliança pelo sistema de sexualidade e a possibilidade de mulheres burguesas e das altas classes se casarem não pelo seu sangue ou dote, mas sim pelo seu “encanto”, fortalece a ideia da mulher cuidadora, recatada e devota. Mira (2003) analisa esse movimento através da observação das publicações da época, que se popularizaram no período com o desenvolvimento da imprensa em massa.

Segundo a autora, as vestimentas e a delicadeza dos gestos tornam-se os maiores atributos de uma mulher, e o consumo da moda e dos objetos de conforto doméstico voltam-se agora inteiramente para elas. A partir do século XIX, os homens desaparecem dos ambientes relacionados à costura, decoração e cuidados do lar, e procuram manter sua imagem relacionada com o poder, os negócios, a moralidade. Também no início do século XIX a imprensa em massa faz surgir o folhetim, que basicamente se constituía da “fusão histórica do romance burguês com o melodrama popular” (MIRA, 2003) que se destinava a contar histórias românticas e simples para mulheres.

Todos esses movimentos vão se articulando de forma a criar uma ideia de oposição complementar entre os sexos de maneira mais evidente. A mulher é mais ligada ao mundo da natureza, e o homem à política e ciência; ela deve se preocupar com o lar e os cuidados do próprio corpo e da aparência, ele com os negócios e o poder; ela deve ser observada, ele deve observar.

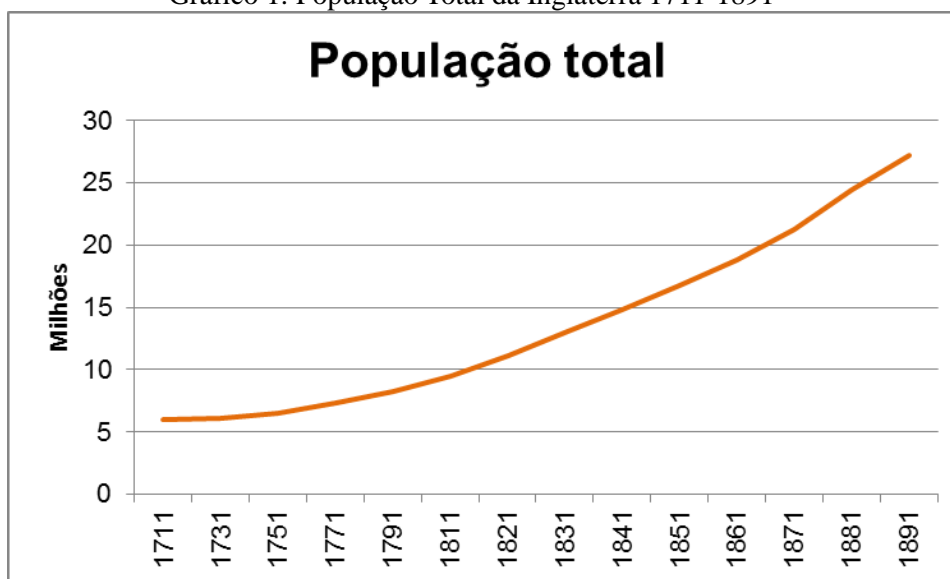
Tilly (1994) afirma que nas camadas burguesas era comum, até a metade do século XIX, as mulheres exercerem papéis ativos no comércio trabalhando nas lojas, contribuindo com capital herdado da família ou mesmo trabalhando como professoras. Após esse período, essas atividades passaram a ser cada vez mais raras. A autora cita como principais motivos para essa mudança o fato de o comércio ter se intensificado e aumentado a remuneração de forma exponencial, o que ocasionou a mudança de muitas famílias para casas mais confortáveis e distantes do ambiente de trabalho (antes, as lojas ficavam na própria residência, permitindo que a mulher pudesse realizar seus afazeres domésticos e trabalhar no comércio). Ainda, a remuneração da mulher não era mais necessária, pois o aumento dos lucros permitiu que o padrão de vida aumentasse mesmo com um membro a menos da família trabalhando.

É interesse acrescentar a esses motivos a teoria de Foucault (1989), segundo a qual a burguesia necessitava de uma forma de diferenciação cultural das demais camadas da sociedade e utilizou a sexualidade como tal. Tilly (1994) observa que, de fato, as mulheres burguesas passaram a admitir o lar como sendo o seu ambiente por excelência, e o dever de mãe sua principal função social. A separação entre público e privado fica mais nítida, estando o homem conectado ao primeiro e a mulher conectada ao segundo. Aqui, vale lembrar a teoria de Rosaldo (1974), segundo a qual existe uma correlação positiva entre o grau de separação público/privado e o grau de sujeição das mulheres aos homens.

Em relação às classes baixas, muito já se debateu a respeito das péssimas condições de trabalho durante a revolução industrial. São características do período as longas jornadas de trabalho sem intervalos, as péssimas condições sanitárias, os castigos físicos e morais por parte dos patrões, a baixa remuneração e a total falta de direitos trabalhistas como estabilidade, férias, licença maternidade, etc. Entretanto, para as mulheres o quadro era ainda pior, pois seus salários eram inferiores aos dos homens e os abusos consideravelmente mais frequentes (TILLY, 1994).

Uma das características mais importantes do período da revolução industrial é o crescimento populacional, conforme vemos no gráfico 1:

Gráfico 1: População Total da Inglaterra 1711-1891



Fontes: WRIGLEY, E.; SCHOFIELD, D. *The Population History of England 1541-1871*. Londres: Edward Arnold, 1981. Office for National Statistics (ONS).

Geralmente, esse crescimento é atribuído à melhora da saúde da população, através do avanço da medicina (principalmente do desenvolvimento de vacinas) e da alimentação, com maior produção e barateamento de preços devido ao processo de mecanização do campo e criação de latifúndios, através da política de cercamentos (que também originou um grande movimento de êxodo rural) e a importação de alimentos das colônias e da periferia. Seguindo essa lógica, o aumento da população estaria relacionado à redução da mortalidade e melhora na qualidade de vida.

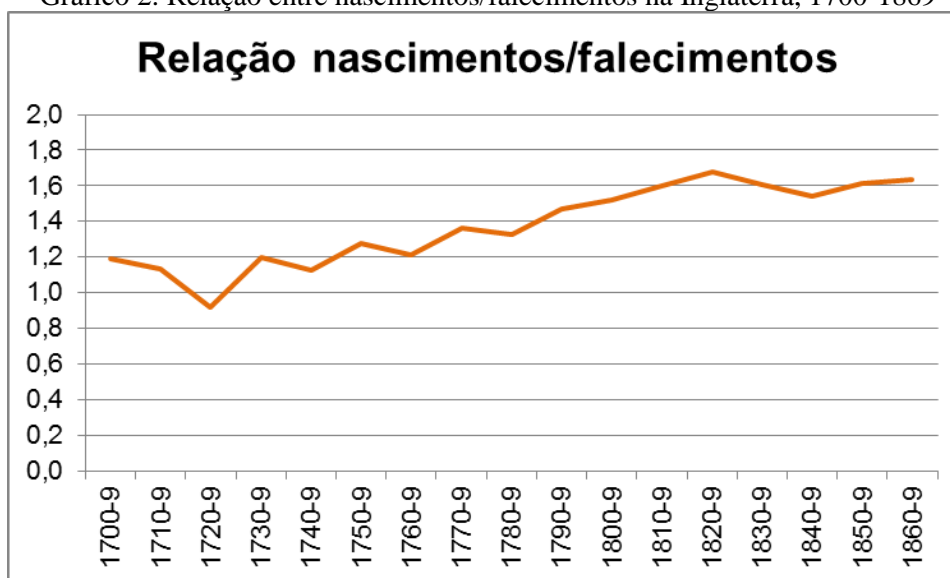
Entretanto, Wrigley e Schofield (1981) mostram em sua análise que, em realidade, a queda nos índices de mortalidade nos períodos de maior crescimento não foram os grandes responsáveis pelo aumento exponencial da população, e sim o aumento da fertilidade. Segundo os autores, o período foi marcado por uma redução na idade média das mulheres no momento de seu casamento (de 26,2 no período de 1700 a 1749 para 23,4 a partir de 1800) e drástica redução do número de mulheres que nunca se casou (estimada em 26% na metade do século XVII e em 6% no final do século XVIII), além de um aumento do número de filhos por mulher.

Nas camadas burguesas e nobres, conforme discutido na sessão anterior, esse aumento se deu devido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e sua permanência no ambiente doméstico. Nas camadas populares, entretanto, é possível concluir que o aumento da fertilidade foi oriundo de uma subordinação da reprodução à produção (GIFFIN, 1991), ou

seja, uma maior quantidade de crianças permitia uma maior quantidade de braços para o trabalho (SECCOMBE, 1993).

É importante salientar, entretanto, que a migração teve um papel definitivo no aumento populacional. Conforme se observa no gráfico 2, a relação entre nascimentos/falecimentos na Inglaterra apresentou grande instabilidade. Entretanto, a curva da população total é sempre ascendente, conforme gráfico 1.

Gráfico 2: Relação entre nascimentos/falecimentos na Inglaterra, 1700-1869



Fonte: WRIGLEY. E.; SCHOFIELD, D. The Population History of England 1541-1871. Londres: Edward Arnold, 1981.

Como o número de casamentos aumentou e esses começaram a se dar cada vez mais cedo, é possível concluir que a renda auferida pela mulher era destinada para a subsistência da família e não foi responsável por uma independência sua em relação aos homens. Pelo contrário, as uniões eram cada vez mais frequentes e cada vez mais cedo. Porém, esses movimentos também estão relacionados com a propagação da moral burguesa para as camadas populares, através de diversos mecanismos.

Foucault (1989) afirma que em torno de 1830, uma campanha pela “moralização das classes pobres” passou a pregar a formação da família mãe-pai-filhos como modelo a ser seguido, pois a partir daí se poderia ter maior controle sobre essa população. Tilly (1994) aponta evidências de como as mulheres das classes altas foram as grandes disseminadoras desse modelo de mulher-mãe para as classes pobres, através de associações sem fins lucrativos e trabalhos voluntários, na maioria das vezes através da Igreja. Segundo a autora, o pensamento das feministas da época (ou seja, mulheres das classes altas que pensavam formas de melhorar a qualidade de vida das mulheres) reconhecia que a mulher tinha o seu papel

natural no lar, porém que a condição das mulheres trabalhadoras era tão ruim que elas mesmas deveriam trabalhar para poder se sustentar. Assim, muitas defendiam que essas mulheres deveriam trabalhar em locais apropriados para elas, como nas profissões de professora e enfermeira, mas em um caráter de excepcionalidade.

A própria divisão temporal da escola de pensamento feminista evidencia a presença desse pensamento. O chamado “feminismo de primeira onda”, que surgiu no século XIX, pauta igualdade das mulheres em relação a direitos políticos (principalmente em relação ao voto) e socioeconômicos (acesso a educação, mesma remuneração pelo mesmo trabalho, etc). Entretanto, sempre está presente no discurso a afirmação de que as mulheres devem ser as “rainhas do lar”, e que inclusive a aquisição desses direitos poderia melhorar seu papel de mães na sociedade (PEDRO, 2005).

O fato de mulheres receberem menor remuneração em relação aos homens para desempenhar as mesmas tarefas estava ancorado na ideia de que mulheres não têm as mesmas aptidões que os homens para o trabalho, dada sua natureza frágil. Em tempos de crise, os cargos femininos aumentavam consideravelmente, principalmente em áreas como mineração (onde o contingente de mulheres era reduzido), para corte de gastos. Em períodos de crescimento, as mulheres se concentravam nas indústrias têxteis nas quais a habilidade do trabalho manual era bem-vinda, porém nem aí obtinham os mesmos salários masculinos (BESSA, 1988).

Com o passar do tempo, a preocupação do Estado em relação ao trabalho das mulheres e crianças foi aumentando. Analisando algumas leis do período, particularmente o Ato de Alteração da Lei dos Pobres de 1844 e os Atos da Fábrica posteriores, é possível identificar uma diferenciação cada vez mais clara entre as ocupações femininas e masculinas, e inclusive a possibilidade de mulheres desempenharem alguns trabalhos industriais diretamente de suas casas, no caso de serem casadas e com filhos (TILLY, 1994). Um bom exemplo da proibição do trabalho feminino em algumas áreas é dado pela Comissão de Investigação das Minas Ashley, que entrevistou trabalhadoras e trabalhadores das minas entre 1841 e 1842. Em dois depoimentos se observa o nível de degradação ao qual essas pessoas eram submetidas:

Eu sou Mary Barrett, tenho 14 anos de idade e trabalho dentro da mina de carvão há cinco anos. Meu pai está trabalhando na mina ao lado. Eu tenho 12 irmãos e irmãs – todos vivem em casa, exceto um. [...] Um deles sabe ler; o resto de nós não sabe ler nem escrever. Eles nunca foram à escola de dia, mas três de nós vamos a escola dominical. [...] Eu levanto às seis, às vezes às sete, e eu não gosto de trabalhar na mina, mas sou obrigada para conseguir viver. Eu sempre trabalho sem meias, sapatos e calças; eu não uso nada mas posso utilizar roupa íntima. Os homens estão sempre pelados; eu fiquei bastante acostumada, e já não me importo muito com isso. No início eu ficava com medo, e não gostava.” “Eu sou Patience Kershaw, tenho 17 anos. Meu pai morreu há um ano. Minha mãe está viva e tem dez filhos, cinco mulheres e cinco homens; o mais velho tem trinta anos, e o mais novo tem quatro. Todas as minhas irmãs foram carregadoras de carvão porém três foram para o moinho. Alice foi porque as suas pernas ficaram inchadas de carregar carvão na água gelada. Eu nunca fui à escola. Vou à escola dominical, porém não sei ler nem escrever. Eu vou à mina às cinco da manhã e saio às cinco da tarde. Eu tomo meu café da manhã de mingau com leite antes. Eu levo meu almoço comigo, um pão, e como no caminho. Eu não posso parar ou descansar para comer durante o trabalho. Eu não como mais nada até chegar em casa, onde eu como batatas e carne; carne nem todos os dias. A parte careca na minha cabeça foi feita pelo carrinho de carvão. Eu empurro o carrinho por mais de uma milha para baixo da mina e depois de novo para cima; ele pesa mais de 300 libras; eu empurro 11 por dia. Eu uso um cinto e uma corrente para conseguir puxar o carrinho pra fora. Os homens para os quais eu passo o carrinho estão nus. Alguma vez eles me batem, se eu não estou rápido o suficiente, com suas mãos. Eles me pegam pelas costas. Os meninos tomam liberdades comigo; algumas vezes eles me incomodam, eu sou a única menina na mina. São mais ou menos 20 meninos e 15 homens. Todos os homens estão nus. (DOCUMENTOS PARLAMENTARES, 1842, tradução livre)

Como resultado dessa investigação foi decretado o Ato das Minas, que proibia o trabalho feminino dentro de minas e o trabalho de meninos menores de 10 anos. Chama a atenção que o documento diz se importar com o comportamento moral da sociedade. Porém, apenas estabelece uma restrição às mulheres a esse ambiente. Em relação a homens trabalhando nus, nenhuma medida é tomada.

Os avanços tecnológicos e as mudanças no mercado no sentido de criar cada vez mais trabalhos “intelectuais”, e, portanto, que exigiam menos força física, foram criando espaços específicos para as mulheres no ambiente laboral. A máquina de escrever e a crescente demanda por secretárias, por exemplo, propiciaram que muitas mulheres melhorassem sua condição de empregabilidade em relação aos trabalhos manuais das fábricas têxteis. A telefonia também foi um setor importante para a absorção de mão-de-obra feminina, pois não exigia educação formal e necessitava de uma voz simpática, doce e solícita para atender as pessoas (logo, uma voz feminina). Esses empregos, entretanto, mantinham o estereótipo de gênero feminino: não é que as mulheres desenvolveram habilidades e, portanto, podem entrar no mercado de trabalho. Pelo contrário, a economia se desenvolveu de forma a criar serviços que mulheres poderiam executar.

Observa-se, portanto, que o estereótipo de gênero presente nas diferentes camadas sociais é o mesmo: a mulher deve permanecer o lar, e tem como valor fundamental sua moralidade e integridade física. A manutenção da moral da mulher é uma questão de Estado. A entrada das mulheres no mercado de trabalho no contexto da Revolução Industrial não significou uma independência delas em relação aos homens, mas sim uma forma de entrar no mercado de trabalho mantendo sua condição subordinada – subordinadas aos seus patrões, que eram sempre homens, e aos seus maridos. Nesse momento histórico, portanto, o patriarcado e o capitalismo encontraram uma síntese de modo a permitir a entradas das mulheres no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que aprofundava a dominação do homem em relação à mulher, não só por delimitar cada vez mais qual espaço poderia ser ocupado por ela através de métodos legais, mas também por mostrar preocupação crescente com a forma de família presente na classe operária e reafirmar que a mulher trabalhadora deveria ser uma exceção, permitida quando essa precisasse trabalhar.

4.2.2 I Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial trouxe, indiretamente, um grande benefício para as mulheres: o seu direito ao voto. Segundo Trevor Lloyd (1974), as campanhas feministas – tanto nos EUA quanto na Inglaterra – vinham se radicalizando, e a grande bandeira era a questão do voto para as mulheres. Inúmeras propostas de emendas constitucionais foram apresentadas no início do século XX, e alguns estados inclusive chegaram a aprovar o voto feminino (ligado a quantidade de propriedade do indivíduo), mas o direito era negado sempre que chegava às instâncias legais nacionais.

Em 1913, na Inglaterra, o movimento conhecido como *suffragettes* se radicalizou de tal forma que a feminista Emily Davidson se suicidou jogando-se na frente do cavalo do rei, transformando seu velório em um grande comício pró-voto feminino. As mulheres passaram a quebrar vidros de vitrines e casa de autoridades, incendiaram casas e cortaram fios de telégrafo. Entretanto, com o início da guerra em 1914, o sufrágio universal começou a ser debatido nas cúpulas dos governos pois a propaganda de guerra exigia que os aliados estivessem sempre do lado da democracia. Assim, o voto feminino foi permitido a partir de 1918¹³ (LLOYD, 1974).

13 Em realidade, em 1918 foi aceito o voto masculino universal a partir dos 21 anos e voto feminino universal a partir dos 30 anos. Como as mulheres eram maioria na sociedade, essa restrição etária objetivava que os homens

Em relação à independência da mulher, muito se fala a respeito de como a Primeira Guerra Mundial teria trazido benefícios para as mulheres ao permitir seu ingresso em atividades antes inteiramente executadas por homens – como motoristas de ônibus – e lançar no mercado de trabalho mulheres que antes se restringiam aos seus lares. Entretanto, o poder que permite essa “subversão” é o mesmo que construirá a imagens dos heróis de guerra posteriormente, dos bravos guerreiros que foram defender sua nação e agora necessitam retornar a seus lares e postos de trabalho, que devem ser desocupados pelas mulheres. Segundo Lloyd (1974): “A guerra não teve efeito decisivo sobre a posição econômica da mulher. Não havia mais mulheres empregadas em 1921, na Grã-Bretanha, do que em 1911, e havia tantas empregadas domésticas depois da guerra como antes.” (LLOYD, 1974, p. 351).

De fato, o início da guerra foi marcado por desemprego massivo feminino, pois nas indústrias nas quais elas atuavam (essencialmente a têxtil e o trabalho doméstico), a demanda baixou subitamente. Entretanto, pouco a pouco as mulheres começaram a ocupar os postos masculinos deixados e a entrar para a produção de materiais de guerra, como uniformes e indústria de explosivos (nessa última, as mulheres eram 60% da mão de obra) (BLACK, 1974). Como era de se esperar, o final da guerra extinguiu esses mercados e levou as mulheres a voltarem para seus lares ou seus antigos postos de trabalho. Entretanto, a entrada da mulher nesse mercado promove uma liberalização mais profunda que apenas a financeira:

A Companhia prometeu a todos os homens que foram à guerra que seus empregos estariam a sua disposição, e não queríamos que fosse de outro modo (...) mas isso há de constituir um grande problema. Veja... estamos todas imbuídas de uma sensação de inquietude contagiante (BLACK, 1974, p. 674)

No mercado de trabalho, é possível observar a permanência do estereótipo de gênero de maneira bastante forte. Com o desemprego feminino gerado pelo final da guerra, voltaram os velhos postos de trabalho (em 1921, um terço das mulheres trabalhava com serviço doméstico) e algumas mulheres simplesmente retornaram ao lar (em 1921, 33,7% das mulheres exerciam trabalho remunerado e em 1931, 34,2%). As mulheres que desejavam continuar com seus trabalhos na indústria, frequentemente recebiam ameaças dentro da fábrica (por parte dos patrões ou do sindicato) e o Parlamento inglês fazia recomendações para que as mulheres voltassem a trabalhar no serviço doméstico, por ser mais “natural”. Nas novas indústrias (como de tabaco, pão e metais leves) dizia-se que o desenvolvimento chegou

a tal ponto que os processos mecânicos eram muito simples, de modo que até uma mulher ou uma pessoa muito jovem poderia operá-los¹⁴ (SUMMERFIELD, 2013).

Tudo sugere que o estereótipo em relação ao gênero não se modificou: nenhuma lei foi essencialmente modificada nesse sentido (à exceção do voto feminino)¹⁵, os lugares aceitos para mulheres e as tarefas e cargos que ela poderia ocupar permaneceram os mesmos. Entretanto, se vê uma libertação da mulher em relação aos padrões que ela acreditava que deveria seguir: “muitas utilizavam uma linguagem que teria chocado suas mães; muitas passaram a usar cosméticos; disseminou-se o hábito de fumar, e as mulheres bebiam em lugares públicos” (BLACK, 1974, p. 675).

4.3 AS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS E A CRISE DE 1929: O CASO DOS ESTADOS UNIDOS

No contexto dos Estados Unidos, as feministas constituíam cada vez mais uma força atuante na sociedade que reivindicava pautas específicas para as mulheres. Assim como na Inglaterra, se tratava de um movimento elitista em sua maioria, que pouco a pouco foi conquistando mulheres das classes baixas (GAMBA, 2008a). Em muitos aspectos, as modificações ocorridas nos Estados Unidos a respeito do mercado de trabalho e da militância feminista se assemelham ao ocorrido na Inglaterra.

Tabela 1: Crescimento populacional, participação das mulheres e das mulheres casadas no mercado de trabalho dos EUA, 1910-1940

	Crescimento populacional (%)	Crescimento no número de mulheres trabalhadoras (%)	Mulheres trabalhadoras casadas (% entre as trabalhadoras totais)
1910	23,52	53,94	36,40
1920	15,59	8,50	28,90
1930	19,32	27,38	23,00
1940	11,87	30,17	24,70

Fonte: CENSUS. Historical Statistics of the United States, 1789-1945. 1949.

¹⁴ Summerfield (2013) cita uma nota do Parlamento inglês que afirma inclusive que as mulheres têm naturalmente maior tolerância a monotonia, então que esses trabalhos simples e repetitivos favoreceriam nossa natureza.

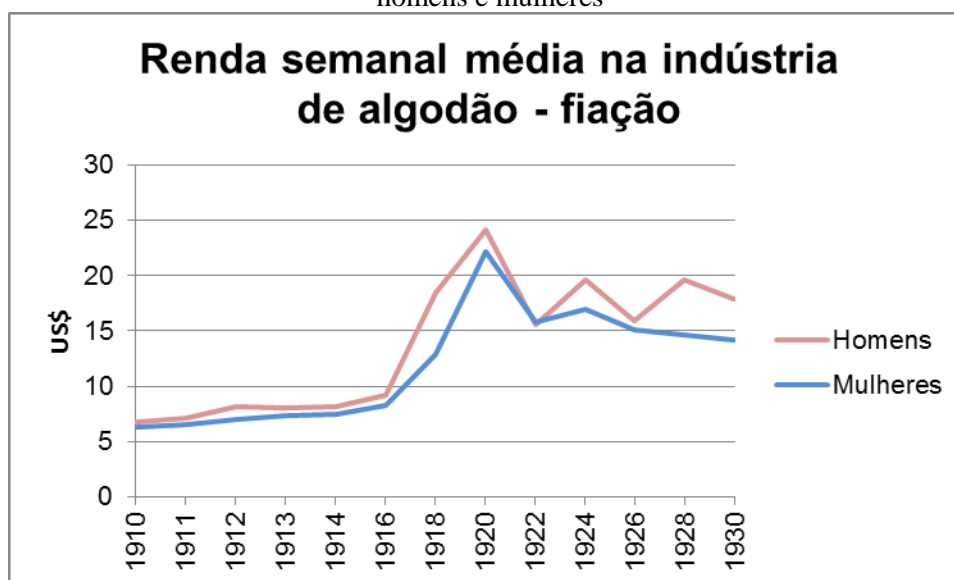
¹⁵ Segundo Summerfield (2013), todas as leis da época tratavam a família como uma entidade a ser preservada, e não pensavam na mulher como um indivíduo independente. Criaram-se auxílios para as mulheres casadas com filhos e tomaram-se medidas para que elas se mantivessem longe do trabalho remunerado, sempre com o discurso do “interesse da criança”.

Observando a tabela 1, é possível notar que, em relação ao período da I Guerra Mundial (1914-1918), o número de mulheres trabalhadoras sofreu grande crescimento, acompanhando o elevado crescimento populacional do período. Entretanto, o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho no período imediatamente subsequente é bastante reduzido, inclusive menor que o crescimento da população, reforçando a tese de que a mulher no mercado de trabalho é vista como um esforço para períodos de exceção.

Posteriormente à crise de 1929, observamos um crescimento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho. Não chega aos níveis do período da I Guerra, porém é razoável assumir que sua participação se dá para amenizar os efeitos da crise e, na década de 40, para compensar a redução da mão de obra devido a II Guerra Mundial.

O gráfico 3 mostra que, na segunda metade da década de 10, quando há um aumento significativo da quantidade de mulheres no mercado de trabalho, a diferença entre os salários dos homens e das mulheres é maior. É interessante observar que o período é caracterizado por um aumento dos ganhos semanais, contrariando a lógica de que esse aumento da oferta de mão de obra desqualificada (no caso a feminina) traria uma redução de salários. Entretanto, o salário do homem cresce consideravelmente mais que o da mulher, e também apresenta maior variação¹⁶.

Gráfico 3: Renda semanal média na indústria de algodão (fiação) nos Estados Unidos, 1910-1930, homens e mulheres

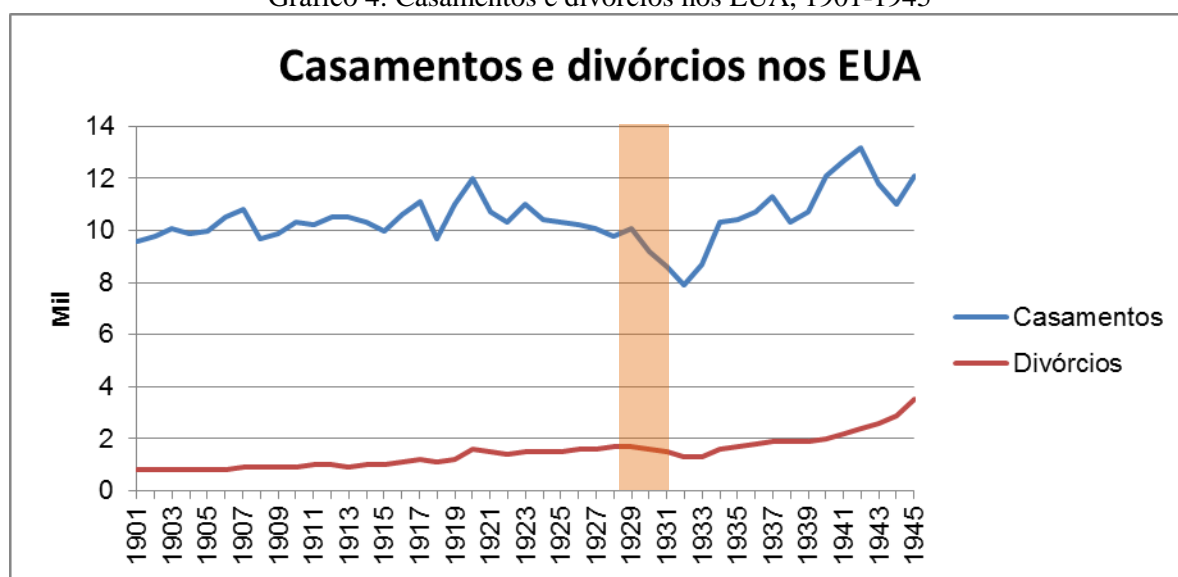


ONTE: CENSUS. Historical Statistics of the United States, 1789-1945. 1949.

¹⁶ Os dados são para a indústria de algodão, para o setor de fiação. Os dados relativos à indústria de algodão para o setor de tecelagem mostram a mesma tendência. É interessante notar que essa atividade, embora industrial, é considerada como tipicamente feminina, porque envolve trabalhos manuais, e mesmo nela a mulher recebe menor remuneração. O Censo não apresenta dados para outras indústrias.

Voltando à tabela 1, outro dado interessante de ser observado é a proporção de mulheres trabalhadoras que eram casadas. Não há relação entre um aumento mais intenso do número de mulheres no mercado de trabalho e uma maior proporção das mulheres trabalhadoras casadas no período. De fato, as mulheres solteiras ou viúvas são maioria no mercado de trabalho em todas as décadas, como era de se esperar. Porém, na passagem da década de 20 para a década de 30, é possível afirmar que a aceleração do crescimento das mulheres trabalhadoras não é impulsionada por uma entrada massiva de mulheres casadas nesse ambiente.

Gráfico 4: Casamentos e divórcios nos EUA, 1901-1945



Fonte: CENSUS. Historical Statistics of the United States, 1789-1945. 1949.

O gráfico 4 mostra que, imediatamente após a crise de 1929, houve uma redução drástica no número de casamentos, sendo o pico inferior negativo desde 1901 mesmo com uma população consideravelmente maior. Ainda, se observa que a tendência declinante é visível em toda a década de 1920. Também há uma leve redução no número de divórcios no período.

Esses dados permitem interpretar que não foram as mulheres casadas que estavam saindo do lar para trabalhar as grandes responsáveis pelo aumento das mulheres no mercado de trabalho na década de 30, e sim as mulheres jovens que não se casaram e necessitavam de um sustento. A tendência de crescimento posterior pode levar a interpretação de que, de fato, era apenas uma conjuntura específica pós-crise, e não um marco de mudança na forma como as mulheres constroem suas relações pessoais e profissionais.

Em relação ao período da Segunda Guerra Mundial, o *boom* de casamentos anteriores à entrada dos EUA no conflito (que se deu efetivamente em 1943) pode ser facilmente explicado justamente pela vontade dos casais jovens de contraírem matrimônio antes de saírem do país e a queda durante a guerra também é previsível. Entretanto, o fato de as mulheres casadas representarem consideravelmente menos proporção do mercado em relação à Primeira Guerra Mundial, dado que a média de casamentos no período é bastante similar, é surpreendente.

A análise de dados da II Guerra Mundial e do pós-guerra mostra alguns resultados controversos, principalmente se analisados conjuntamente com as bandeiras sindicais e os debates jurídicos da época¹⁷. Summerfield (2013) argumenta que o Estado se encontrava em um momento extremamente confuso e que tomava ações com a maior cautela possível, pois no período de guerra os conflitos entre patriarcado e capitalismo se tornavam mais concretos – como nas decisões de que cursos de capacitação seriam oferecidos para mulheres, com que nível de aprofundamento e por quanto tempo –, e o Estado representa simultaneamente ambas as estruturas.

Um dos principais motivos que pode ter levado a esse quadro é a questão de o Estado não aceitar mulheres casadas em cursos de capacitação, principalmente aquelas com filhos, e declarar abertamente que o trabalho na indústria não podia ser desenvolvido por pessoas que tinham alguma outra ocupação (MILKMAN, 1987). Elas também eram mal vistas no ambiente de trabalho porque, como a mulher é responsável por exercer todo o trabalho doméstico (incluindo o cuidado com filhos e filhas), ela teria maior propensão a faltas e atrasos.

Summerfield (2013) argumenta que, embora esses movimentos dos Estados e dos agentes em geral tenham sido cuidadosamente executados para que se mantivesse um equilíbrio entre o patriarcado e o capitalismo, eles “plantaram uma semente” de independência nelas (tanto na Inglaterra, como narrado por Black (1974), quanto nos EUA). Entretanto, a visão de que a mulher estaria ocupando um lugar que não era seu foi dominante, e a partir daí começou a se legitimar o discurso de que, se a mulher quer trabalhar fora de casa, terá que arcar com a dupla jornada de trabalho: o trabalho remunerado é uma opção, e o

17 Se observarmos as pautas dos sindicatos – que eram masculinos –, vemos que eles também lutavam por uma equidade salarial entre homens e mulheres. Entretanto, essa bandeira não foi levantada por acreditarem no trabalho igual entre os sexos; se tratava de uma ação tática para que as mulheres não roubassem os postos dos homens no mercado de trabalho, por receberem menor remuneração. Constituíam, na verdade, uma reafirmação do estereótipo: elas produzem menos então devem receber menores salários, mas isso prejudica aos homens (SUMMERFIELD, 2013).

doméstico obrigação. Segundo a autora, a Segunda Guerra Mundial acelerou a discriminação por gênero nessas esferas, pois um dos grandes motivos para barrar a entrada da mulher no mercado laboral era justamente o discurso de que estaríamos colocando em risco a família e as crianças. Assim, quanto mais as mulheres decidiam deliberadamente exercer trabalho remunerado, mais a sociedade cobrava que o seu trabalho doméstico estivesse bem feito.

5 A DESIGUALDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA ENTENDIDA ATRAVÉS DO GÊNERO

Nos capítulos anteriores, objetivou-se a realização de uma construção teórica – através da interpretação dos conceitos de sexo e gênero e da apresentação de algumas escolas feministas – e histórica – desde a apropriação do patriarcado pelo capitalismo, através da análise de Foucault (1988), até os momentos históricos que modificaram a condição da mulher no mercado de trabalho e encontraram diferentes sínteses entre o patriarcado e o capitalismo no tempo, essencialmente a Revolução Industrial, as Grandes Guerras Mundiais e a Crise de 1929. Este capítulo tem por objetivo ilustrar a situação das mulheres brasileiras no país, buscando diferentes dados desde os anos 90 que sinalizem algumas tendências e modificações no que tange à permanência dos estereótipos de gênero, buscando, para isso, identificar que síntese o capitalismo e o patriarcado vão encontrando na nossa sociedade nesse período e como ela afetou a vida das mulheres.

O Brasil, diferentemente da Inglaterra e dos Estados Unidos, desenvolveu o sistema capitalista de forma tardia em seu território nacional. Embora haja inúmeras controvérsias entre economistas e diversas teorias que busquem explicar como essa relação se deu, é razoável afirmar que o mercado de trabalho assalariado só se desenvolveu em finais do século XIX, e ainda tardou para que constituísse a relação de trabalho dominante. Entretanto, à semelhança dos processos ocorridos na Inglaterra durante a Revolução Industrial, o desenvolvimento industrial brasileiro, que marcou definitivamente a supremacia do urbano sobre as arcaicas estruturas rurais¹⁸, contou com mão de obra massiva feminina em seu princípio: as mulheres constituíam 72% da mão de obra nas indústrias têxteis brasileiras em 1912 (WOLFE, 1993). Ainda, de forma semelhante ao processo inglês e também aos momentos históricos descritos para o caso estadunidense, o período de 1910 a 1950 foi marcado por grandes medidas por parte do Estado e de diversas instituições (sindicatos, ONGs, etc.) para que se fortalecesse o estereótipo da mulher-mãe, da idealização do trabalho doméstico e da reafirmação do lar como o ambiente da mulher por excelência (WEINSTEIN, 1995).

18 É importante salientar que o setor rural continuou tendo uma importância muito significativa na política brasileira, e os coronéis ainda constituem uma importante força econômica e política no país (exemplo disso é o fato de a bancada ruralista ser a maior e mais forte frente parlamentar no Brasil). Entretanto, essa passagem se refere aos movimentos de êxodo rural e de modificação do centro dinâmico da economia, que passa paulatinamente a ser a indústria e não mais a exportação de café.

Nesta sessão, a fonte de dados utilizada é majoritariamente a CEPAL. Isso se deve ao fato de essa base de dados ser a única que agrega e centraliza informações de gênero a respeito da América Latina, mostrando dados para os últimos 20 anos para vários indicadores. A utilização de uma só fonte de dados permite comparações entre diferentes informações com maior credibilidade, além de a CEPAL constituir um dos mais tradicionais centros de investigação econômica no contexto latinoamericano.

Para os dados recentes, é possível observar que a afirmação do trabalho doméstico como sendo função feminina ainda se mantém de forma bastante forte. Ainda, os dados sugerem que este fenômeno independe da educação dos indivíduos: as mulheres trabalham menos horas remuneradas, mais horas não remuneradas e mais horas no total para todas as faixas de anos de estudo aprovados. Uma característica importante é que, para as mulheres com mais anos de educação aprovados (13 anos ou mais), o número de horas de trabalho doméstico não remunerado cai consideravelmente (de 5 a 7 horas se comparado com as outras faixas de anos de estudo). Isso se deve, provavelmente, ao fato de que uma maior quantidade de anos de estudo corresponde, geralmente, a uma maior renda (IBGE, Censo 2010), o que pode indicar que essa mulher conta com uma empregada doméstica para desempenhar esse tipo de função e/ou com mais eletrodomésticos que economizem o tempo que ela dedica a essas atividades (máquina de lavar louça, máquina de lavar roupa, etc). O número de horas de trabalho doméstico não remunerado por parte dos homens é quase constante para todas as faixas de anos de ensino aprovados.

Tabela 2: Horas de trabalho remunerado e doméstico não remunerado semanais por anos de estudo aprovados – Brasil, 2008

Horas de trabalho remunerado e não remunerado por anos de estudo aprovados - 2008											
Anos de estudo	0 a 5 anos		6 a 9 anos		10 a 12 anos		13 ou mais anos		Média		
	Sexo	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalho remunerado		48	38	48	39	49	41	45	40	48	40
Trabalho doméstico não remunerado		5	27	6	27	6	25	7	20	6	25
TOTAL		53	65	54	66	55	66	52	60	54	65

FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

Um dos argumentos utilizados para explicar parte desse fenômeno é o fato de os homens trabalharem mais horas remuneradas por semana que as mulheres, o que os deixaria sem tempo ou muito cansados para realizar as tarefas do lar. Essa afirmação já é contestável pois não se pode afirmar que é pelo fato de as mulheres trabalharem menos de forma remunerada que elas acabam exercendo trabalho não remunerado. De fato, toda a pesquisa

histórica e teórica aqui exposta indica exatamente o oposto: é a carga de trabalho não remunerado exigida de diversas formas que seja cumprida pela mulher que a leva a dedicar menos horas ao serviço com remuneração. Além disso, as mulheres trabalham, em média, nove horas a mais por semana que os homens. A teoria da “falta de tempo” e do “cansaço”, portanto, não pode ser considerada. Ainda, a tabela 3 mostra que, para pessoas que não exercem trabalho remunerado, a carga de trabalho doméstico feminino não remunerado é também vastamente superior, confirmando que se trata de um estereótipo de gênero e, mais especificamente, de um estereótipo de papéis sexuais.

Tabela 3: Horas de trabalho remunerado e doméstico não remunerado semanais para pessoas que não trabalham remuneradamente, por anos de estudo aprovados – Brasil, 2008

Horas de trabalho de pessoas não remuneradas por anos de estudo aprovados - 2008											
Anos de estudo	0 a 5 anos		6 a 9 anos		10 a 12 anos		13 ou mais anos		Média		
	Sexo	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalho remunerado		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalho doméstico não remunerado		7	34	7	32	8	32	8	29	8	33
TOTAL		7	34	7	32	8	32	8	29	8	33

FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

Em relação ao trabalho doméstico profissional, as mulheres também são ampla maioria em relação aos homens. O trabalho doméstico é considerado de baixa produtividade, mas constitui uma das principais ocupações das mulheres brasileiras justamente por se tratar de um trabalho tipicamente feminino (é um trabalho de cuidado, de limpeza, que se dá no ambiente do lar) e que não exige alta escolaridade. Muitas vezes, a trabalhadora doméstica passa por muitas dificuldades não apenas devido à desvalorização do salário, mas também devido à gama de relações interpessoais envolvidas nesse tipo de serviço. Essas trabalhadoras sofrem diversos abusos morais e sofrem constantemente com o conflito de educar as crianças que não são suas durante os primeiros anos da infância, e ao mesmo tempo não desobedecer as regras explícitas de sua patroa ou patrão, às quais muitas vezes ela não concorda ou se sente humilhada em realizar (SORATTO, 2006).

Tabela 4: Pessoas empregadas em trabalho doméstico, porcentagem de total de pessoas ocupadas urbanas – Brasil, 1993-2011

Pessoas empregadas em trabalho doméstico (%)		
	Homens	Mulheres
1993	0,70	19,10
1995	0,80	19,70
1996	0,80	19,40
1999	0,80	19,60
2001	0,80	19,90
2002	0,90	19,10
2003	0,80	19,00
2004	0,70	18,90
2005	0,80	18,70
2006	0,80	18,20
2007	0,70	17,80
2008	0,70	16,90
2009	0,90	18,10
2011	0,90	16,50

FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

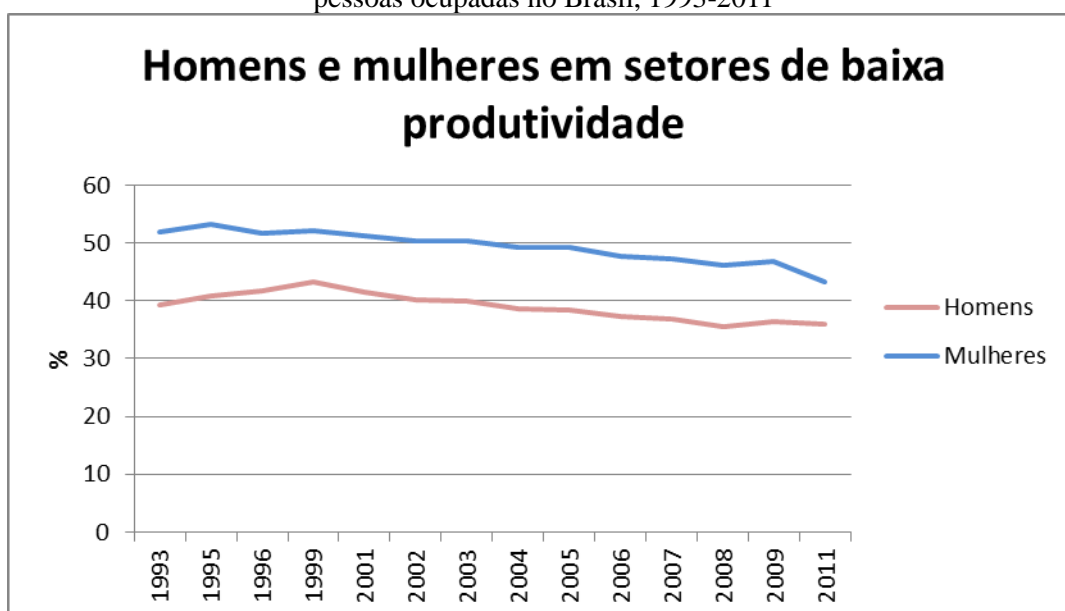
A tabela 4 mostra que, desde 2003, a porcentagem de trabalhadoras domésticas mostra tendência decrescente, porém se manteve estável nos anos anteriores e alcançou um pico em 2009. É difícil especular porque essa redução estaria ocorrendo, ou mesmo o porquê da ocorrência do pico de 2009, dado que a porcentagem de trabalhadores domésticos homens se manteve estável no período. É, portanto, um fenômeno entre as trabalhadoras mulheres. Uma das possíveis razões do pico de 2009 é uma resposta a crise de 2008, que causou um aumento do desemprego no país, principalmente nos setores de mais baixa educação, exigindo que a mulher entrasse no mercado de trabalho para complementar a renda. Com a redução do desemprego já em 2009, é possível que as mulheres desse setor específico tenham se retirado do mercado, em um movimento parecido com o descrito na seção 4, segundo o qual as mulheres trabalham em período de exceção e depois devem retornar ao lar.

Em 2013, foi implementada a chamada “Lei das Domésticas”, que evidencia como essas trabalhadoras tinham condições precárias de trabalho. A lei nada mais fez que estender às domésticas os direitos trabalhistas que outros setores já usufruíam, como regulamentação de horas extra e de férias. Há uma grande especulação na mídia a respeito de como o mercado irá responder a essa nova lei, mas há razoável consenso de que o número de trabalhadoras domésticas deve diminuir, dado o aumento no custo do serviço. Outra possibilidade é que, de

fato, o número oficial se reduza, mas que o número de domésticas trabalhando informalmente aumente consideravelmente.

Ainda considerando o setor de baixa produtividade, as mulheres são maioria durante todo o período analisado, conforme mostra o gráfico 5. Essa diferença se dá devido ao número consideravelmente maior de trabalhadoras domésticas mulheres em relação aos homens, pois para os demais setores – pessoas empregadoras em microempresas, assalariadas em microempresas e trabalhadoras independentes não qualificadas – os homens são maioria, por pequena margem (em nenhum ano analisado a diferença alcança 5%).

Gráfico 5: Porcentagem de pessoas ocupadas em setores de baixa produtividade em relação ao total de pessoas ocupadas no Brasil, 1993-2011



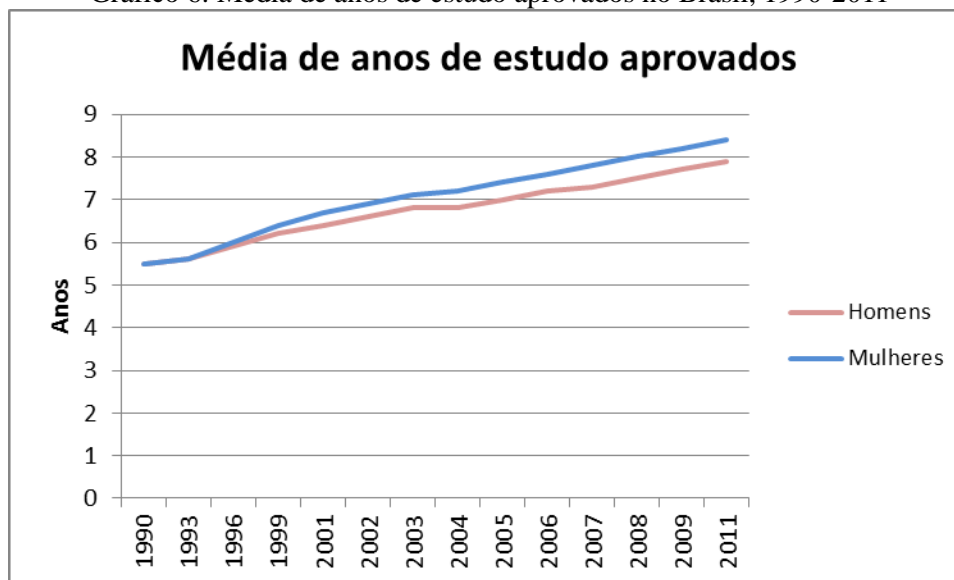
FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

O principal fator para a redução do número de trabalhadoras de baixa produtividade durante todo o período foi a redução da porcentagem de mulheres independentes não qualificadas, que mostra tendência de redução desde 1990. A porcentagem de empregadoras de microempresas é constante no período, e a de assalariadas em microempresas é levemente crescente. A aceleração da redução da quantidade de trabalhadoras mulheres em setores de baixa produtividade que se deu a partir de 2005, então, foi impulsionada devido a já referida tendência de redução na porcentagem de trabalhadoras domésticas.

As trabalhadoras independentes não qualificadas, que representavam 25,5% da mão-de-obra feminina ocupada no país em 1993, passaram a representar apenas 15,8% do total em 2011. Uma das possibilidades é que essa redução seja fruto de um aumento da média de anos de estudo aprovados entre as mulheres (gráfico 6). Outro fator que pesa a favor dessa hipótese

é o fato de a redução da quantidade de trabalhadores homens em setores de baixa produtividade ter sido menos significativa que a das mulheres (a diferença era de 12,6% em 1990 e caiu para 7,4% em 2011), assim como o aumento nos níveis de educação entre homens foi menos intenso.

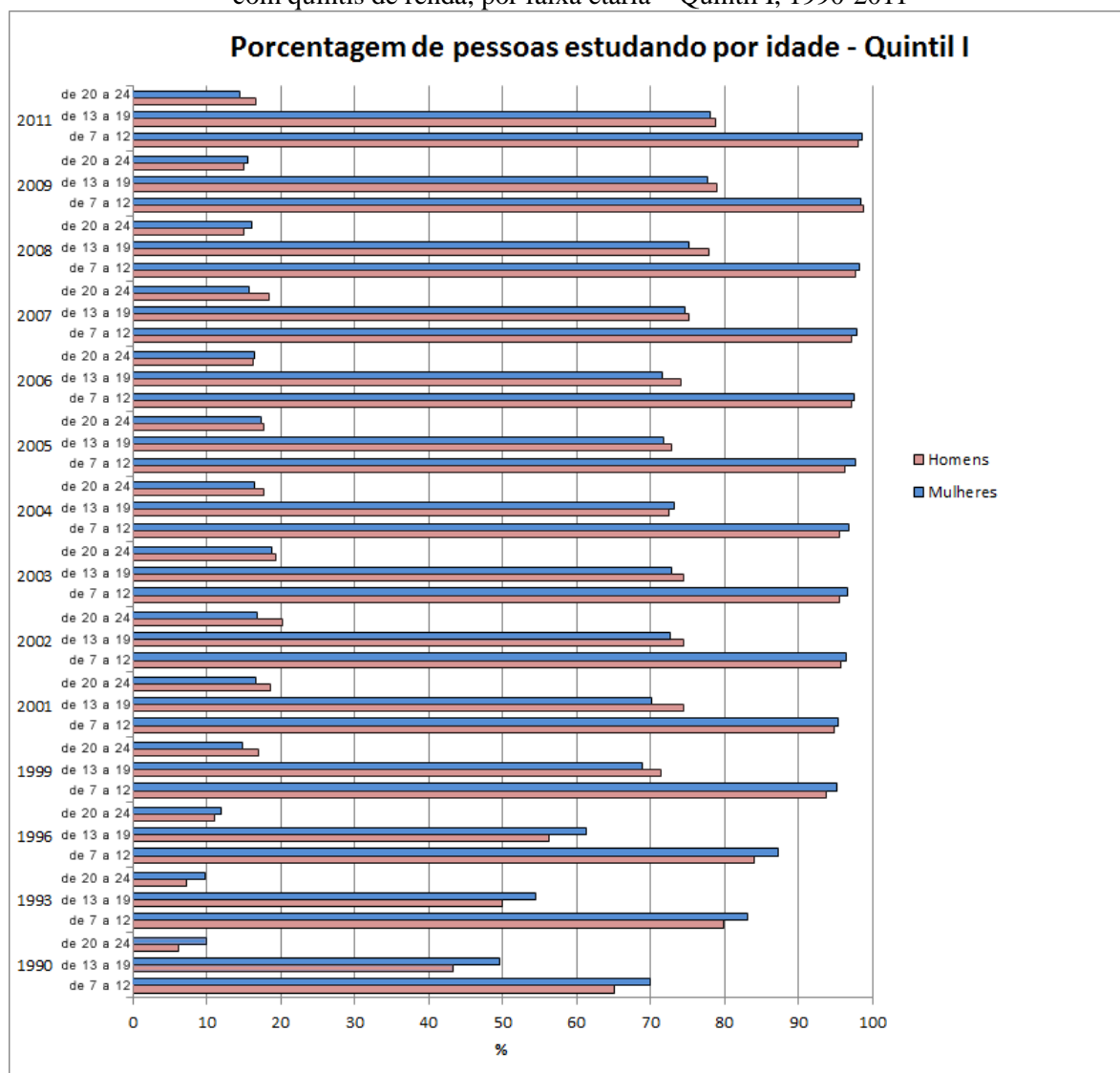
Gráfico 6: Média de anos de estudo aprovados no Brasil, 1990-2011



FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

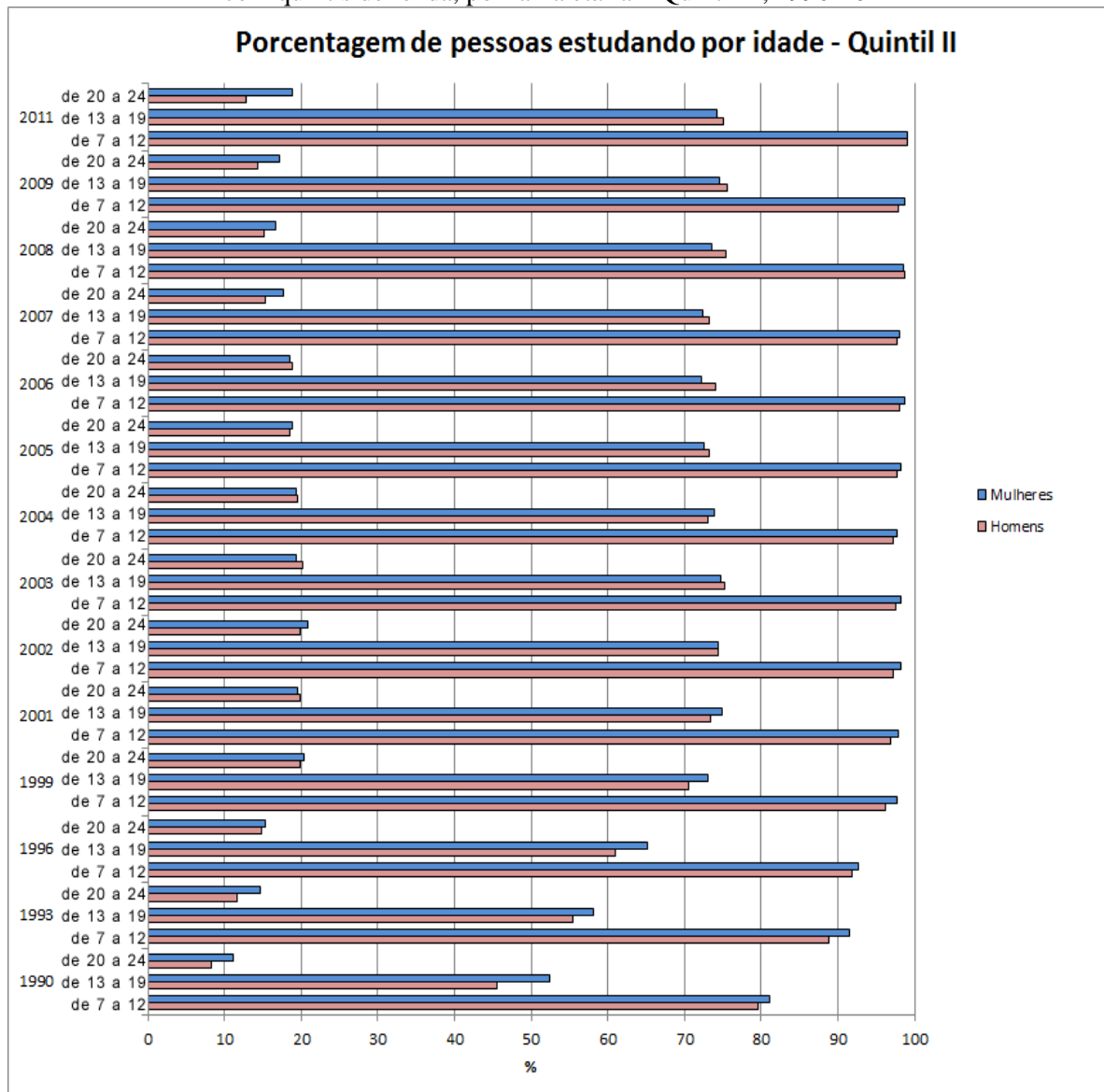
Entretanto, ao analisarmos os níveis de escolaridade de acordo com a renda, vemos que essa interpretação necessita de ajustes. Os Gráficos 7 e 8 mostram a porcentagem de pessoas matriculadas em escolas (em qualquer nível de ensino) em três grupos de idade diferentes para os dois quintis de renda mais baixos, segundo uma divisão proposta pela CEPAL que tem como critério a renda per capita. O Quintil I corresponde à renda mais baixa, e o Quintil V à renda mais alta.

Gráfico 7: Porcentagem de pessoas brasileiras matriculadas em qualquer nível de ensino de acordo com quintis de renda, por faixa etária – Quintil I, 1990-2011



FONTE: CEPAL – Estatísticas de gênero

Gráfico 8: Porcentagem de pessoas brasileiras matriculadas em qualquer nível de ensino de acordo com quintis de renda, por faixa etária – Quintil II, 1990-2011



FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

Os Gráficos 7 e 8 mostram que, entre as camadas mais pobres da população, a porcentagem de mulheres estudantes entre 20 e 24 anos mostra tendência de redução nos últimos anos. O aumento no número de pessoas matriculadas entre 13 e 19 anos, entretanto, pode explicar em parte a redução do número de homens e mulheres nos setores de baixa remuneração.

Para o Quintil I, não se vê tendência de um grande aumento nos níveis de educação femininos em relação aos masculinos que justifique a redução mais intensa no trabalho de baixa remuneração exercido por mulheres. O gráfico 7 mostra que, a partir de 1999, os homens possuem maior porcentagem de matrículas que as mulheres para todos os anos na

faixa de 13 a 19 anos (exceto para 2004). Para a população de 20 a 24 anos, a tendência é oscilatória, ora com maior porcentagem de homens, ora de mulheres. Na faixa de 7 a 12 anos os valores são bastante próximos, embora haja leve vantagem da porcentagem feminina.

No gráfico 8, chama a atenção o crescimento feminino relativo ao masculino na faixa etária de 20 a 24 anos a partir de 2007. Entretanto, esses níveis são inferiores aos atingidos no período de 1999 a 2005.

Os dados disponíveis para os anos 1990, se comparados com os 2000, mostram uma melhora inegável da educação para esses grupos, e também mostram que as mulheres eram maioria em todos os níveis de ensino nesse período (exceto para o Quintil I em 1999). Certamente, essas condições foram impactantes para a redução do trabalho de baixa produtividade. Porém, a queda mais acelerada a partir de 2005 para as mulheres não parece ser devidamente explicada por esse fenômeno, pois após 1999 o crescimento da porcentagem de estudantes não foi significativo, principalmente se comparamos o crescimento entre homens e entre mulheres, que deveria ser diferente para que se explique a diferença de decréscimo entre ambos no mercado informal de trabalho.

Gráfico 9: População Economicamente Ativa (PEA) brasileira



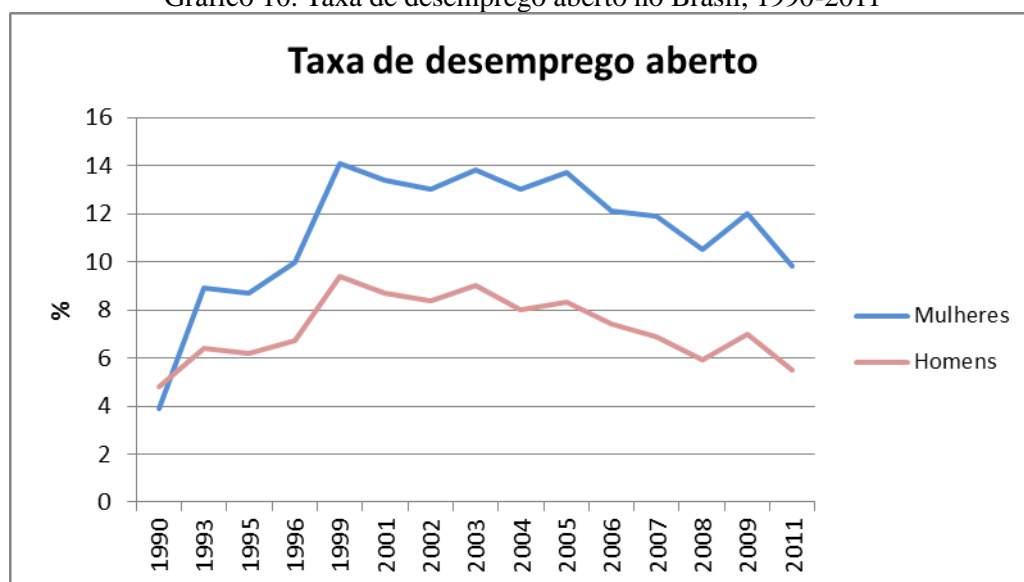
FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

O gráfico 9 mostra que, a partir de 2006, a proporção de mulheres economicamente ativas começa a diminuir levemente. Em 2008 há uma tímida retomada de aumento, porém em 2009 há nova queda, dessa vez mais acentuada. Se torna importante, portanto, considerar a hipótese de que a redução do número de mulheres no mercado de trabalho de baixa remuneração se deu não apenas devido ao aumento do nível de educação das mulheres pobres durante os anos 90 e a estabilidade dos anos 2000, mas também a uma efetiva retirada das

mulheres do mercado de trabalho. Com interpretação semelhante à utilizada no caso das trabalhadoras domésticas, o aumento que se dá entre os anos 2008 e 2009 pode ser devido à crise.

A ideia de que a redução dos postos de trabalho oriundos da crise tenha aumentado a proporção de mulheres no mercado de trabalho não pode ser estabelecida de forma tão direta: conforme o gráfico 10, o desemprego feminino também aumentou no período. Entretanto, o aumento do número de empregadas domésticas representa a entrada de mulheres desqualificadas no mercado, que pode se dar de forma anticíclica. São trabalhadoras temporárias de baixa remuneração, que exercem uma função que pode servir de complemento de renda em épocas em que o orçamento familiar se reduz.

Gráfico 10: Taxa de desemprego aberto no Brasil, 1990-2011



FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

O gráfico 10 chama a atenção para um fato marcante: o desemprego atinge de forma bem mais significativa às mulheres que aos homens, e essa diferença é crescente no período analisado. No aspecto do desemprego, as mulheres estão piorando em relação aos homens, mas o desemprego tem tendência de decréscimo nos anos 2000.

Esse fato pode ter uma infinidade de interpretações, e sua análise se torna mais complexa com a observação de que, em 1990, o desemprego afetava mais fortemente a população masculina. O salto dessa diferença entre homens e mulheres se dá em 1999 e, a partir daí, tem tendência oscilatória.

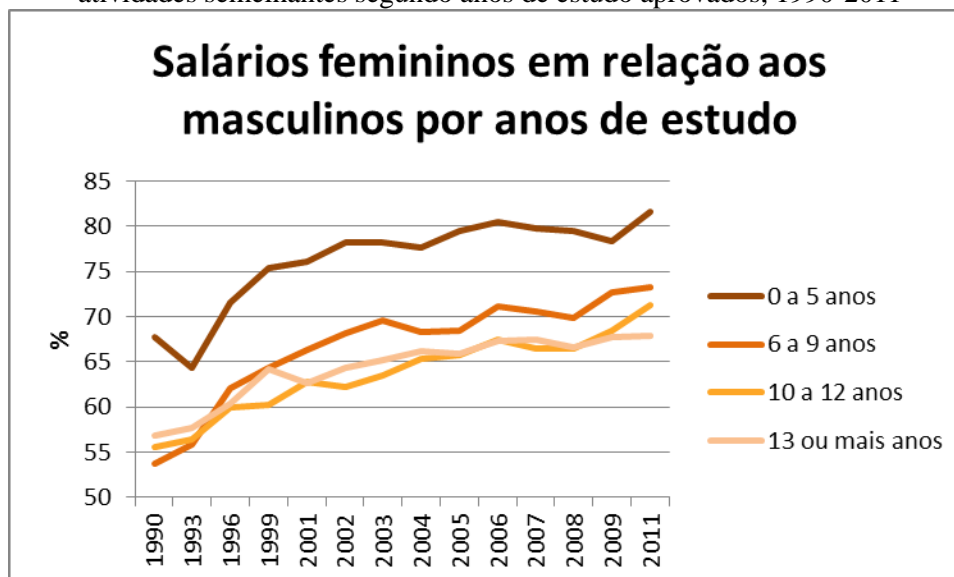
Pode ser que, com taxas de desemprego muito baixas, a demanda por mão de obra seja tal que a população masculina não dê conta. Voltando ao gráfico 9, fica claro que a PEA

masculina no longo prazo é decrescente e a feminina mostra tendência de crescimento. O decrescimento da PEA masculina é certamente um fenômeno interessante de ser analisado, mas foge do escopo deste trabalho. O que chama a atenção é que, quando o desemprego começa a subir, a diferença vai se tornando cada vez maior. Isso pode indicar que as mulheres perdem seu emprego mais rápido em períodos de instabilidade (última a ser contratada, primeira a ser demitida).

Uma interpretação possível é que, quando a tendência é de baixo desemprego, há espaço suficiente para a absorção da mão de obra feminina. Entretanto, quando os postos de trabalho estão restritos (ou seja, quando o desemprego sobe), há preferência por homens no ambiente de trabalho. Como a tendência dessa diferença no período de decrescimento do desemprego é oscilatória, não se pode rejeitar a hipótese de que a situação das mulheres melhore no futuro. Entretanto, segundo essa análise, isso não se dá devido a uma diferente visão do trabalho feminino, ou de uma ideia de igualdade entre os sexos no mercado de trabalho. A preferência continua sendo pelos homens, já que seus cargos de trabalho são mais estáveis. Assim, as mulheres alcançariam igualdade por uma condição do sistema (redução do exército industrial de reserva), e não por uma mudança dos estereótipos relacionados com elas.

É especialmente interessante observamos como essa estrutura patriarcal leva a uma violação de algumas “leis do mercado”, por assim dizer, como a ideia de que, em tempos de aumento do desemprego, são dispensadas as pessoas que recebem remunerações mais altas para funções semelhantes. Enquanto o desemprego subiu 1,1% para os homens de 2008 para 2009, para as mulheres esse crescimento foi de 1,5%. Entretanto, o gráfico 11 mostra que as mulheres recebem menor remuneração para exercer trabalhos de mesmas características durante o período analisado.

Gráfico 11: Percentual da renda feminina em comparação com a masculina no Brasil para atividades semelhantes segundo anos de estudo aprovados, 1990-2011



FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

É bastante animador que os salários femininos venham crescendo em relação aos masculinos desde 1990. Entretanto, se vê uma grande desaceleração desse movimento partir de 1999, inclusive com um pequeno aumento dessa desigualdade nos anos de 2006 e 2007 (de 0,70 e 0,67%, respectivamente). No ano de 2011, alcançamos 73,5% do salário do homem para executar tarefas de mesmas características. Essa é uma condição ainda bastante degradante, que evidencia a permanência do papel de estereótipos sexuais de forma explícita (conserva a ideia de que a mulher não tem tanta aptidão para o trabalho quanto o homem), porém é o mais próximo que já estivemos da igualdade de remunerações – pelo menos nos últimos 20 anos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece na seção de Garantias e Direitos Fundamentais a "proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil" (artigo 7º, inciso XXX). Dada a provável maior facilidade de comprovar uma diferença salarial entre homens e mulheres que uma seleção para cargos ou vagas por motivos de sexo, pois no primeiro caso existem documentos (como contracheques) e no segundo não, é possível que essa melhora esteja bastante relacionada com essa obrigação legal. Evidentemente existem muitas formas de contorná-la (caso contrário não haveria a relação desigual explicitada no gráfico 11), porém é plausível admitir que a lei teve algum impacto.

É possível fazer uma comparação com o processo de legalização do voto feminino na Inglaterra interpretado na seção 4, que se deu bastante devido a uma propaganda de

democracia e igualdade – a qual se tornara necessária no país durante o período da Segunda Guerra – que a ideia de que, de fato, as mulheres deveriam ter o direito de votar (embora a movimentação nas ruas tenha sido vital para que tal processo ocorresse). No contexto brasileiro, a obrigação constitucional de que mulheres devem receber a mesma remuneração que homens para o mesmo trabalho pode ser bem mais uma escrita que visa mostrar a suposta preocupação brasileira com a igualdade e a democracia que a ideia de que as mulheres são de fato tão capazes de trabalhar quanto os homens, e que elas devem ter uma remuneração igual.

Tomando essas hipóteses como possíveis, não se pode afirmar que o gráfico 11 represente uma mudança no estereótipo de gênero e que os estereótipos de papéis sexuais estão se modificando. Ele informa que, no início dos anos 90, a situação melhorou radicalmente (logo após a Constituição, portanto). Até o final da década houve severo crescimento, porém a partir de 1999 iniciou-se um período de oscilação com pequenas melhoras e pequenas pioras. Essa tendência não explicita que está havendo uma modificação cultural, mas pelo contrário, dá a entender que são fatores sazonais e complexos que estão por trás desses números, e não uma constante melhora na redução da discriminação por gênero.

Ainda analisando o gráfico 11, observamos que as mulheres com menos anos de estudo recebem salários consideravelmente mais próximos dos salários masculinos. Essa observação contraria a tese amplamente difundida de que, com o desenvolvimento de trabalhos mais intelectuais e cada vez menos braçais, a mulher ficaria em condição mais igual em relação ao homem – essa ideia está muito presente no senso comum e muitas vezes defendida como verdade óbvia, mesmo sem observação empírica, a exemplo do texto de Ribeiro (2011). É plausível considerar que mulheres com mais anos de estudos desenvolvem trabalhos considerados mais “intelectuais”, enquanto níveis baixos de ensino (especialmente de 0 a 5 anos aprovados) estão relacionados com trabalhos de maior exigência física (operariado, serviço agrícola, entre outros).

Certamente, os níveis mais baixos de ensino estão relacionados com o recebimento de salário mínimo, que achatam a diferença entre os salários recebidos. Essa afirmação, porém, fortalece a tese de que a mulher é vista como menos produtiva ou menos capaz em seu trabalho: em ambientes onde não há o pagamento de um mínimo necessário, a mulher recebe consideravelmente menos que o homem. Ainda, cabe a pergunta: se não existisse salário mínimo, as mulheres receberiam ainda menos que os homens para desempenhar trabalhos de mesmas características? É difícil responder essa questão, porém o gráfico indica que, provavelmente, quanto maiores os salários, maior a diferença entre homens e mulheres.

Considerando que no Brasil altos índices de educação estão diretamente relacionados com níveis mais altos de renda (o Censo 2010 do IBGE reafirma essa condição histórica e a observação dos Gráficos 7, 8, 12 e 13 a ilustram), os dados do gráfico 11 se tornam especialmente reveladores. Entretanto, segundo um índice de feminidade calculado pela CEPAL, a pobreza atinge às mulheres de forma mais severa. O chamado “índice de feminidade” calcula a relação entre o número de mulheres e o número de homens em lares pobres ou indigentes, sendo que para valores superiores à 100, existem mais mulheres que homens nessa situação e, evidentemente, para valores inferiores a 100, os homens são mais atingidos que as mulheres.

Tabela 5: Índice de feminidade em lares pobre e lares não pobres no Brasil para pessoas de 20 a 59 anos, 1990-2009

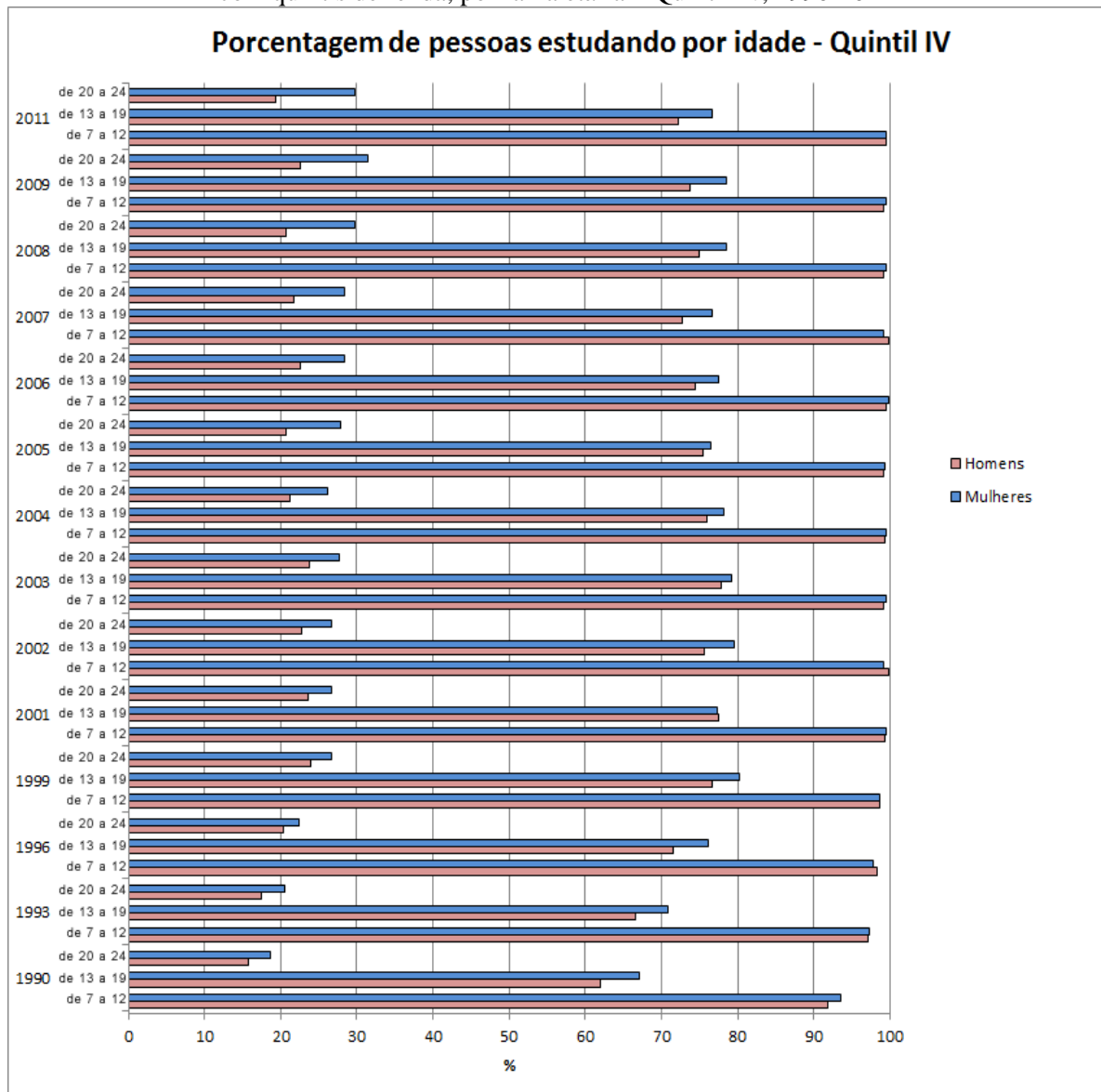
	Índice de feminidade	
	Pobres	Não pobres
1990	107,50	96,40
1995	104,80	97,60
1997	105,20	98,30
1999	104,60	98,30
2002	106,20	97,60
2005	107,30	97,30
2008	112,20	97,40
2009	114,30	97,10

FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

A tabela 5 mostra que não só a pobreza atinge às mulheres de forma mais significativa, como essa tendência vem crescendo desde 1999. O argumento de que o maior número de mulheres em relação a homens na sociedade seria motivo para isso não é válido, pois os lares não pobres são formados mais por homens que por mulheres (dado o índice inferior a 100).

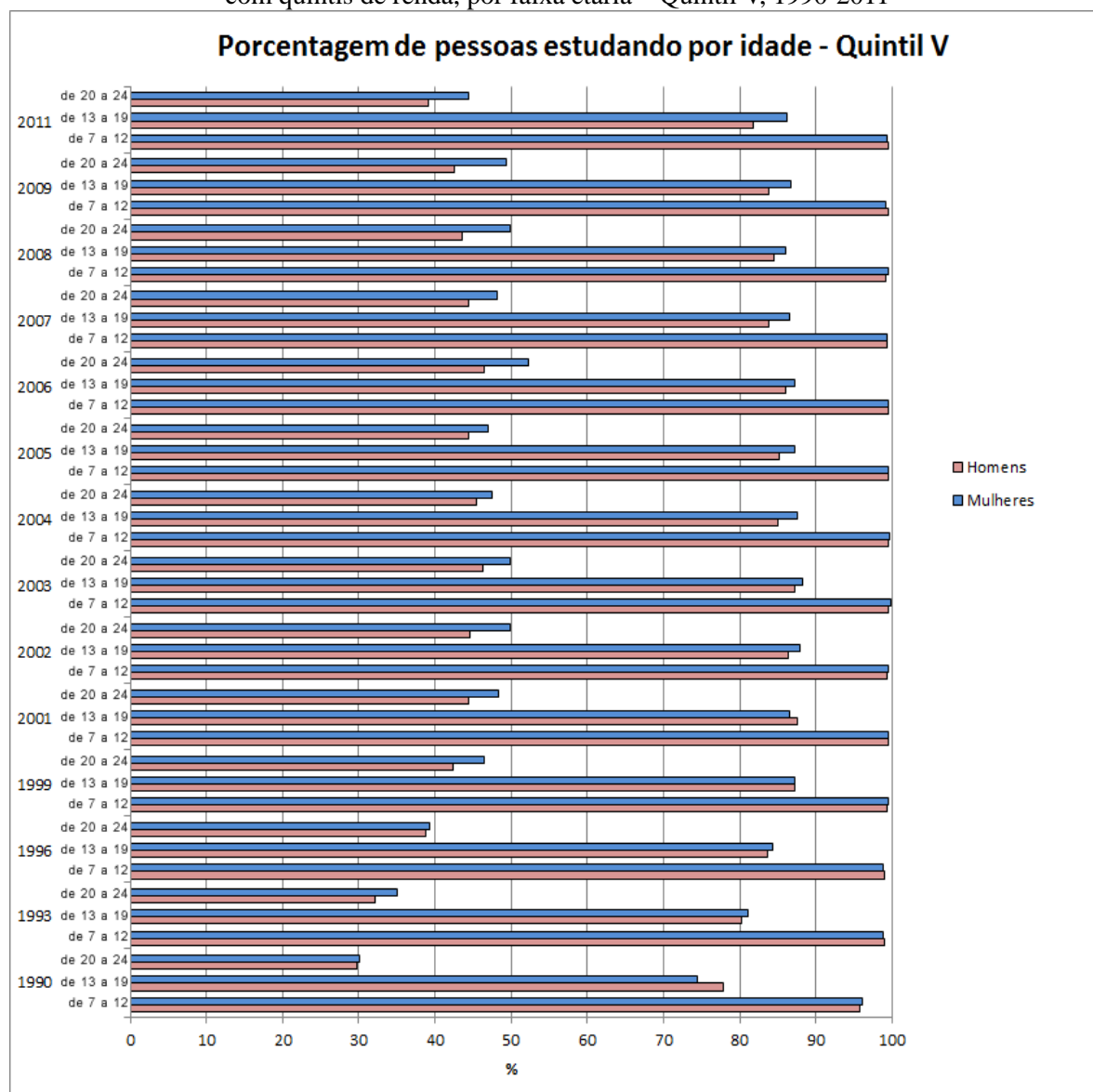
Chama a atenção que esses são os dados para as pessoas que se encontram na faixa que concentra quase a totalidade da população economicamente ativa (de 20 a 59 anos). De zero a 12 anos os dados variam no tempo, mostrando quase sempre valores bem próximos a 100 (ora inferiores, ora superiores) para lares pobres, e para a idade de 60 anos ou mais o valor é sempre inferior a 100 (exceto para o ano de 1990). A tabela indica, portanto, que a faixa etária na qual as mulheres mais trabalham – tanto remunerada quanto não remuneradamente, pois essa também é a faixa etária na qual a maioria das mulheres têm filhos, o que aumenta consideravelmente a carga de trabalho não remunerado –, é também a faixa na qual nós estamos mais suscetíveis a pobreza.

Gráfico 12: Porcentagem de pessoas brasileiras matriculadas em qualquer nível de ensino de acordo com quintis de renda, por faixa etária – Quintil IV, 1990-2011



FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

Gráfico 13: Porcentagem de pessoas brasileiras matriculadas em qualquer nível de ensino de acordo com quintis de renda, por faixa etária – Quintil V, 1990-2011



FONTE: CEPAL – Estatísticas de gênero

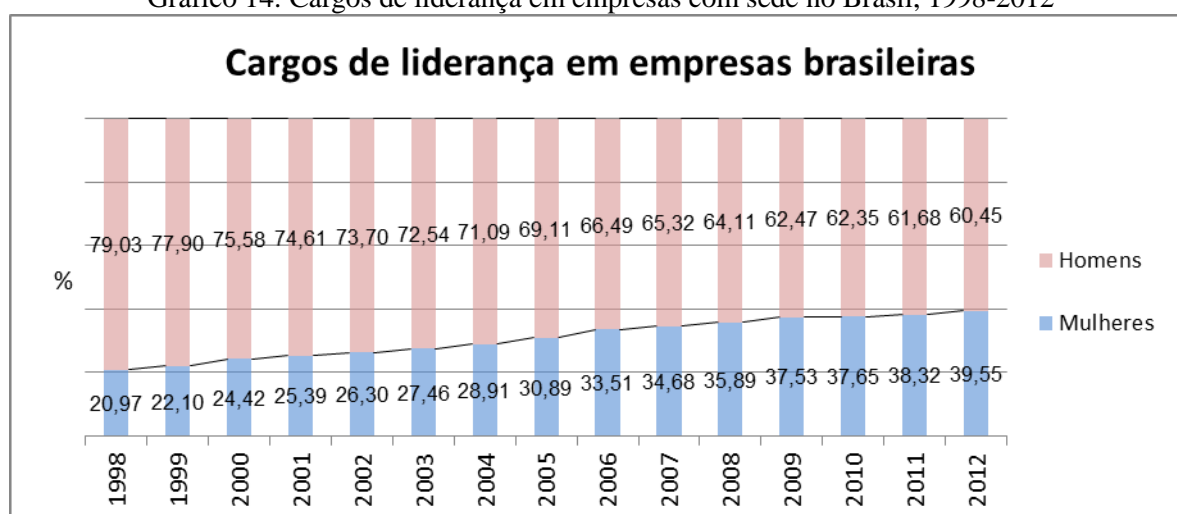
Diferentemente dos resultados apontados nos gráficos 7 e 8, os gráficos 12 e 13 mostram uma proporção de mulheres matriculadas significativamente maior que de homens para as faixas de idade de 13 a 19 e de 20 a 24 anos. Considerando que o número de mulheres na sociedade é maior que o número de homens em todo o período analisado, segundo o IBGE, uma porcentagem maior quer dizer que o número total de mulheres com elevados índices de ensino é bastante superior ao número de homens.

A média de anos de estudo aprovados por mulheres é superior a média de anos de estudo aprovados por homens (conforme já foi mostrado no gráfico 6). Essa condição pode

ser apontada como uma das razões que motivam a tendência de crescimento da liderança feminina em postos de trabalho nos últimos anos.

Como não há instituição oficial que calcule a participação feminina em posições de liderança, é difícil contar com dados confiáveis para saber qual a situação real das mulheres nessa área. Segundo o Cadastro Catho (banco de dados com informações de mais de 480 mil executivos e mais de 200 mil empresas nacionais e multinacionais), o número de mulheres em cargos de liderança vem aumentando nos últimos anos.

Gráfico 14: Cargos de liderança em empresas com sede no Brasil, 1998-2012



FONTE: Cadastro Catho

Já segundo o Grant Thornton International Business Report (IBR) de 2011, em 2007 o Brasil possuía 42% dos cargos de liderança ocupados por mulheres. Em 2009, esse número baixou para 29%, e em 2011 alcançou 24%. O próprio Cadastro Catho, quando considera os números por setor de atividade, mostra uma queda na participação das mulheres para o período imediatamente pós-crise (2008 em relação a 2011):

Tabela 6: Porcentagem das vagas de liderança em empresas brasileiras ocupadas por mulheres, por setor de atividade, 2007-2008 e 2011-2012

Mulheres em cargos de liderança por área de atuação (%)

Área	2007	2008	2011	2012
Administrativa	46,49	49,18	45,61	60,58
Comercial	31,50	32,96	30,17	37,29
Tecnologia	15,46	16,06	12,56	16,60
Relações públicas	57,99	60,53	54,71	59,97
Suprimentos/Compras	24,06	25,97	22,49	30,07
Jurídica	41,91	44,15	37,05	47,00
Industrial/Engenharia	15,37	16,46	12,56	16,60

FONTE: Cadastro Catho

Tanto a tabela 5 quanto os dados do IBR mostram uma redução do número de mulheres em cargos de liderança após 2008 (na tabela 6, entretanto, há retomada em 2012). Embora o gráfico 14 mostre outra tendência, a baixa da participação feminina especificamente após 2008 nas outras duas fontes de dados pode ter relação com a crise desse ano. Fazendo uma relação com as hipóteses em relação às taxas de desemprego do gráfico 10, é possível que a crise tenha também afetado de forma mais severa às mulheres: os homens em cargos de liderança foram privilegiados.

A tabela 5 também mostra uma clara tendência de concentração das mulheres em setores de administração, relações públicas e no setor jurídico. É bastante provável que, nos cursos superiores que preparam para essas áreas, as mulheres também sejam maioria, então seria mais eficiente investigar os motivos que levam às mulheres a escolherem tais áreas. Não se pode excluir a hipótese de que existe a discriminação por gênero mesmo dentro desses setores específicos no ambiente de trabalho, mas seria incorreto afirmar que esse é o único motivo por trás dos baixos índices de mulheres líderes em cargos de tecnologia e indústria/engenharia, por exemplo.

Entretanto, é bastante válido analisar as características dessas áreas de atuação e compará-las com os estereótipos femininos, para analisar se a participação das mulheres nelas se dá por um rompimento com o estereótipo de gênero ou se ainda se encontram as características desse. Nas áreas que apresentam maior participação feminina, o trabalho está relacionado a habilidades de relacionamento com indivíduos, facilidade em dialogar e pouca existência de cálculos e ciências “puras”. As áreas nas quais sua representatividade é baixa, as características são justamente a necessidade de formação em áreas exatas e a não necessidade de habilidades de relacionamento. O possível crescimento de lideranças femininas pode estar relacionado, então, com um aumento de mulheres nos cursos superiores em relação aos homens especificamente nessas áreas, que as levaria para serviços os quais elas teriam “habilidades naturais” para desempenhar, e não relacionado a ideia de que mulheres têm habilidades iguais aos homens¹⁹.

É inegável que a participação das mulheres no mercado de trabalho e em cargos de liderança, entretanto, representa um “relaxamento” em relação ao estereótipo feminino

19 O Presidente do Conselho Federal de Administração, Sebastião Luiz de Mello, tem uma publicação no site do CFA comentando o aumento dos cargos de liderança das mulheres na área da administração: “facilidade de relacionamento interpessoal, intuição, sensibilidade com assertividade e criatividade são algumas características femininas que ajudam as mulheres a conquistarem espaços importantes dentro das empresas.”

classificado como cristão ocidental, que delega às mulheres tão-somente as atividades domésticas. Não obstante, os dados indicam que esse movimento se dá por uma nova síntese entre o capitalismo e o patriarcado, e não por uma modificação essencial nas características que estão relacionadas com as mulheres. O estereótipo feminino continua sendo essencialmente o mesmo, mas se admitem novos papéis no mercado de trabalho desde que esses não afetem as nossas “funções naturais”: a ausência de filhos ainda é vista com estranheza e a divisão de tarefas domésticas continua drasticamente desigual (conforme tabelas 2 e 3). Com frequência (e especialmente no dia da mulher, que é quando se dedicam várias páginas das grandes mídias para se falar de sexo²⁰) se comenta a chamada “masculinização” da mulher para se referir à relativa independência feminina recente e à entrada da mulher no mercado de trabalho. Não se admite um possível equívoco na classificação de mulher e do que é próprio dela; não se propõe que existem características que eram sempre associadas com homens mas que mulheres também as possuem. O que era considerado como sendo da natureza da mulher continua recebendo essa classificação, mas agora legitimada por novos instrumentos (conforme discussão feita na seção 3) e com a importante observação de que as mulheres estão se masculinizando. Segundo esse discurso, as mulheres estariam se aproximando do que é próprio do homem, e não se libertando de autoritarismos patriarcais. Estariam mais próximas “do oposto”, e não de si mesmas.

Todavia, esse movimento de “liberalização” encontra diversas resistências internas no seu desenvolvimento, justamente devido às contradições entre o capitalismo e o patriarcado. Seguindo o exemplo mostrado na seção 3, de Ciudad Juárez, a observação de dados a respeito da violência pode mostrar algum dos possíveis desdobramentos desse efeito.

Os dados a respeito de estupro são bastante controversos. É inegável que o número de casos de estupro denunciados no Brasil aumentam de forma exponencial (embora não haja medição nacional, diversas pesquisas estaduais e algumas estatísticas de linhas de denúncia como o Disque 120 mostram dados nesse sentido²¹). Boa parte desse aumento, entretanto,

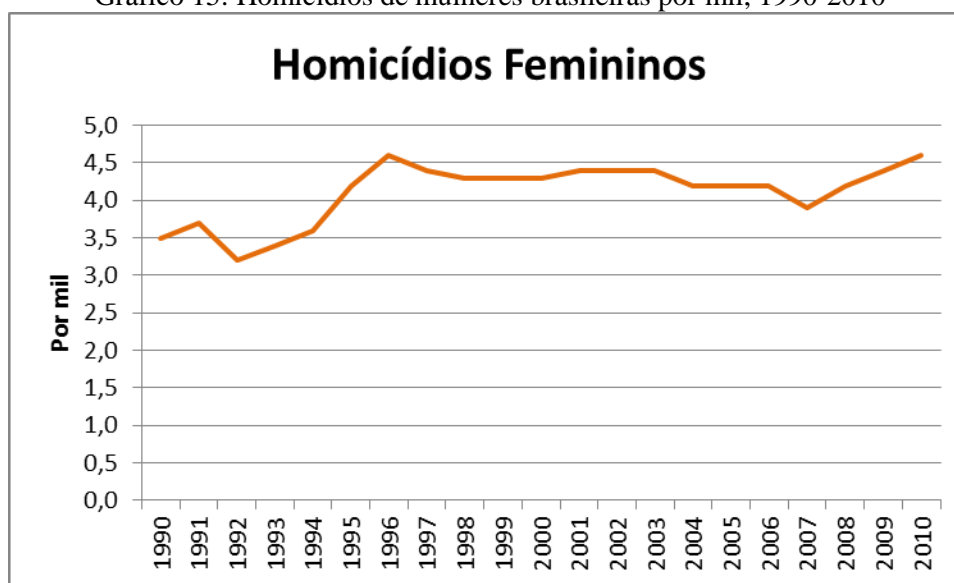
20 As colunas e editoriais dos jornais Folha de São Paulo, O Estadão e Zero Hora do dia 8 de março de anos recentes fornecem bons exemplos.

21 Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, por exemplo, o estupro foi o crime que mais aumentou proporcionalmente na cidade. Seus dados indicam que 37 mulheres foram estupradas por dia em São Paulo no primeiro quadrimestre de 2013, representando um aumento de 20,8% em relação ao primeiro quadrimestre de 2012. No Rio de Janeiro, uma onda de estupros recentes preocupa a cidade, e a violência utilizada neles chama a atenção. Só entre maio e junho de 2013 quatro casos causaram pânico: um homem estuprou uma mulher com uma arma apontada pra cabeça dela dentro de um ônibus em movimento e com passageiros; uma menina de 14 anos foi estuprada à luz do dia no Leblon, uma das praias mais movimentadas da cidade; um grupo de homens puxou uma mulher para dentro de uma van em movimento e a estuprou, passando por pontos movimentados da cidade; na semana seguinte, os mesmos homens estupraram uma turista

pode se referir a um aumento da porcentagem de casos relatados, e não ao aumento do número de casos de fato. Seria bastante imprudente afirmar qual das duas variáveis foi mais importante para o crescimento observado no período – se a porcentagem de casos relatados ou se o aumento do número de casos de fato –, mas é difícil sustentar que o número de casos de estupro baixou no período.

Os dados de homicídio contra a mulher são mais confiáveis para que se faça uma análise de longo prazo. Para casos de estupro ou violência física, é necessário que haja testemunha com disposição a fazer a denúncia (o que é muito difícil, pois segundo o Mapa da Violência 2012, organizado pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO Sede Brasil, 71% dos atendimentos por agressões físicas no SUS relatam que a agressão ocorreu na residência) ou que a própria vítima denuncie, o que também é bastante complicado dadas as possibilidades de fragilidade psicológica, medo, falta de informação e/ou de acesso a canais de denúncia ou mesmo dependência financeira.

Gráfico 15: Homicídios de mulheres brasileiras por mil, 1990-2010



FONTE: FLACSO – Mapa da Violência 2012

Segundo o DATASUS, o número total de homicídios no Brasil vem aumentando, porém a esmagadora maioria das vítimas são homens. O aumento no número de homicídios femininos, entretanto, provavelmente não está relacionado com o mesmo movimento que leva a esse aumento entre os homens. Os estereótipos de gênero associados ao masculino tendem a gerar o tipo de situação que provoca mortes entre eles, como a postura esperada de briga, revanchismo e defesa da honra e o maior envolvimento com roubos e tráfico de drogas.

Tabela 7: Meios utilizados nos homicídios no Brasil em porcentagem, 2010

Meios utilizados nos homicídios no Brasil, 2010 (%)		
Meio	Homens	Mulheres
Arma de fogo	72,4	49,2
Objeto cortante/penetrante	15,1	25,8
Objeto contundente	5,3	8,5
Estrangulamento/sufocação	1,0	5,7
Outros meios	6,0	10,8

FONTE: FLASCO - Mapa da Violência 2012

A tabela 7 indica que os homicídios femininos estão mais relacionados com atitudes passionais, dada a alta incidência de mortes por objeto cortante/penetrante, objeto contundente e estrangulamento/sufocação. A participação das mortes por arma de fogo é bastante representativa, o que poderia indicar um maior envolvimento de mulheres com as atividades ilícitas supracitadas. Todavia, um outro fator indica que o número de homicídios contra as mulheres está mais relacionado com a discriminação por gênero que pelo aumento dessas atividades: 41% dos homicídios femininos de 2010 ocorreram na residência da vítima (para os homens, esse valor é de 14,3%)²².

Infelizmente, os dados para anos anteriores não estão disponíveis para livre acesso, então não é possível identificar se os homicídios que ocorrem nas residências estão diminuindo ou aumentando. De qualquer forma, o valor de 2010 é elevado o suficiente para que se conclua que os homicídios femininos executados por pessoas próximas às vítimas é preocupante, e que a probabilidade de esses homicídios ocorrerem por motivo passional (logo intrinsecamente ligado ao comportamento da mulher) é muito grande dados os meios utilizados e o perfil das vítimas (em 2000, 52% das vítimas se concentrava na faixa etária de 20 a 39 anos; em 2010 essa porcentagem subiu para 54%).

Uma observação importante a respeito do gráfico 15 é o aumento do número de homicídios femininos justamente após 2006. Nesse ano foi implementada a Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha, que tem por objetivo coibir a violência contra a mulher através de uma série de mecanismos que vão desde iniciativas legais (como o fim das penas alternativas para homens que praticam violência doméstica) a iniciativas institucionais (como a criação das Delegacias da Mulher). Essa lei representou um grande avanço em relação às políticas anteriores, pois representa uma primeira investida nacional e sólida para proteger as mulheres vítimas de violência doméstica. Anteriormente, o machismo presente nas delegacias e a visão

²² O local de agressão que resultou em morte é livremente preenchido na Certidão de Óbito, então é provável que muitos dados sejam omitidos. Ainda, o número de pessoas que preenche o campo é baixo: cerca de 30% das Certidões de Óbito não informa a localidade. Essa porcentagem pode ser consideravelmente maior, de fato.

de que a família nuclear constitui a mais importante base da sociedade não só incentivavam as mulheres a não fazer a denúncia, como também as convenciam de que elas deveriam aceitar a situação e voltar para o lar em nome de uma causa maior: a família (BLAY, 2003).

O aumento pós-2006, então, pode ser fruto de uma melhora nos sistemas de medição e compilação de dados a respeito de períodos anteriores. O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) mostra que o número de registros com sexo indefinido reduziu, mas esse número é mais ou menos constante desde 2001, não havendo mudança significativa em 2006. Entretanto, como o SIM se origina da declaração de óbito, é possível que a conscientização em relação a violência contra a mulher tenha aumentado o número de declarações de terceiros que denunciam o assassinato.

Outra hipótese, porém, é a de que os assassinatos são fruto de um aumento da proteção à mulher. Uma denúncia feita pode aumentar a violência no ambiente doméstico, e mesmo a ideia de que as mulheres estão melhor protegidas e a ameaça de prisão preventiva podem aumentar a intensidade dessa violência, levando ao homicídio.

Segundo pesquisa feita pelo IBOPE e Instituto Avon em 2009, as causas que levam as mulheres a não fazer a denúncia são, em ordem: (1) falta de condições econômicas para viver sem o companheiro (24%); (2) preocupação com a criação dos filhos (23%); e (3) medo de ser morta caso rompa a relação (17%). Ainda, o número de mulheres que conhece alguém que sofre ou já sofreu violência doméstica subiu de 51% em 2006 para 55% em 2009, mostrando que ou o número de casos realmente aumentou, ou aumentou o debate na sociedade, ou ambos. Essa porcentagem chega a 60% na Região Nordeste.

A mesma pesquisa aponta que a preocupação com a violência doméstica também cresceu: 56% das pessoas entrevistadas apontam a violência doméstica como o problema que mais preocupa as brasileiras. Esse número é crescente: representava 50% em 2000 e 55% em 2006. A preocupação com a violência doméstica é crescente especialmente na Região Nordeste (onde 64% apontaram a violência doméstica como problema que mais preocupa as brasileiras em 2009), entre pessoas das Classes D e E e em municípios menores.

Ainda, a pesquisa indica que a preocupação da violência contra a mulher é, como é de se esperar, um problema que preocupa mais às mulheres. 80% das mulheres e 77% dos homens conhece a Lei Maria da Penha, e 47% das mulheres e 31% dos homens toma algum tipo de atitude quando tem conhecimento a respeito de um caso de violência contra a mulher.

Por fim, 56% das pessoas entrevistadas acreditam que a proteção jurídica e policial não é suficiente, o que provavelmente baixa consideravelmente o número de agressões

denunciadas. Ainda, 38% das pessoas entrevistadas citam o alcoolismo como o fator que faz a violência doméstica acontecer, e 36% responderam a alternativa “o homem brasileiro é muito violento / alguns homens ainda se consideram ‘dono da mulher’”. É preocupante a alternativa que aparece em terceiro lugar: “a mulher provoca o companheiro / a mulher não tem autoestima”, com 15% dos votos. As opções que ficaram em 2º e 3º lugar expõe que a sociedade reforça os estereótipos de gênero, seja na visão da mulher como propriedade, seja na visão de que a mulher deve ser recatada e submissa (ou seja, não “provocadora”).

O fato de a dependência financeira ser apontada como o fator principal para as mulheres permanecerem nos lares e não denunciarem seus agressores é especialmente interessante quando se tem em vista a condição de desigualdade da mulher no mercado de trabalho. Observando os dados apontados de que a preocupação com a violência doméstica é maior entre as classes mais baixas e na Região Nordeste – notadamente a região mais pobre do Brasil –, podemos ter uma ideia de quanto a valorização do trabalho feminino poderia representar uma melhora e uma liberalização intensa das mulheres. Ao mesmo tempo, lembrando que as mulheres mais pobres recebem um salário mais próximo aos salários dos homens (gráfico 11) e que a baixa educação está relacionada com pobreza no país, também é possível que haja uma ação do tipo: quanto mais próximas dos homens as mulheres ficam (no sentido de se aproximarem em poder aquisitivo), mais violento o homem se torna (essa foi a relação proposta na seção 3, a respeito dos feminicídios de Ciudad Juárez).

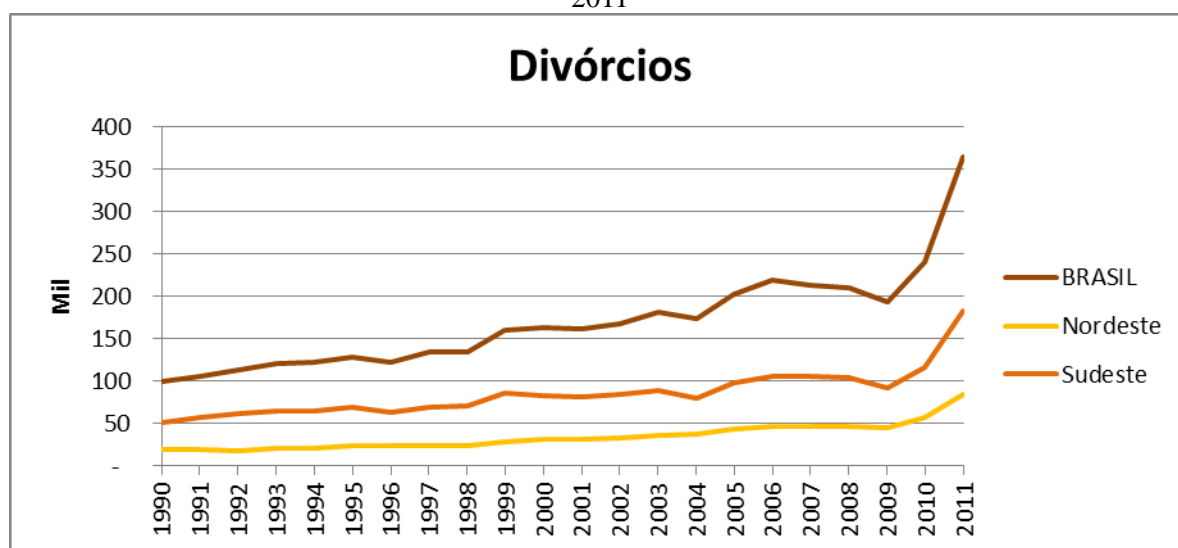
É evidente que equalizar os salários femininos aos masculinos em um curto período de tempo é algo extremamente improvável – segundo a perspectiva marxista radical, é impossível no modo de produção atual. Prova disso é o fato de a discriminação por gênero no ambiente de trabalho ser proibida por lei, e ainda encontramos salários bastante desiguais para atividades de características semelhantes. Entretanto, alguns programas sociais poderiam auxiliar para que essa igualdade fique mais próxima.

O Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, é um programa de transferência de renda para retirar famílias da miséria no Brasil e não adota a perspectiva de gênero em seus objetivos principais, mas o benefício (que em 2013 chega a R\$70 *per capita*) é preferencialmente destinado às mulheres, que somam mais de 90% das titulares dos cartões. A quantidade de dinheiro desembolsado é muito baixa, em comparação com o salário mínimo vigente no Brasil, e o programa não visa melhorar a discriminação por gênero no país, mas alguns estudos apontam que esse ingresso de renda fixa para mulheres tem justamente esse efeito.

A antropóloga Walquiria Domingues Leão Rêgo, em entrevista à revista Marie Claire de 3 de março de 2012 para Mariana Sanches, descreveu os resultados preliminares de uma pesquisa a respeito das mudanças na vida das mulheres em regiões pobres do Brasil após a implantação do PBF. Segundo ela, as mulheres estão, pela primeira vez, reconhecendo que tem direitos próprios e que não devem aceitar todas as imposições de seus maridos. Walquiria afirma que as mulheres passaram a tomar anticoncepcional, pararam de tolerar abusos físicos e psicológicos por parte do marido (inclusive pedindo divórcio), além de destinar o dinheiro preferencialmente para comida e, na maioria das vezes, para comida destinada aos filhos e filhas.

O gráfico 16 mostra o aumento do número de divórcios no Brasil, com destaque para as Regiões Nordeste (que recebe 51,1% do PBF) e Sudeste (que recebe 24,7%). As Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste não mostraram aumento na mesma magnitude.

Gráfico 16: Número de divórcios em 1ª instância no Brasil, Região Nordeste e Região Sudeste, 1990-2011

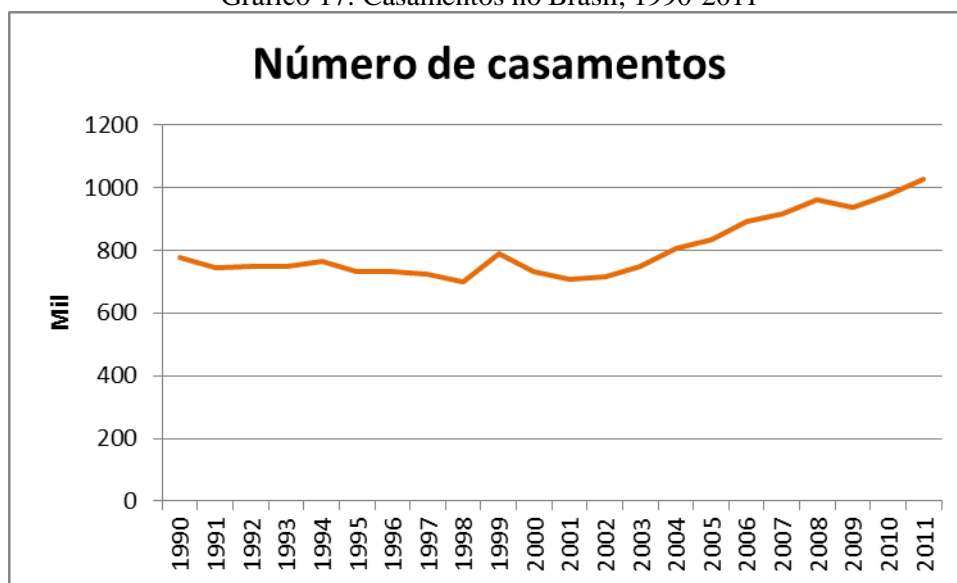


FONTE: IBGE - Estatísticas do Registro Civil

O grande aumento em 2009 se deu muito devido a uma modificação na legislação que retirou a obrigatoriedade da prévia separação judicial (pelo período de um ano) ou separação de fato (pelo período de dois anos) para que se pudesse realizar o divórcio. Entretanto, se observa que o pico de divórcios pré-2009 é justamente no ano de 2006 no Brasil, e esse ano também apresenta o recorde de separações judiciais. É provável que o número de separações de fato tenha aumentado também no período, sendo convertidas em divórcio a partir de 2008 e também contribuindo para o crescimento exponencial após esse período.

É importante ressaltar que as demais regiões do Brasil, que não recebem o benefício de forma tão significativa, mostraram graus muito inferiores de salto no número de divórcios, reforçando a teoria de que o PBF pode ter uma influência importante. Além disso, o número de casamentos não aumenta exponencialmente no período anterior, embora tenha apresentado tendência de crescimento desde 2001, conforme mostra o gráfico 17, não apontando para uma condição sazonal devido a um grande aumento de casamentos por algum fator.

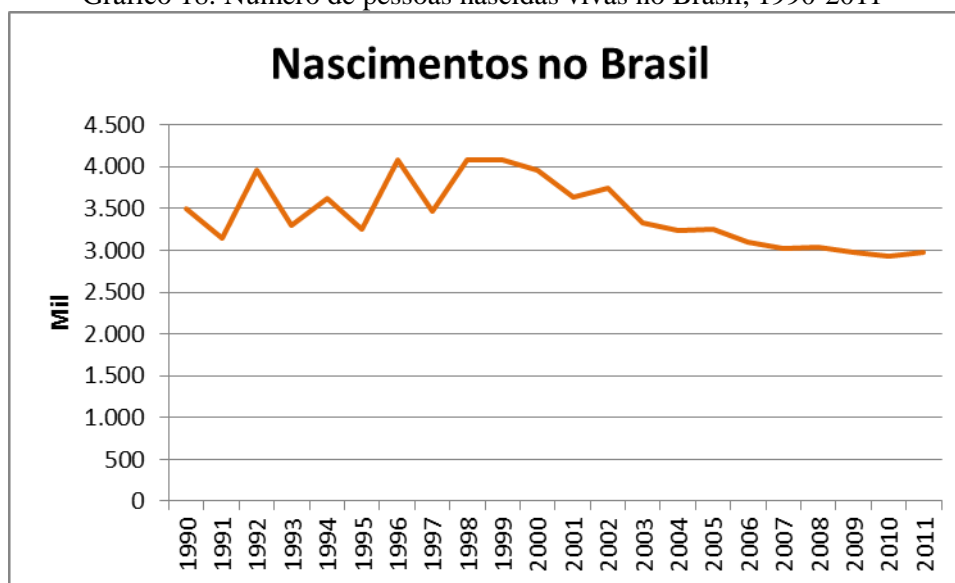
Gráfico 17: Casamentos no Brasil, 1990-2011



FONTE: IGBE – Estatísticas do Registro Civil

O aumento do número de casamentos a partir de 2001 é bastante curioso, pois é justamente o ano no qual o número de pessoas nascidas vivas no Brasil começa a declinar, após uma década de tendência oscilatória.

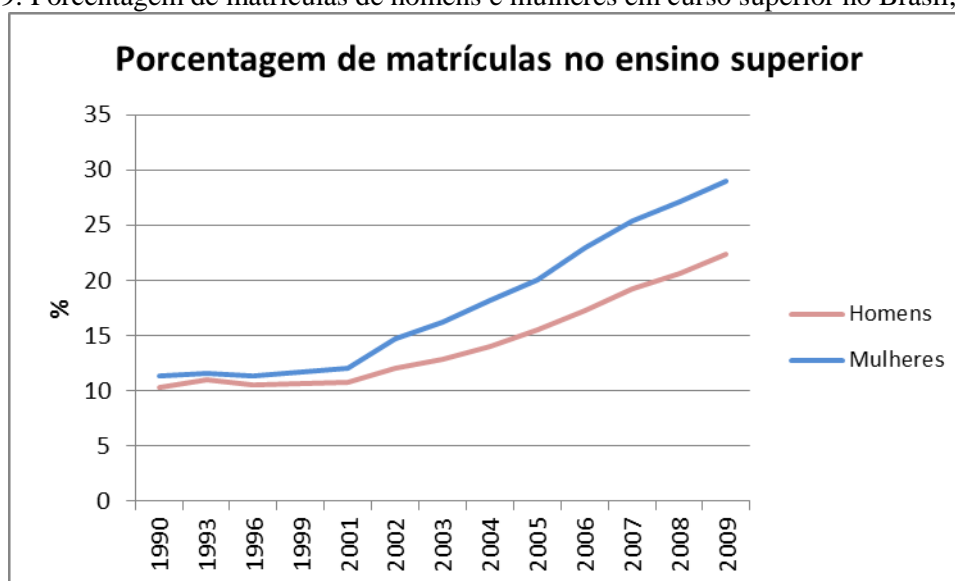
Gráfico 18: Número de pessoas nascidas vivas no Brasil, 1990-2011



FONTE: IBGE – Estatísticas do Registro Civil

Ainda, o ano de 2001 é marcado pela disparada do número de matrículas em curso superior, tanto pelas mulheres quanto pelos homens.

Gráfico 19: Porcentagem de matrículas de homens e mulheres em curso superior no Brasil, 1990-2009

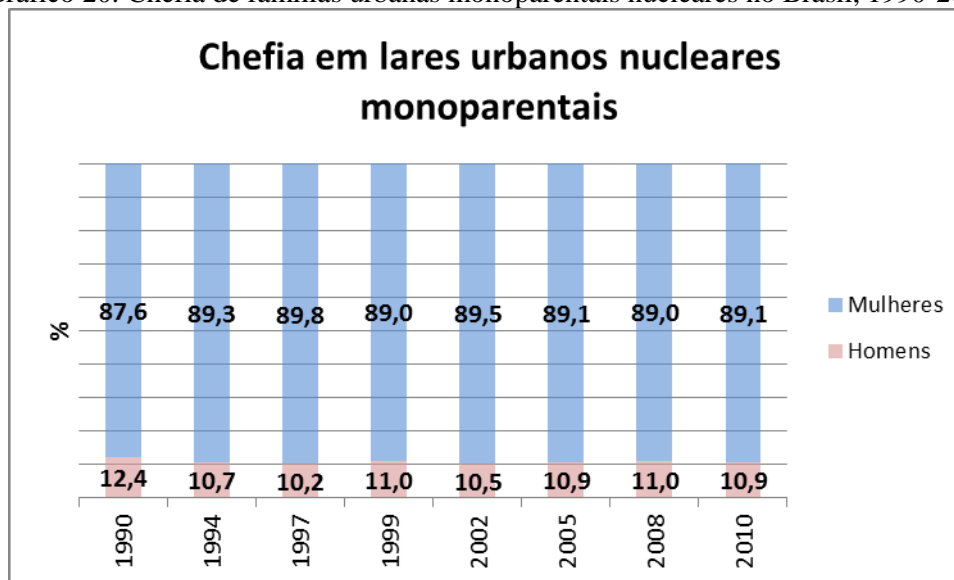


FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

Esses dados contribuem para a visão de que, cada vez mais, as mulheres estão tendo menos filhos e dedicando-se mais à vida profissional. Conforme vimos nas tabelas 2 e 3, o trabalho doméstico nos atinge de forma muito significativa, e a criação de filhos e filhas é um fator que aumenta consideravelmente o número de horas dedicadas a funções não remuneradas – a menos que se contrate alguma profissional para exercer esse trabalho, que aumenta consideravelmente os gastos familiares. Ainda, o gráfico 20 mostra que, em caso de

famílias monoparentais nucleares (ou seja, famílias compostas de um responsável e um ou mais filhos ou filhas), as mulheres continuam sendo soberanas em relação aos homens.

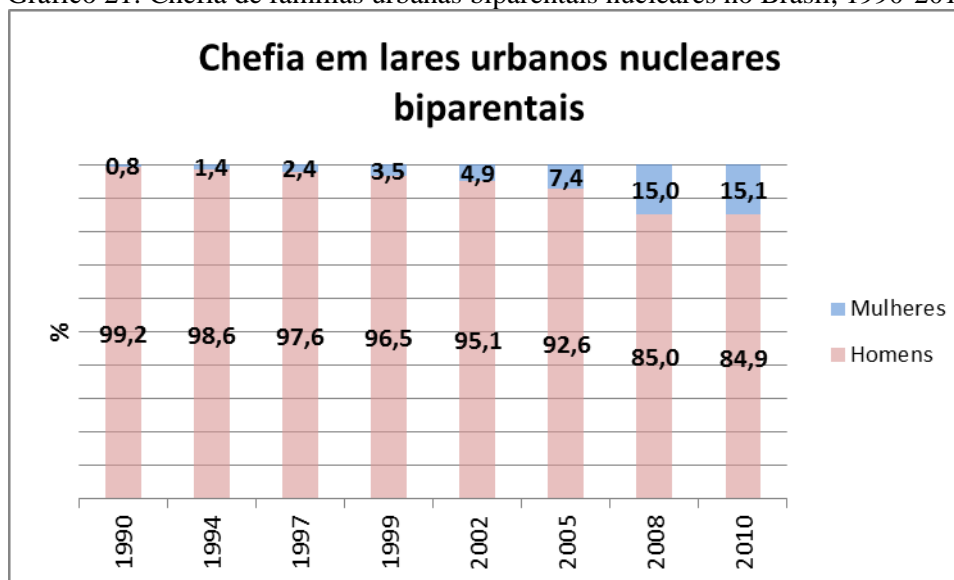
Gráfico 20: Chefia de famílias urbanas monoparentais nucleares no Brasil, 1990-2010



FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

Os valores para os lares biparentais, entretanto, ainda mostram o homem como o chefe na grande maioria dos lares brasileiros, como mostra o gráfico 21.

Gráfico 21: Chefia de famílias urbanas biparentais nucleares no Brasil, 1990-2010



FONTE: CEPAL – Estatísticas de Gênero

A tendência crescente das mulheres como chefe da casa²³ indica que a supremacia masculina pode estar se modificando. A comparação de 2005 com 2008 mostra que a

23 Segundo a CEPAL, é considerada chefe a pessoa membro da família que assim é reconhecida pelas outras

porcentagem de lares com chefes mulheres dobrou no período – justamente no intervalo de implantação do PBF. Segundo a pesquisa Walquíria Rêgo, a renda fixa das mulheres oriunda do benefício muitas vezes superou a dos homens, o que conferiu as mulheres um maior poder de decisão sobre os hábitos de consumo da casa.

A CEPAL não fornece dados por níveis de educação ou faixa de renda. Não é possível investigar se esse aumento é maior entre as classes mais baixas, mais altas ou médias, o que dificulta a identificação da possível origem desse aumento. A aproximação dos salários das mulheres em relação aos dos homens também é um fato a ser considerado, e a possibilidade de uma maior autoafirmação da mulher na família mesmo com renda inferior também é um fenômeno possível. Essa análise é bastante profunda e foge do escopo desse trabalho, sendo certamente muito interessante para pesquisas futuras.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou, em um primeiro momento, estabelecer uma relação teórica e histórica entre o capitalismo e o patriarcado. O levantamento de dados aqui feito expõe a dificuldade e, ao mesmo tempo, indica a necessidade de uma compreensão do patriarcado e do capitalismo como estruturas mutuamente dependentes cuja síntese pode ser percebida nas instituições do Estado, que promove avanços e recuos em ambas estruturas no tempo.

A busca de uma teoria que sintetize as ideias marxistas, no sentido da compreensão do capitalismo como modo de produção que aglutina as opressões – incluída aí a discriminação por gênero – e se apropria dos estereótipos de gênero como meio para contribuir para o movimento do capital de valorizar o valor, com as teorias do patriarcado, que têm seu êxito em investigar com profundidade as instituições que evidenciam de que forma o masculino se sobrepõe ao feminino de diversas maneiras, já constitui tema de amplo debate acadêmico. A discussão feita neste trabalho indica que as ciências econômicas mostram pouca preocupação em compreender esse conflito específico, o que pode resultar em uma visão incompleta da forma como se articulam os conflitos de classe, ou mesmo de como ocorre a manutenção do modo de produção capitalista no tempo.

A visão adotada da mulher como subclasse, resultante de uma síntese encontrada entre as teorias discutidas (identificada aqui como “teoria marxista radical”, embora as denominações sejam alvo de grandes debates e contradições na academia), pareceu ser acertada para analisar os dados a respeito do mercado de trabalho tanto para a Inglaterra e Estados Unidos nos períodos da Revolução Industrial, grandes guerras mundiais e crise de 1929, quanto para o período recente do Brasil. O papel da mulher observado na Inglaterra e nos Estados Unidos nos períodos selecionados corrobora com a visão de que a síntese entre o patriarcado e o capitalismo se dá de forma dialética e pode entrar em conflito, gerando efeitos contraditórios (como o aumento da mulher no mercado de trabalho e o simultâneo aumento de sua responsabilidade nas atividades do lar) e fortalecendo a hipótese de que, dependendo da classe social, a mulher pode desempenhar certas atividades “não tradicionais” ou “naturais”. Porém, independentemente da classe social, a mulher tem um estereótipo de gênero ideal que se mantém e garante que ela esteja sempre em posição inferior ao homem no mercado de trabalho.

O tratamento dos estereótipos de gênero, considerados como rígidos, parece ser sustentado tanto com a análise histórica quanto com a análise de dados quantitativos para o

contexto do Brasil. A história dos estereótipos de gênero é fonte fértil para pesquisas futuras; esse trabalho se limitou a analisar tendências aparentes em alguns momentos históricos e dados específicos. Mesmo assim, se encontra uma tendência bastante forte de perpetuação desses: o feminino continua sendo ligado ao lar, aos filhos e filhas, a menor aptidão para o trabalho remunerado, a maior habilidade para relações pessoais e menor habilidade para ciências e números, a mais sensibilidade, a mais instinto. O trabalho mostra alguns exemplos de como esse estereótipo é reforçado e legitimado por modificações na ciência e na medicina, porém o interesse se dá em como isso se reflete no mercado de trabalho.

Nos últimos 20 anos no Brasil, a tendência encontrada nos dados analisados não foi a de uma melhora constante da situação da mulher nem em relação a sua integridade física, tampouco em relação a diversos aspectos do mercado de trabalho. As tendências contraditórias encontradas fortalecem a proposição teórica aqui proposta, de que a condição de subclasse da mulher está marcada por conflitos de classe que não permitem, dadas as estruturas do patriarcado e do capitalismo, que a liberalização da mulher se dê de forma acumulada e constante.

Os principais resultados encontrados que corroboram com a hipótese de que as mulheres estão piorando em relação aos homens em alguns aspectos ou se mantendo em um patamar bastante desigual são: (1) um aumento do *gap* de desemprego entre homens e mulheres, indicando que os homens são mais estáveis em seus postos de trabalho em períodos de instabilidade; (2) uma maior diferença entre salários para homens e mulheres entre pessoas com mais anos de estudo aprovados, indicando uma desvalorização do trabalho intelectual feminino, e uma tendência oscilatória dessa relação nos últimos anos (e não uma tendência constante de aproximação); (3) o aumento da taxa de homicídios femininos após a implantação da Lei Maria da Penha e o aumento da preocupação das brasileiras com a violência doméstica, além do provável aumento dos casos de estupro; (4) o aumento do índice de feminidade em lares pobres, ou seja, o aumento da proporção de mulheres morando em lares pobres em relação a homens em idade de 20 a 59 anos; (5) a carga de trabalho não remunerado é consideravelmente maior para mulheres que para homens, mesmo entre pessoas que não exercem trabalho remunerado; (6) a porcentagem de população economicamente ativa feminina permanece bastante inferior a masculina e não mostra tendência de crescimento nos últimos anos.

Simultaneamente, alguns dados mostraram tendência de melhora ou liberalização da mulher em alguns aspectos: (1) aumento da porcentagem de mulheres em cargos de liderança,

porém majoritariamente em cargos administrativos e de recursos humanos e provavelmente com menos estabilidade em relação aos homens; (2) aumento da posição de chefia em lares nucleares biparentais; (3) maior porcentagem de mulheres estudando em nível superior em relação aos homens e maior média de anos de estudo aprovados; (4) redução do número de nascimentos no país; e (5) aumento exponencial do número de divórcios.

Nesse sentido, seria muito simplificado afirmar que são os estereótipos de gênero que geram desigualdade no mercado de trabalho ou que a desigualdade no mercado de trabalho gera os estereótipos de gênero. A grande contribuição desse trabalho é justamente indicar que a relação entre o capitalismo e o patriarcado é complexa e dialética, que tem efeitos importantes no mercado de trabalho e, logo, na desigualdade socioeconômica no Brasil. Os resultados encontrados neste trabalho sugerem que, para que se tenha um programa político e mesmo uma teoria econômica que tem como fim compreender e modificar as desigualdades de renda e acesso a recursos, deve-se compreender a posição das mulheres na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10 PAÍSES onde as mulheres são tratadas como lixo. Portal fórum anti nova ordem mundial. 24 fev. 2013. Disponível em: <<http://forum.antinovaordemmundial.com/Topico-10-pa%C3%ADses-onde-as-mulheres-s%C3%A3o-tratadas-como-lixo>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

ALEXANDER, Ruth. **O que há por trás das altas de estupro na Suécia?** Portal BBC – BBC Brasil. 18 set. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120917_suecia_estupro_lgb.shtml> Acesso em: 30 abr. 2013.

ARCOVERDE, Letícia. Mulheres ocupam 27% dos cargos de liderança no país, diz pesquisa. **Portal Revista Valor Econômico**. 14 maio 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/carreira/2658156/mulheres-ocupam-27-dos-cargos-de-lideranca-no-pais-diz-pesquisa>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

AVANCE de la Igualdad de Género en el Marco del Trabajo Decente. Comisión Interamericana de Mujeres, Organización de los Estados Americanos, 2011.

BESSA, Karla Adriana Martins. Trajetórias do Gênero, masculinidades... **Cadernos PAGU**. Núcleo de Estudos de Gênero. UNICAMP. Campinas, São Paulo. 1998.

BLACK, Louise. As mulheres e a guerra. In: **História do Século XX, 1914/1929**. São Paulo: Abril Cultural, p. 670-675, 1974.

BLAY, Eva. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, 17(49), p. 87-98, 2003.

BONFIM, Elisiane; LOPES, Marta; PERETTO, Marcele. Os registros profissionais do atendimento pré-natal e a (in)visibilidade da violência doméstica contra a mulher. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, 14(1), p. 97-104, 2010.

CADASTRO Catho. Disponível em: <www.catho.com.br>. Acesso em: 2 junho 2013.

CADOGAN, William. **An Essay upon Nursing and the Management of Children, from their Birth to Three Years of Age**. Londres, Warwick Lane, 1749. Disponível em: <<http://www.neonatology.org/classics/cadogan.html>>. Acesso em: 14 maio 2013.

CAROTHERS, Bobbi; REIS, Harry. Men and women are from earth: examining the latent structure of gender. **Journal of Personality and Social Psychology**, advance online publication, 2012. Disponível em: <http://www.psych.rochester.edu/people/reis_harry/assets/pdf/CarothersReis_2012.pdf> Acesso em: 1 jun. 2013.

CENSUS. Historical Statistics os the United States 1789-1945. United States Departament of Commerce, 1949. Disponível em: <<http://www2.census.gov/prod2/statcomp/documents/HistoricalStatisticsoftheUnitedStates1789-1945.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2013.

_____. Population Estimates for the United Kingdom. Office for National Statistics.
Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk>>. Acesso em: 17 maio 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL. Estatísticas de Gênero. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/mujer/noticias/paginas/3/29273/P29273.xml&xml=/mujer/tpl/p18fst.xls&base=/mujer/tpl/top-bottom-estadistica.xsl>>. Acesso em: 30 de maio 2013.

COOK, Rebecca e CUSACK, Simone. **Gender Stereotyping: Transnational Legal Perspectives**. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2009.

D'ATRI, Andrea. Feminismo y marxismo: más de 30 años de controversias. **Revista Lucha de Clases**, nº 4, Nov. 2004. Disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/articulos/ficheros/atri.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

DIFERENÇA no cérebro pode influenciar habilidades de homens e mulheres. Portal G1. Publicado em 26/10/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2012/10/diferenca-no-cerebro-pode-influenciar-habilidades-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

FINE, Ben. **Women's Employment and the Capitalist Family: towards a political economy of gender and labour markets**. Londres: Routledge, 1992.

FIRESTONE, Shulamith. **The Dialectic of Sex**. Nova Iorque: The Women's Press, 1970.

FOLBRE, Nancy. **Greed, Lust e Gender: a history of economic ideas**. Nova York, Oxford: University Press, 2009.

FOUCAULT, Michael. **La Historia de La Sexualidad**. Volumen I: La Voluntad de Saber. Madri: Siglo XXI, 1988.

GAMBA, Susana. ¿Qué es la perspectiva de género y los estudios de género? **Diccionario de estudios de Género y Feminismos**. Buenos Aires, Biblos, 2008b. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1395>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

_____. Feminismo: historia y corrientes. **Diccionario de estudios de Género y Feminismos**. Buenos Aires, Biblos, 2008a. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1397>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

GERMAN, Lidsey. Women's libertion: a class perspective. Counterfire. Publicado em: 02 fevereiro 2013. Disponível em: <<http://www.counterfire.org/index.php/theory/37-theory/16276-mens-feminism-and-women-and-the-politics-of-class>>. Acesso em: 10 fev 2013.

GIFFIN, Karen Mary. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000200005&lng=en&nm=iso>. Acesso em: 18 maio 2013.

- HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union. **Capital and Class**, v. 8, p. 1-33, 1979. Disponível em: <<http://cnc.sagepub.com/content/3/2/1.short>> Acesso em: 10 jun. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010, banco de dados SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de junho 2013.
- _____. Estatísticas do Registro Civil, banco de dados SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de junho 2013.
- KNIPPEL, Edson. **Percepções e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher**. Pesquisa IBOPE / Instituto Avon, 2009. Disponível em: <http://www.edsonknippel.com.br/documentos/leimariadapenha_aspectoscriminologicosepenais44908.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2013.
- LAQUEUR, Thomas. **Making Sex: body and gender from Greeks to Freud**. Harvard: University Press, 1990.
- LENCIONI, Sandra. **Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea**. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7424>> Acesso em: 14 dez. 2012.
- LLOYD, Trevor. Um sexo em luta. In: **História do Século XX, 1900/1914**. São Paulo: Abril Cultural, p. 346-351, 1974.
- LÓPEZ, Pamela. Visibilizan diversidad sexual de pueblo indígena. **Portal Notiese**. 12 abr. 2013. Disponível em: <http://www.notiese.org/notiese.php?ctn_id=6497>. Acesso em: 25 abr. 2013.
- MACKINNON, Catherine. Pornography and Method: Pleasure under Patriarchy. **The University of Chicago Press**, vol 99., no. 2, p. 314-346, 1989.
- MARUANI, Margaret; MERON, Monique. Histórias mal contadas sobre o trabalho das mulheres. **Portal Diplomatique Brasil – Le Monde**. 07 jan. 2013. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/artigo.php?id=1332>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. V. 1, Tomos 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002.
- MASSIE, Robert. **Catarina, a Grande: retrato de uma mulher**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- MATIJASCIC, Milko (Org.). Presença do Estado no Brasil: Federação, suas Unidades e Municipalidades – volume 2. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_presencaestado_02.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2013.
- MCCULLUM, Cecilia. Restraining Women: Gender, Sexuality and Modernity in Salvador da Bahia. **Bulletin of Latin American Research**, vol. 18, no. 3, p. 275-293, 1999.

MELLO, Sebastião de Luiz. As mulheres superando as adversidades. **Portal do Conselho Federal de Administração**. 06 mar. 2013. Disponível em:

<<http://www2.cfa.org.br/mensagem-do-presidente/mensagens/mulheres-superando-as-adversidades/>>. Acesso em: 7 jun. 2013.

MILKMAN, Ruth. **Gender at Work**. The Dynamics of Job Segregation by Sex during World War II. Urbana: Illini Books, 1987.

MIRA, Maria Celeste. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. **Cadernos Pagu**, v. 21, p. 13-38, 2003.

MOTTA, Alda. Elas começam a aparecer... In: PINSKY, Carla e JOANA, Pedro (Orgs.), **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, pg. 84-104, 2012.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira**. Corpo e Classe social no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 8(2), 2000.

O'BRIEN, Mary. **The Politics of Reproduction**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981.

OKABE, Irene; FONSECA, Rosa Maria. Violência contra a mulher: contribuições e limitações do sistema de informação. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 43(2), p.453-458, 2009.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, v. 16, p. 305-332, 2008.

OS PAÍSES MAIS PERIGOSOS DO MUNDO PARA AS MULHERES. Portal Metamorfose Digital. 3 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.mdig.com.br/index.php?itemid=20511>> Acesso em: 30 abril 2013.

PANORAMA social da América Latina 2012. Documento informativo. CEPAL, novembro de 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

RIBEIRO, Paulo. O papel da mulher na sociedade. **Portal Brasil Escola**, 13 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

ROHDEN, Fabíola. O que se vê no cérebro: a pequena diferença entre os sexos ou a grande diferença entre os gêneros? In: MALUF, Sônia; TORNQUIST, Carmen (Orgs.). **Gênero, saúde e aflição**: abordagens antropológicas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole. **Placer y peligro**: explorando la sexualidad femenina. Madri, Revolución, 1989.

SANCHES, Mariana. O Bolsa Família e a revolução feminista no sertão. **Revista Marie Claire**. 3 mar. 2013. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/o-bolsa-familia-e-revolucao-feminista-no-sertao.html>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a ciência?** Bauru: Edusc, 2001.

SCHMIDT, Benito. “**Companheiras!**”: as mulheres e o movimento operário brasileiro (1889-1930). Disponível em: <<http://www.americanistas.es/biblo/textos/08/08-101.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: NASH, Mary; AMELANG, James (Orgs.). **Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea**. Valencia: Alfons el Magnanim, 1990.

SECCOMBE, Wally. *Weathering the storm: working-class families from the industrial revolution to the fertility decline*. Londres: Verso, 1993.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**. São Paulo: Hemus, 2008.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, nº 15, p. 97-117, 2000.

SORATTO, Lúcia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas**. 2006. 331 f. Tese (Doutorado em Psicologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

STATEMENTS of witnesses before the Ashley Mines Investigation Commission. Parliamentary Papers, 1842. Disponível em: <<http://www.yeditepe.edu.tr/dotAsset/74101.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2013.

SUMMERFIELD, Penny. **Women Workers in the Second World War: Production and Patriarchy in Conflict**. Londres: Routledge, 2013.

TILLY, Louise. Women, women's history and the industrial revolution. **Social Research**. vol. 61, p. 115-135, 1994.

TRANCHES, Renata. Casos de estupro causam indignação na Índia. **Portal Estado de Minas**. 30 dez. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2012/12/30/interna_internacional,340212/casos-de-estupro-causam-indignacao-na-india.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2013.

WAISELFISZ, Julio. **Mapa da violência 2012**. Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos: FLACSO, 2012.

WALBY, Sylvia. **Gender segregation at work**. Buckingham: Open University Press, 1988.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não qualificadas a esposas profissionais. **Cadernos Pagu**, v. 4, p. 143-171, 1995.

WOLFE, J. **Working women, working men, São Paulo and The Rise of Brazil's industrial working class, 1900-1950**. Durham: Duke University Press, 1993.

WRIGLEY, E.; SCHOFIELD, D. **The Population History of England 1541-1871**. Londres: Edward Arnold, 1981.